

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA

AMANDA RAFAELA DE LIMA

**NARRATIVAS DE FEMINICÍDIO NO RADIOJORNALISMO DO INTERIOR
GAÚCHO**

São Borja

2019

AMANDA RAFAELA DE LIMA

**NARRATIVAS DE FEMINICÍDIO NO RADIOJORNALISMO DO INTERIOR
GAÚCHO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação *stricto sensu* em Comunicação e Indústria Criativa da Universidade Federal do Pampa como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Comunicação e Indústria Criativa.

Orientadora: Profa. Dra. Carmen Regina Abreu Gonçalves

São Borja

2019

Ficha catalográfica elaborada automaticamente com os dados fornecidos
pelo(a) autor(a) através do Módulo de Biblioteca do
Sistema GURI (Gestão Unificada de Recursos Institucionais) .

L732n Lima, Amanda Rafaela de
Narrativas de feminicídio do radiojornalismo no interior
gaúcho / Amanda Rafaela de Lima.

177p.

Dissertação (Mestrado)-- Universidade Federal do Pampa,
MESTRADO EM COMUNICAÇÃO E INDÚSTRIA CRIATIVA, 2019.
"Orientação: Carmen Regina Abreu Gonçalves".

1. Jornalismo. 2. Radiojornalismo. 3. Narrativas. 4.
Feminicídio. 5. Radio no interior.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA
CAMPUS SÃO BORJA

Rua Alberto Benevenuto, 3200 - Passo - São Borja - RS
CEP 97670-000 - TEL. (55) 3430-4323

NARRATIVAS DE FEMINICÍDIO NO RADIOJORNALISMO DO INTERIOR GAÚCHO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação Stricto Sensu em Comunicação e Indústria Criativa da Universidade Federal do Pampa, como requisito parcial para obtenção do Título de Mestre em Comunicação e Indústria Criativa.

Dissertação defendida e aprovada em: 28/11/2019

Banca examinadora:

Prof^ª Dra. Carmen Regina Abreu Gonçalves
Orientadora
(Unipampa)

Prof^ª Dra. Renata Corrêa Coutinho
(Unipampa)

Prof^ª Dra. Sara Alves Feitosa
(Unipampa)

Prof^ª Dra. Vera Lúcia Spacil Radatz
(Unijui)

Dedico a todas as mulheres vítimas de
violência. Vocês não estão sozinhas.

AGRADECIMENTOS

A lista de agradecimentos é grande, afinal, terminar esta etapa não significa apenas ter um título acadêmico, mas também uma conquista pessoal, da qual muitas pessoas fazem parte, direta ou indiretamente.

Esta dissertação não seria uma realidade sem os caminhos que percorri nestes mais de 26 anos vividos, nos quais muitas vezes me deparei com vários tipos de violência contra mulheres, as quais me incluo. É obra do universo que as coisas tenham sido como foram, e destes caminhos, tentei fazer algo com significado e que ajude a melhorar o mundo, de alguma forma. Me perguntaram diversas vezes, e eu mesma me questioneei durante a escrita. “Por que não escrever sobre algo menos complexo? Mais alegre e menos doloroso?”. Porque, para mim, algo assim não faria tanto sentido. Nem deixaria uma contribuição que acredito ser relevante, que alguém precisava fazer. Me sinto grata e orgulhosa pela força que tive em tratar deste tema difícil e profundo, que dialoga diretamente com o convívio em sociedade e com mudanças que são necessárias.

Agradeço, primeiro, à minha avó Tereza (*in memoriam*), que deixou este plano em fevereiro deste ano. Esta perda me afetou imensamente nesta trajetória, mas lembrar do seu incentivo me ajudou a ter forças para continuar, mesmo diante da dor e da saudade, que muitas vezes me impediram de escrever. Ela chamava o mestrado de “escola”, e mesmo sem saber exatamente seu propósito acadêmico, sabia que era importante. Apesar de ter estudado apenas até a quarta série, sempre me incentivou nos estudos e no trabalho com o jornalismo, mesmo ficando preocupada com o tanto de leituras que eu fazia. “Vai estragar as vistas, Amanda!”, me dizia desde que eu era pequena e devorava livros. “As vistas” seguem boas, minha vó. Obrigada ainda pelos meus primeiros ensinamentos feministas, ainda que a senhora não soubesse que eram.

Agradeço também à minha mãe, Maristela, por ser uma pessoa incrível, uma mulher inspiradora, que abdicou de muitas coisas para que eu pudesse ter uma vida mais confortável. Espero poder recompensá-la de alguma forma. Obrigada por tudo. Minhas referências de vida familiar são praticamente todas de mulheres, o que também diz

muito sobre quem sou e sobre a minha forma de ver o mundo, bem como pela minha eterna busca de uma sociedade mais igualitária e menos cruel para nós mulheres.

Agradeço ao Rafael, pelo incentivo de todas as formas, pelo companheirismo, paciência, longas conversas, por muitas vezes me colocar na realidade, como costuma fazer, mas sem fazer com o que desistisse, bem como pelo entendimento do que esta pesquisa significa. Sei que ambos aprendemos muito com ela.

Agradeço a todos as minhas professoras e professores, desde o início dos estudos até hoje, por todos os ensinamentos, especialmente a equipe docente do Mestrado em Comunicação em Indústria Criativa da Unipampa. Todas as aulas e a convivência foram muito importantes. Toda minha gratidão a esse programa, por me permitir tanto crescimento humano e intelectual, bem como por abrir espaço para discussões como essa, que vai além dos muros da universidade. Agradeço ao professor Marco Bonito, pelos ensinamentos valiosos no estágio docente e à turma de Comunicação Digital 2019. A experiência foi uma das mais felizes do mestrado.

Falando em universidade, não é possível deixar de assinalar gratidão ao governo do ex-presidente Lula, por ter criado a Unipampa, universidade pública e gratuita, dando oportunidade de estudos em um dos recantos mais distantes do país. Nos tempos que vivemos, acredito sempre ser importante destacar que o Brasil já teve governantes preocupados com a educação para as pessoas que não pertencem à pequena elite. Sou uma das brasileiras privilegiadas em poder estudar em uma universidade, mesmo não sendo filha de pessoas ricas. Sinalizo que sou a primeira da minha família a frequentar um curso de pós graduação.

Ainda agradeço à turma do mestrado, a segunda do curso, pela parceria nestes quase dois anos, com aulas, almoços e jantas no restaurante universitário, caronas, angústias e felicidades partilhadas pessoalmente e pelo Whatsapp. Espero que mesmo que cada um siga caminhos distintos após a conclusão desta etapa, todos lembremos com carinho deste percurso em que estivemos juntos, dando apoio e suporte uns aos outros, tornando menos difícil e mais divertida a busca por nossos sonhos.

De forma mais especial, gratidão à colega Lahís Walter, pelos milhares de quilômetros juntas até a distante São Borja. Nossas conversas animaram a jornada cansativa semanal. Agradecimento especial também à Carol, por ter me avisado de uma palestra que deu rumo a esta pesquisa. Aquela mensagem ajudou muito. No mesmo sentido, agradeço ao professor Elton Antunes, palestrante naquela oportunidade, por ter me ouvido e me apresentado a metodologia que utilizamos nesta dissertação.

Também devo muita gratidão à minha orientadora Carmen Regina Abreu Gonçalves, por ter me escolhido como sua orientanda e acreditar em minhas ideias e meus sonhos. Não poderia ter uma orientadora melhor: feminista, de esquerda, justa, bondosa, responsável com o ensino, preocupada com seus semelhantes e de grande conhecimento, essencial para que eu pudesse finalizar essa dissertação e todos os demais trabalhos do mestrado. É um orgulho que seu nome esteja junto com o meu neste documento feito com tanto carinho por nós.

Agradeço de maneira muito especial à minha amiga Larissa Burchard, que o jornalismo colocou em minha vida. Ter sua amizade foi essencial para que eu pudesse frequentar as aulas com mais tranquilidade e menos cansaço. Obrigada por me acolher tantas vezes em sua casa, pelos cafés da manhã carinhosamente preparados, pelas conversas, por todo o apoio e ensinamento do que significa de fato a sororidade feminista. Sua amizade foi uma das melhores coisas que o universo me proporcionou. Em seu nome também agradeço a todas as demais pessoas que me ajudaram, de alguma forma ou de outra em São Borja.

Agradeço a banca de avaliação desta dissertação: professoras Renata Correa Coutinho, Sara Alves Feitosa e Vera Raddatz, mulheres incríveis que aceitaram partilhar seus conhecimentos e estarem comigo neste momento de conquista. Obrigada pelos apontamentos que tornaram este trabalho mais qualificado e digno de um programa de mestrado.

Agradeço às minhas amigas, amigos e familiares pela torcida. Agradeço ainda às emissoras participantes da pesquisa pela prestatividade e confiança. Minha gratidão a todos e todas que me ajudaram, independente da maneira, nesta difícil caminhada.

“Meu senso crítico não é TPM”
(Autora desconhecida)

*“A batalha contra os Homens que
Explicam Tudo para Mim já
empezinou muitas mulheres – da
minha geração e da nova que vem
vindo, da qual tanto precisamos, para
não falar das incontáveis mulheres que
vieram antes de mim e não tinham
permissão de entrar no laboratório, ou
na biblioteca, ou na conversa, ou na
revolução, ou mesmo na categoria
humana”*

**Rebecca Solnit- Os homens
explicam tudo para mim**

*“Enquanto eu tiver perguntas e
não houver respostas
continuarei a escrever. Pensar
é um ato. Sentir é um fato. Os
dois juntos – sou eu que
escrevo o que estou
escrevendo”*

**Clarice Lispector - A Hora da
Estrela**

RESUMO

A dissertação foi desenvolvida dentro do programa de pós-graduação em Comunicação e Indústria Criativa da Unipampa, faz uma análise de narrativas radiofônicas no interior do Rio Grande do Sul. O *corpus* é composto por 12 narrativas, em áudio e texto, de casos de feminicídios que aconteceram no período de maio a outubro de 2019. O exercício foi feito por meio de indícios, que é a base do paradigma indiciário, a metodologia escolhida nesta pesquisa. A dissertação é amparada em conceitos de rádio, radiojornalismo no interior, narrativas e violência de gênero, em especial o crime de feminicídio. Nosso objetivo geral foi analisar a narrativa, identificar agentes e quais são as perguntas feitas por esse radiojornalismo nas entrevistas, para discutir a função do rádio do interior nesta pauta. Concluímos que as rádios do interior gaúcho dão cobertura aos casos unicamente pelo viés policial e superficial, sem entrevistas que aprofundam o tema. São narrativas baseadas em boletins de ocorrência, por vezes lidos e postados na íntegra, sem mudança de palavras técnicas da polícia. Pelas narrativas também se atesta que as rádios não dão visibilidade aos mecanismos de proteção que estão à disposição das vítimas. Ao mesmo tempo, o radiojornalismo do interior apaga a memória das mulheres assassinadas, que não passam de nomes e idades, o que configura mais uma violência a essas vítimas. Em nenhum dos textos analisados há fotos das mulheres. Ao final, propomos recomendações de como qualificar a cobertura da violência de gênero no dia a dia do radiojornalismo do interior.

Palavras-chave: Rádio, radiojornalismo, narrativas, violência de gênero, feminicídio, jornalismo do interior.

ABSTRACT

The dissertation was developed within the postgraduate program in Communication and Creative Industry of Unipampa, makes an analysis of radio narratives in the interior of Rio Grande do Sul. The corpus consists of 12 narratives, in audio and text, of femicide cases, which took place from may to october 2019. The exercise was done through clues, which is the basis of the evidential paradigm, the methodology chosen in this research. The dissertation is supported by concepts of radio, radio journalism of interior, narratives and gender violence, especially the crime of femicide. Our overall objective was to analyze the narrative, identify agents and what are the questions asked by this radio journalism in the interviews, to discuss the function of the interior radio in this agenda. We conclude that the radios of the interior of Rio Grande do Sul only cover the cases by the police and superficial bias, without interviews that deepen the theme. They are narratives based on police reports, sometimes read and posted in their entirety, without changing the technical words of the police. The narratives also show that the radios do not give visibility to the protection mechanisms available to the victims. At the same time, radio journalism in the countryside erases the memory of murdered women, who are only names and ages, which configures yet another violence against these victims. In none of the analyzed texts there are photos of women. In the end, we propose recommendations on how to qualify the coverage of gender-based violence in the interior radio journalism.

Keywords: Radio, radio journalism, narratives, gender violence, femicide, journalism from the interior.

LISTA DE FIGURAS

Dados SSP/RS	37
Mapa com as cidades onde aconteceram os feminicídios.....	39

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Catalogação dos casos que compõem o <i>corpus</i>	40
--------------------------------------------------------------------	----

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	20
1.1 Aspectos metodológicos.....	31
1.2 Corpus	35
2 HISTÓRIA E POPULARIDADE DO RÁDIO NO BRASIL	42
2.1 O início.....	42
2.2 Radiojornalismo começa a ganhar força na 2ª Guerra Mundial	45
2.3 Rádio: novo século, novas definições	48
3 RADIOJORNALISMO DO INTERIOR	53
3.1 Particularidades do radiojornalismo no interior	54
3.2 Gêneros radiofônicos: o espaço da notícia	63
3.3 Produção radiofônica na ótica do <i>gatekeeper</i> e <i>newsmaking</i>	67
4 NARRATIVAS.....	75
4.1 Narrativas e suas contribuições ao mundo.....	77
4.2 Narrativas radiofônicas.....	83
4.2.1 Narrativas acerca de crimes: o feminicídio	86
5 VIOLÊNCIA DE GÊNERO	86
5.1 As raízes da violência de gênero	86
5.2 As muitas violências sofridas pelas mulheres: impactos na saúde e na sociedade	86
5.3 O crime de feminicídio	90
5.4 Matar e depois morrer: o suicídio enquanto violência	96

6 ANÁLISE DAS NARRATIVAS E TENSIONAMENTO DE INDÍCIOS.....	100
6.1 O feminicídio de Júlia Graciela Correia.....	101
6.1.2 Os indícios.....	103
6.2 O feminicídio de Nélia Berta Golmann	106
6.2.1 Os indícios.....	108
6.3 O feminicídio de Lucilene da Rosa Ferreira	108
6.3.1 Os indícios.....	109
6.4 O feminicídio da vítima não identificada	111
6.4.1 Os indícios.....	111
6.5 O feminicídio de Glacir Terezinha Souza na Rádio Progresso.....	112
6.5.1 Os indícios.....	112
6.6 O feminicídio de Glacir Terezinha Souza na Rádio Repórter	113
6.6.1 Os indícios	114
6.7 O feminicídio de Marilene Bernieri.....	114
6.7.1 Os indícios.....	115
6.8 O feminicídio de Vera Lúcia Amaral	115
6.8.1 Os indícios.....	115
6.9 O feminicídio de Franciele Muller Ramos.....	116
6.9.1 Os indícios.....	116
6.10 O feminicídio de Ana Crispim	118
6.10.1 Os indícios.....	118
6.11 O feminício de Janaína Lima de Melo.....	118
6.11.1 Os indícios.....	119
6.12 O feminicídio de Janaína na Rádio Santo Ângelo.....	120
6.12.1 Os indícios.....	120
6.13 Proposições gerais a partir dos indícios.....	121

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	124
8 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	131
9 APÊNDICES	145

INTRODUÇÃO

*“Só investigamos de verdade o que nos afeta”
(Gramsci)*

A partir da narrativa podemos compreender o mundo. O jornalismo, construído dia a dia, também ajuda a dar sentidos sobre a vida cotidiana. De acordo com Resende (2009), o ato de narrar, através dos meios, pode revelar legitimações, valores, representações e faltas, dados preponderantes para o processo de compreensão e leitura do mundo.

No rádio, essa narrativa é literal ao ouvir as palavras de quem está do outro lado. O rádio, em geral, goza de credibilidade, mesmo em tempos onde as chamadas *fake news* operam em todos os meios. Mais do que isso, o que é dito no rádio é levado muito a sério, ainda mais em cidades interioranas onde é o principal meio informativo. Segundo a pesquisa Kantar Ibope (2019), o consumo de rádio no Brasil chega a 91,9% da população. Desde 1923, o meio faz parte do cotidiano de brasileiros e brasileiras de todas as classes sociais. Conforme o dossiê “Rádio: credibilidade, resultado e união nacional”, divulgado neste ano, o rádio está presente em 74% das casas da classe A, 70% da classe B, 64% da classe C e 59% das classes D e E. Na região Sul, onde nossa dissertação é desenvolvida, é onde mais se consome rádio por domicílios, com 74%.

Já a Pesquisa Brasileira de Mídia: Hábitos de Consumo de Mídia pela População (2016) mostra que o rádio se mantém como grande parceiro da população do país, ouvido cerca de 187 minutos por semana. O relatório também traz como dado que 29% dos entrevistados sempre confiam nas informações que ouvem e que 30% muitas vezes confiam. Destes, 36% confiam poucas vezes e apenas 4% nunca confiam. Ainda é relevante destacar dentro da pesquisa que o público que ouve rádio faz outras atividades ao mesmo tempo, entre elas usar o celular (17%) e acessar a internet (10%). Segundo o Kantar Ibope Media (2019), os noticiários locais são o terceiro tipo de conteúdo mais ouvido, ficando atrás de música e notícias. As notícias policiais também figuram entre os conteúdos preferidos dos ouvintes conforme a pesquisa. São questões que vem ao encontro do tema que trabalhamos nesta dissertação.

Neste trabalho, interessa saber, em especial, como ocorre a narrativa do rádio sobre um problema social e de saúde pública que se agrava a cada dia no Brasil e no mundo: a violência, ou violências sofridas por mulheres, especialmente quando são assassinadas; nos casos de feminicídio estão “todos os crimes misóginos que vitimam as

mulheres, tanto no contexto das relações de gênero de tipo interpessoal como de tipo impessoal” (SEGATO, 2010, p. 9). De acordo com o Mapa da Violência 2015, o Brasil ocupa o quinto lugar no *ranking* mundial de violência contra as mulheres.

Nossa inquietação parte da incapacidade de aceitar com naturalidade a realidade de um país em que ocorreram 4.473 feminicídios em 2017, número que representa uma média de uma mulher assassinada a cada duas horas no país. Os dados são do levantamento feito pelo Instituto Patrícia Galvão¹. O mesmo instituto realizou pesquisa em que tem como resultado quase a metade dos homens entrevistados concorda com a afirmação de que “mulher que apanha é porque provoca”. A frase, tão presente no senso comum, como confirma a pesquisa, pode aparecer em narrativas midiáticas, o que nos leva a um tensionamento entre as narrativas jornalísticas e as opiniões de quem detém o poder midiático, neste caso, radialistas e jornalistas.

Consideramos importante e necessário deixar explícito desde o início: é assumida ao longo de toda a pesquisa uma postura crítica em relação ao tema, o que é encarado por nós como um ato político, especialmente no contexto vivido atualmente: claros ataques às conquistas de direitos, principalmente os das mulheres, o preconceito baseado em desconhecimento com os estudos de gênero e outros temas, e até mesmo um ataque à universidade pública, a qual frequentamos neste programa de mestrado. Também consideramos a nossa proposta alinhada à perspectiva dos Direitos Humanos, que devem sempre ser reafirmados, principalmente nos tempos atuais.

Na seção metodológica será aprofundada a postura, mas desde já é importante que fique clara a posição contrária à violência que mulheres sofrem cotidianamente e o discurso do senso comum que culpa as vítimas. **Discurso esse narrado inúmeras vezes na imprensa, na qual está incluída o rádio.** É primordial também explicar que a postura crítica que admitimos não significa, de nenhuma maneira, que não há rigor científico na análise da proposta. Partindo do entendimento de Barbosa (2004, p. 5), nos encaramos como sujeito social e histórico, por isso, “ninguém fala de um mundo distante e no qual também não esteja incluído”. Aqui, nos incluímos de diversas formas: como mulheres, sujeitas a sermos vítimas a qualquer momento, como ouvintes de rádio, que por diversas ocasiões ouvimos narrativas que nos fizeram questionar a responsabilidade de algumas sobre o tema, e, especialmente, enquanto jornalistas. Para

1 Em: <https://dossies.agenciapatriciagalvao.org.br/dados-e-fontes/pesquisa/monitor-da-violencia-levantamento-sobre-assassinatos-de-mulheres-em-2017-g1-nev-usp-fbsp-2018/>> Acesso em 14 de maio de 2019.

Bandeira (2017, p.14), o ato de escrever sobre violência contra a mulher “não é um fim em si mesmo, nem apenas um exercício de estilo livre”. A autora pondera que escrever sobre o tema “requer um envolvimento emocional, afetivo e um compromisso intelectual particular e político de quem escreve, pois a violência é em si uma força perturbadora, um poder inquietante”. (BANDEIRA, 2017, p.14).

É necessário fazer uma breve contextualização da nossa experiência com as narrativas de violência e feminicídio: por sete anos, enquanto atuava em uma redação de rádio do interior do Rio Grande do Sul, nos deparamos com o desafio de pautar a violência de gênero, tanto em reportagens especiais, como forma de esclarecer sobre o fenômeno, suas causas e prevenções, bem como ao noticiar casos de feminicídio e outras formas de violência contra as mulheres. Isso aconteceu dezenas de vezes. Ao longo destes anos, os índices aumentaram, bem como ampliou a nossa percepção em analisar as narrativas faladas na rádio e em outras emissoras. Paralelo a isso, passamos a pesquisar mais, aprofundamos os estudos no mestrado, entendendo como necessário e essencial para nossas práticas profissionais no mercado. É importante lembrar, novamente, que aquilo que é dito na rádio goza de credibilidade, por isso, narrativas antiéticas e sexistas prejudicam a percepção real deste fenômeno que tira a vida de mulheres todos os dias na América Latina e no mundo. Entre outras questões mais pessoais, o fato de viver com uma constante reflexão de como deve ser a postura profissional jornalística nestes casos, nos leva ao tema central desta dissertação. Encaramos o jornalismo como uma profissão de muita responsabilidade na sociedade, especialmente nos tempos atuais, onde existe por parte do governo federal uma tentativa de censura à imprensa, ou, no mínimo, de intervenção na linha editorial e, conseqüentemente, nas narrativas levadas ao público, junto com uma espécie de campanha contra o jornalismo comprometido com os Direitos Humanos. Como ressalta Quadros (2018, p. 24, grifos nossos), “o jornalismo pode ser compreendido como uma narrativa capaz de organizar a realidade e orientar a vida em sociedade, a partir do **que** seleciona como relevante e **como** torna público determinados fatos”.

Aqui, as perguntas norteadoras partem da curiosidade em saber, como são narradas as histórias de feminicídio no Rio Grande do Sul. Qual é esta narrativa? A quem ela se dirige? Elas se atêm ao relato jornalístico? Que papel desempenha o radiojornalismo em tratar deste assunto? Existe silêncio a respeito de alguns fatos? Como pondera Leal (2016), os silêncios e os não-ditos também se configuram como lugares de observação e estudo, e estes estão incluídos na proposta desta dissertação.

Estudos como este se mostram relevantes no atual cenário da violência. Conforme Saad (2018, p. 68), embora seja um problema de longa data, "o feminicídio ainda tem pouca visibilidade social e a mídia pode contribuir neste debate junto à sociedade e à academia, ao mostrar como se configura essa problemática". Segundo Jacira Mello, fundadora do Instituto Patrícia Galvão, a imprensa local ainda trabalha de maneira diferente da chamada grande imprensa. Ela reconhece as dificuldades pelas quais passa a mídia, citando o enxugamento das redações, mas afirma que para existir uma cobertura mais consistente, "seria preciso um movimento de mulheres e pesquisadores da área se mobilizassem para suprir a imprensa em novos ângulos". A presente dissertação se desenvolve neste sentido e, ao final, pretendemos oferecer recomendações de cobertura a partir dos dados colhidos ao longo deste trabalho.

No Rio Grande do Sul, onde a presente pesquisa é desenvolvida, são altos os números das várias violências sofridas pelas mulheres, com 44.270 ocorrências oficiais em 2019. Importante lembrar que estes números podem ser ainda maiores, uma vez que nem todos os casos são levados ao conhecimento das autoridades policiais. Conforme informações da Secretaria Estadual de Segurança Pública (SSP/RS) ocorreram, de janeiro ao final de setembro, 2.653 crimes de ameaça, 15.126 de lesão corporal, 1.172 estupros, 73 feminicídios consumados e 246 tentados até o final do mês de setembro 2019. O contexto político brasileiro se apresenta com uma série de ações, ou a falta delas, como de retrocesso nas políticas públicas e até mesmo simbólicas no enfrentamento da violência de gênero, alinhado ao que pensa o atual presidente do Brasil sobre o feminicídio. "É *mimimi* (sic)", declarou em uma entrevista², entre outras tantas declarações misóginas.

Portanto, nossa trajetória profissional no radiojornalismo leva a esse caminho, que por enquanto é pouco explorado no Brasil, ainda mais quando se trata de narrativas de rádio, que mesmo operando em uma linguagem popular e coloquial, possui uma série de complexidades e exige esforço teórico para uma análise científica. Segundo Barros e Lehfeld (1991), os temas de pesquisa podem surgir de observações do cotidiano, da vida profissional, do contato e relacionamento com especialistas, *feedback* de pesquisas realizadas ou do estudo de literatura especializada. Todas as opções citadas pelos autores se encaixam neste trabalho.

2 Em: <https://congressoemfoco.uol.com.br/direitos-humanos/bolsonaro-defende-homicidio-para-acabar-com-mimimi-de-feminicidio-em-video-de-2017/>

Deste modo, as narrativas jornalísticas que retratam a violência e morte de mulheres são o objeto do estudo, que parte da análise de um ambiente ainda mais particular: o interior, aqui considerados os municípios que não são capitais de estados ou regiões metropolitanas, localizadas no entorno das capitais. Assim consideramos para todo o trabalho, que terá a repetição recorrente desta palavra, “interior” várias vezes.

Optamos pelas narrativas de rádios localizadas geograficamente longe da capital e áreas metropolitanas, por vezes distantes das atenções televisivas e dos jornais impressos. Grande parte das pesquisas sobre rádio são focadas nas chamadas emissoras de referência, localizadas em capitais. As emissoras menores, não menos importantes para quem as ouve, nem sempre possuem atenção de pesquisadores e pesquisadoras, mais uma razão para terem sido escolhidas para esta pesquisa. Para Cebrián Herreros (2007), é preciso insistir no local, no desenvolvimento do entorno imediato, nas culturas do próximo que interessam a todos que vivem em uma determinada comunidade. Portanto, **o corpus é composto por narrativas radiofônicas em casos de feminicídios ocorridos no interior do Rio Grande do Sul, entendendo a importância do veículo nas comunidades e seus reflexos:**

As representações sociais de gênero se fazem presentes no discurso radiofônico e que não só possibilitam aos sujeitos dar significado às suas vivências, mas também, por seu caráter performático, trazem implicações concretas, tanto sociais como subjetivas, para a vida das pessoas (SAFFIOTI, 1992, p. 209).

Na pesquisa do estado da arte, nota-se que os estudos de narrativas estão sendo bastante explorados no Brasil. Já os estudos de gênero começaram a ter atenção nos últimos anos, mas não como em outras áreas do conhecimento, como aponta Buitoni (2008):

Articular gênero e mídia é uma tendência que vem crescendo na pesquisa em jornalismo no Brasil, após décadas de incursões até certo ponto tímidas e/ou isoladas. Trabalhos recentes mostram que essa perspectiva temática ainda não conseguiu a força que foi desenvolvida em outras áreas do conhecimento. (BUITONI, 2008, p. 11).

Um dos trabalhos encontrados que pode se relacionar com esta pesquisa é a dissertação de mestrado defendida em 2017 por Bárbara Caldeira, na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), intitulada “Entre assassinatos em série e uma série de assassinatos: O tecer da intriga nas construções narrativas de mulheres mortas e seus

agressores nas páginas de dois impressos mineiros”. Na justificativa, a pesquisadora pontua que narrativas a respeito da violência merecem ser estudadas.

As narrativas jornalísticas que tratam da violência merecem, em suas diversas manifestações, a atenção dos pesquisadores da área da Comunicação, visto que o assunto constantemente suscita reflexões éticas, ponderações quanto às dinâmicas de negociações de sentidos e quanto à potência e impacto das construções narrativas (CALDEIRA, 2017, p. 12).

A dissertação de Caldeira teve como objeto da pesquisa os jornais impressos. Esta se diferencia por escolher outro tipo de narrativa, que é a radiofônica, e em outro ambiente, que são as cidades do interior. Entendemos que o tema permanece em aberto na academia, o que reforçou o nosso interesse, baseado na ideia do ineditismo da pesquisa.

É importante explicar qual o entendimento sobre rádio no contexto desta dissertação, que tem análise das narrativas em áudio e também em texto. Nos apropriamos do entendimento de Kischinhevsky (2016), que vê o radiojornalismo atual em um contexto expandido, além da transmissão em ondas. Desta forma, o radiojornalismo está presente em portais da internet, celulares, entre outros, não se restringindo somente ao que vai ao ar no rádio.

O objetivo geral deste estudo é analisar a narrativa radiofônica expandida nas notícias de feminicídio, conforme as delimitações temporais que serão detalhadas mais adiante. Os objetivos específicos são os seguintes: descrever como é feita a narrativa; identificar quem são os agentes participantes destas narrativas e quais perguntas o radiojornalismo faz ou deixa de fazer nestas narrativas de feminicídio.

Por fim, **será problematizada a função do radiojornalismo nessa narrativa, entendendo o jornalismo como um agente social importante**, visto por Ramos e Paiva (2008), como capaz de influenciar a opinião da sociedade, motivar e fiscalizar a implantação de políticas de Estado. Hall (2016, p. 322) corrobora com a ideia, ao afirmar que “os *media* estabelecem uma ponte de mediação crucial entre o aparelho de controle social e o público”.

Acreditamos ainda que o tema se encaixa na proposta do Programa de Pós-graduação em Comunicação e Indústria Criativa da Universidade Federal do Pampa (Unipampa). Primeiro, pelo seu caráter profissional, que alia os estudos acadêmicos com o mercado de trabalho, especialmente em regiões afastadas das capitais e entornos. A história do programa tem estreita relação com a comunidade, afinal, a equipe docente

percebeu a necessidade de “responsabilidade e inserção social dos programas junto as suas comunidades e regiões” (CAPES, 2013, p. 10). Analisamos que as práticas profissionais de jornalistas/radialistas estão neste contexto. O segundo ponto, que não deixa de estar ligado com o primeiro, é a linha de pesquisa da qual fazemos parte, a ‘Para Comunicação e Indústria Criativa’, que “localiza a indústria criativa no objeto/cliente da ação comunicacional”³. Portanto, nossa ação dialoga diretamente com o rádio, que está listado no Relatório das Atividades Criativas de 2010, desenvolvido na Conferência das Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD).

Ainda em relação ao programa de mestrado, a primeira etapa, composta pela produção e execução do Projeto de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PDI), esteve, de certa forma, alinhado ao que dissertamos aqui. Desenvolvemos um manual com orientações para o trabalho em radiojornalismo no interior⁴. Um dos capítulos foi dedicado ao Jornalismo com Perspectiva de Gênero no rádio, com orientações na divulgação de pautas que envolvam violência.

Temos ciência de que um caminho que poderia ser trilhado neste sentido tivesse como ponto central a atuação individual dos profissionais do rádio, mas, para isso, teríamos que nos debruçarmos sobre outras questões, como um estudo de cada ambiente em que estão inseridos. Por mais interesse que tenhamos, entendemos que o percurso do mestrado e o prazo da pesquisa não seriam suficientes para concluir o estudo. Esta é a razão para escolhermos a análise das narrativas, por meio do paradigma indiciário, baseado em indícios. Deixamos claro que nosso interesse persiste, cientes de que em uma pesquisa futura, como o doutorado, isso possa ser realizado com mais segurança. De qualquer maneira, o esforço realizado neste trabalho foi para que o resultado possa gerar contribuição e articulação entre a teoria e o mercado radiojornalístico, baseado na premissa do programa, que alia a produção do conhecimento teórico com as práticas cotidianas profissionais no rádio. Além disso, como já foi demarcado, a proposta desta dissertação diz muito sobre a realidade das mulheres no Brasil e seus desafios na sociedade: no mercado de trabalho, na universidade, na rua, em todos os ambientes. Não há necessidade nem razão para dissociar essa realidade de propormos enquanto pesquisa

³ <http://cursos.unipampa.edu.br/cursos/ppgcic/linhas-de-pesquisa/>

⁴ <https://t.co/Z7BisYwYLP?amp=1>

acadêmica, que também consideramos uma pesquisa feminista. Nos anos 1970, em plena ditadura militar, as universidades foram espaços de discussão do feminismo, algo que ainda permanece, ou ao menos tenta permanecer. Acreditamos que não podemos ser omissas em deixar que nossas vozes sejam silenciadas nestes espaços, especialmente nas universidades públicas. Ao mesmo tempo, não podemos sucumbir ao pensamento de que na atualidade não temos direitos a serem conquistados, posições a serem (re)afirmadas e lutas a serem travadas, afinal:

Mesmo com alguns avanços, inclusive com a conquista de leis que asseguram direitos, ainda continuam as antigas lutas, acrescidas por novas lutas nascidas em torno de novas concepções e novas configurações das relações entre os sexos (BUITONI, 2008, p.11).

A partir dessa perspectiva e vivência de mundo, não se pode agir de outra maneira neste momento da história brasileira, mesmo que este caminho se demonstre desafiador. A pesquisa científica exige, de acordo com Santaella (2001, p. 113) “um certo estado de alerta do pesquisador (a) para as questões filosóficas, especialmente as epistemológicas, sobre as leis que regem o conhecimento, sua busca, aquisição, validade etc”. Ela acrescenta que a pesquisa deve se conduzir dentro de um determinado campo da ciência a que o objeto ou assunto da pergunta pertence e à luz de algum quadro teórico que deve ser selecionado em função de sua adequação para responder à pergunta que se tem. Portanto, a pergunta principal aqui, que é a problematização deste trabalho é: **qual a função do radiojornalismo ao noticiar os casos de feminicídio?** Questão que deve ser respondida a partir do **esforço teórico**, que será apresentado a seguir, **bem com os exercícios propostos pelo paradigma indiciário**, que é a metodologia escolhida para esta pesquisa.

No Brasil, o professor José Luiz Braga, da Universidade do Vale dos Sinos (Unisinos) é um dos principais autores que trabalha com o método na comunicação. Para ele, “a base do paradigma não é colher e descrever indícios – mas selecionar e organizar para fazer inferências (...) o paradigma indiciário implica fazer proposições de ordem geral a partir dos dados singulares obtidos” (BRAGA, 2008, p. 78). Além de ir ao encontro da proposta de pesquisa, uma característica em especial chama a atenção no paradigma indiciário:

A busca pela neutralidade do pesquisador já não está mais no centro das atenções. Este paradigma valoriza a aproximação emocional do pesquisador

com o seu objeto, os traços e o conhecimento individuais em detrimento da generalização (RODRIGUES, 2005, p. 6).

A partir da trajetória de pesquisa e profissional relacionada ao objeto e tema da presente dissertação, o paradigma parece adequado, uma vez que não se finge distanciamento. De acordo com Santaella (2001), os temas de pesquisa estão relacionados com a história de vida, e especialmente, com a história intelectual de quem pesquisa.

O *corpus* deste estudo será explicado com mais detalhes a seguir, juntamente com a metodologia, mas adianta-se que é composto por narrativas radiofônicas de feminicídios que aconteceram no período de maio a setembro de 2019 no Rio Grande do Sul. No contexto do rádio expandido (KISCHINHEISKY, 2016), nosso *corpus*, além dos áudios, as respectivas matérias em texto, postadas nos sites das rádios.

Partilhamos da visão de Quadros, Motta e Nasi (2017), que não veem as narrativas isoladamente, “mas as considera inseridas em uma historicidade, dotadas de vinculações sociais e como resultado de modos de produção institucionalizados” (2017, p. 36). No material analisado a busca será por indícios. Para Braga (2008), todo o trabalho de fundamentação teórica, de observação e de problematização nos artigos envolve, de algum modo, a visada de capturar algum aspecto relevante desse fenômeno em termos mais rigorosos do que pelo senso comum. Coelho (2007) colabora no mesmo sentido, indicando que o paradigma indiciário é um conjunto de princípios e procedimentos teórico-metodológicos que orientam a elaboração do conhecimento a partir da **investigação e análise dos indícios**. Neste trabalho, a investigação será feita com os áudios e matérias selecionadas, no exercício de ouvir, ler e reler para perceber indícios que nos levem a respostas.

Antes de apresentar a divisão deste trabalho, é importante explicar que ao longo do texto os termos “jornalista” e “radialista” podem ser usados como sinônimos, partindo da situação do ambiente de pesquisa, que é o interior. O mais comum nessas emissoras é que radialistas, mesmo sem formação de graduação em jornalismo, se intitulem jornalistas. Tal situação será melhor detalhada no capítulo sobre rádio no interior.

A presente dissertação está dividida em sete capítulos, necessários para dar conta da complexidade da pesquisa. O primeiro é os que constam as considerações iniciais do trabalho, a metodologia e o *corpus* de pesquisa. Para Bastos (1999), a multiplicidade de

pontos de vista é fundamental para que a pesquisadora não fique fixada em um modo de ver.

Depois é apresentada a trajetória do rádio no Brasil, amparada principalmente nos trabalhos de Lopes (1970); Ortriwano (2002); Ferraretto (2014); Barbero (1959); Filho (2003); Faus Belau (1999); Taparelli (2003); Sampaio (1984); Moreira (2002) e Meditsch (2001), além de outras autoras e autores que pesquisam este meio. São três seções, uma que diz respeito ao início do rádio no Brasil, a outra especificamente ao radiojornalismo e a terceira às novas definições do veículo com a chegada do século 21 e a chamada era da convergência, com trabalhos de Lopez (2010); Kischinhevsky (2016); Salaverría e Negredo (2008); Meditsch (2010) e Herreros (2008).

No terceiro capítulo, dividido em três seções, estão os conceitos de radiojornalismo local, com suas particularidades em relação a sua presença na comunidade e em meio a transformações do próprio rádio. Por mais que nem todos os conceitos poderão aparecer na análise final da pesquisa, são considerados essenciais para explicar as transformações pelas quais o rádio passou ao longo de sua trajetória. São apresentados ainda outros conceitos que acreditamos ser relevantes, a partir das pesquisas de Chantler e Harris (1998); Radattz (2007); Peruzzo (2005); Ortiz (2008, 1999); Camponez (2002, 2012); Bourdin (2001); Dorneles (2010, 2014) e Zuculoto (2012). Não foi encontrado, em trabalhos sobre o tema, um consenso sobre os conceitos de definição do jornalismo praticado no interior, por isso foram usados como sinônimos as expressões de interior, local ou regional. É importante frisar que tais termos são remetidos, neste trabalho, às rádios e sites das emissoras selecionadas para análise. A segunda seção trata dos conceitos dos gêneros radiofônicos, indispensáveis para a discussão em torno dos tipos de programas existentes e onde estão as narrativas estudadas nesta pesquisa. São utilizados, especialmente, os estudos de Ferraretto (2000); Filho (2003); Albuquerque (2014) e novamente Ortriwano (1985).

A terceira seção é dedicada à produção radiofônica, na ótica de *gatekeeper* e *newsmaking*, a partir das obras de Traquina (1993, 2005), Wolf (2005, 2008), Vizeu (2007) e Tuchman (1978). Estudos de produção radiojornalística nas emissoras, com apoio de Lopez (2010) e Ferraretto (2011) também são detalhados. Os conceitos são importantes para o entendimento das rotinas produtivas das rádios na escolha das notícias a serem narradas e como são narradas.

O quarto capítulo é concentrado na narrativa jornalística, partindo da visão de Resende (2005), que vê a narrativa em seu caráter dinâmico e social, presente nas

análises e nas reflexões sobre a sociedade que constrói (e se reconstrói com) os meios de comunicação. As ideias do autor são complementadas por Mota (2013). Neste capítulo, ainda estão os conceitos de narrativas construídos por Ijuim e Sardinha (2009). A dupla afirma que o jornalista, no momento de construir narrativas, necessita compreender o fenômeno para poder narrá-lo, o que exige uma percepção dos fenômenos sociais e culturais. O conceito de narrativa jornalística também terá contribuições de Antunes (2012), Leal (2006), Nasi (2019), Quadros (2018) e Caldeira (2017).

No capítulo subsequente são exploradas questões relativas à violência de gênero, para entendimento do tipo de fenômeno estudado. Na primeira seção ocorre uma problematização do conceito de gênero, a partir das contribuições de Butler (2010), Bordieu (1996, 2002, 2014) e Colling (2014). Depois, são abordados os vários tipos de violências que as mulheres são vítimas e seu impacto na sociedade, especialmente na ótica da saúde, com trabalhos de Fonseca, Ribeiro e Leal (2012). Na sequência falamos mais especificamente sobre o crime de feminicídio, com as conceituações de Lagarde (2006), Pasinato (2011) e Russel e Caputti (1992), e contextualização da criação da Lei do Feminicídio no Brasil, amparadas especialmente no trabalho de Oliveira (2017). Ainda nesta seção, é tratado sobre o momento vivido no país, que apresenta certa resistências à lei e ao conceito. Na última seção do capítulo, é abordado o suicídio enquanto violência, a partir de dados do trabalho de Soares (2002) e outros autores que desenvolveram pesquisas na área, bem como a problematização do uso de armas de fogo, que, com acesso facilitado, podem aumentar os casos de feminicídio no país.

No capítulo sexto, é realizada a análise do *corpus* de pesquisa a partir do paradigma indiciário, que exige a observação de indícios para formulação de proposições gerais. Por fim, são apresentadas as considerações finais do trabalho. O resultado da discussão, além da contribuição acadêmica, pode ser também uma contribuição profissional às emissoras interioranas, que com frequência, podem ter que narrar notícias como feminicídios, não como um modelo, mas como uma reflexão teórico-prática que possa ser útil ao mercado, afinal “é mais comum a crítica ao noticiário produzido no interior do que a proposição de soluções para os problemas desse tipo de jornalismo” (DORNELLES, 2013, p. 67). Portanto, as recomendações feitas no presente estudo podem ser vistas como alternativas a serem pensadas como soluções dos problemas identificados nas narrativas.

1.1 Aspectos metodológicos

*“O mundo está cheio de coisas óbvias que ninguém jamais observa.”
([Sherlock Holmes](#))*

Escolher um método de pesquisa foi um dos principais desafios deste trabalho, como ocorre muitas vezes em nossa área. De acordo com Braga (2008), as pesquisas em comunicação são complexas e dinâmicas, não apenas em consequência do avanço tecnológico, mas também dos processos sociais interacionais que se diversificam correlatamente. Para piorar, ou, por outra ótica, tornar mais interessante a situação, nossa dissertação é sobre pesquisa radiofônica. De acordo com o pesquisador Marcelo Kischinhevsky, referência na área no Brasil, existe um “divórcio entre a teoria e a prática, que alija muitos pesquisadores do rádio de programas de pós-graduação” (KISCHINHEVSKY, 2016, p. 284). Para ele, se trata de um preconceito puro dos teóricos da comunicação, “que não veem no fazer radiofônico um espaço para reflexão em nível de *pós stricto sensu*” (KISCHINHEVSKY, 2016, p. 284). A situação é verificada na falta de produções teóricas em manuais metodológicos nas pesquisas sobre radiofonia.

O método de pesquisa foi decidido após vários impasses, com a preocupação em manter o objeto (o rádio do interior) e o tema (narrativas de feminicídio), sabendo que essa soma traria uma jornada difícil para conseguir executar a proposta. Em um evento na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), o professor Elton Antunes, palestrou sobre “Mulheres assassinadas pelos parceiros e pelo jornalismo – (re) pensando e praticando alternativas”. Foi ele quem nos apresentou o paradigma indiciário, após ouvir o relato a respeito das dificuldades e da persistência em seguir neste tema. O método é baseado em indícios e pistas. Coelho (2007) define como um conjunto de princípios e procedimentos teórico-metodológicos que orientam a elaboração do conhecimento a partir da investigação e análise dos indícios. É importante dizer desde o começo que é um método que exige observação criativa, com um “rigor flexível, sensível aos sons, sabores e odores, onde rigor, sensibilidade, intuição e técnica se combinam para chegar à verdade provável” (RODRIGUES, 2005, p. 5).

O precursor do indiciarismo é Carlo Ginzburg, que escreveu em 1989 o artigo *Sinais, raízes e um paradigma indiciário*. No início da escrita, Ginzburg (1989) diz que o paradigma é uma tentativa “de sair dos incômodos da contraposição entre racionalismo e irracionalismo”. (GINZBURG, 1989, p. 143). O método é bastante

antigo. Ele retoma a época em que o homem ainda vivia na pré-história e tinha a caça de animais como base da alimentação. O caçador seria o primeiro a narrar histórias, a partir de pistas chamadas de mudas ou até mesmo imperceptíveis, como pegadas da presa. Nesse mesmo artigo, Ginzburg escreveu que “É talvez o gesto mais antigo da história intelectual do gênero humano: o do caçador agachado na lama, que escuta as pistas da presa”. Este tipo de conhecimento era repassado por meio de narrativa, como as escritas rupestres. Avançando na história, o autor destaca que em várias civilizações utilizavam destes sinais para compor elementos pictográficos e fonéticos. O paradigma é crítico ao positivismo, que era o modelo mais bem visto do século XX, como ressalta Rodrigues (2005):

Racionalismo versus Irracionalismo. Ginzburg discute e analisa o paradigma indiciário, não teorizado, apesar de amplamente operante até o final do século XIX, contrapondo-o ao modelo positivista vitorioso no século XX. Nesse sentido procura mapear sua origem e demonstrar sua utilização nas diferentes áreas do saber (RODRIGUES, 2005, p.215).

O uso de indícios é utilizado em várias áreas do saber. Como exemplos, pode ser citada a medicina, que investiga os sintomas de pacientes para chegar a um diagnóstico. Mesmo que mais popular em épocas que não havia tecnologia avançada, ainda hoje é utilizado. Outra área que passa pelo método é a investigação policial. Uma das bases é a análise de pistas e indícios para solucionar crimes. Na ficção, detetives célebres são Mrs. Poirot, criado por Agatha Christie e Sherlock Holmes, personagem de Conan Doyle, utilizam as pistas para desvendar crimes. Chegamos, agora, à área da Comunicação, que é bastante complexa.

No campo específico da epistemologia da comunicação, as questões fundamentais têm sido o debate sobre a própria definição do saber comunicacional: seu objeto específico, seu estatuto enquanto saber (ciência, arte, técnica...) e sua inserção no quadro dos conhecimentos constituídos (fragmentação, importação de teorias de outros campos, interdisciplinaridade) (MARTINO, 2010, p. 464-465).

No Brasil, o professor José Luiz Braga é um dos principais pesquisadores responsáveis pela aproximação do método indiciário com a comunicação. Ele reflete que a Comunicação pode ser uma disciplina indiciária. De acordo com o texto intitulado “Comunicação, uma disciplina indiciária”:

Na comunicação, a escassez de pesquisas nomotéticas parece derivar da dificuldade de eliminar traços singulares e de concentrar a preocupação em elementos comuns a uma classe de eventos (o que permitiria a determinação

de regularidades abrangentes) – dificuldade decorrente da complexidade do fenômeno interacional. Entre os processos comunicacionais, seus objetivos, suas circunstâncias e seu contexto, há relações que, omitidas, impediriam a percepção clara do fenômeno (BRAGA, 2008, p. 76).

Novamente, ele destaca o percurso de pesquisa empírica aproximada com o indiciarismo. Em resumo, se trata de um jogo de movimentos, tal como o conhecido jogo de xadrez.

Com base em levantamento dos elementos que compõem o texto, e apoiados na observação dos parâmetros anteriores, podemos chegar a uma descrição organizada das estruturas que dão forma ao “argumento” do artigo. Esta estrutura se constitui, em termos performativos, através de uma série de “movimentos”, como em um jogo de xadrez. Parte-se de um determinado ponto; constroem-se bases de sustentação; são tomadas decisões de encaminhamento; planeja-se o modo de observar; observa-se; são feitas referências complementares; tiram-se inferências, fazem-se deduções; elaboram-se reflexões para articular fragmentos; percebem-se relações entre “objetos” e entre conceitos; derivam-se consequências. Todos estes “movimentos”, como se percebe, são atividades construtivas que tecem o artigo – que se ordenam como uma oferta ao leitor, conduzindo tentativamente sua leitura, sua percepção, seu pensamento. O resultado final é o que aparece no artigo – mais exatamente, é o que constitui o artigo. Perceber a estrutura e os movimentos corresponde, em síntese, a tentar recuperar as “regras do jogo” que se manifestam naquela estratégia específica que é o texto (BRAGA, 2010), p. 425).

Ainda de acordo com Braga (2008), a base desse método não é apenas colher os indícios, “mas selecionar e organizar para fazer inferências”(BRAGA, 2008, p.78). Caso se tratasse de uma perspectiva empiricista os dados seriam apenas acumulados. No paradigma, é necessário fazer “proposições de ordem geral a partir dos dados singulares obtidos” (BRAGA, 2008, p. 78). Para Leda Verdiani Tfouni, Anderson de Carvalho Pereira e Nilton Milanez, organizadores do livro "O paradigma indiciário e as modalidades de decifração nas Ciências Humanas"⁵, a interpretação é um trabalho baseado em pistas, como escrevem na apresentação da obra:

O paradigma indiciário opõe-se, historicamente, ao paradigma galileano. Este último norteia as ciências 'duras', para as quais o fato científico deve ser passível de réplica, quantificável, e livre de toda subjetividade da parte do pesquisador. O paradigma indiciário interessa-se pelos pequenos detalhes, pistas, restos, que revelam as particularidades - em detrimento da generalização -, enfim, tudo aquilo que escapa aos números, cálculos e previsões. Ele permite reconstruir o passado e antever o futuro. Calca-se nos 'dados' negligenciáveis, considerados não importantes pelo método galileano. Tem por centro a interpretação, e parte do pressuposto de que interpretar é

5 <https://www.edufscar.com.br/farol/edufscar/blog/lancamentos/novo-lancamento-fala-sobre-o-paradigma-indiciario-nas-ciencias-humanas/74924>

um ofício que se baseia em pistas. Assim, o 'dado' não é transparente e o investigador nunca consegue se colocar fora do experimento.

Tal tarefa requer uma grande dose de sensibilidade para articular as pistas e fazer as inferências. É importante frisar que nesta ideia não existem regras gerais, mas, existem três critérios principais. O primeiro é o problema de pesquisa. O segundo são as lógicas do objeto. Por fim, a terceira diz respeito ao conhecimento disponível sobre o objeto e seus processos, especialmente o conhecimento teórico. A aplicação do método requer um tensionamento entre os critérios. Tal procedimento irá requerer muita atenção e habilidade, uma vez que a articulação é o que pode trazer os resultados.

Além desse trabalho de busca da pertinência entre as pistas e os objetivos da pesquisa, devemos sublinhar também que os indícios não remetem «de modo direto» à realidade a ser capturada. É do conjunto de indícios relacionados pela pesquisa que se podem inferir lógicas, processos e estruturas que caracterizam o caso. Eventualmente alguns indícios podem parecer irrelevantes – e só adquirem valor indiciário por sua articulação com os demais. (BRAGA, 2008, p. 71)

Novamente, é destacada a importância do rigor na pesquisa, não só pela necessidade, por se tratar de um trabalho acadêmico e pelo método, mas também pela particularidade do rádio, base da presente pesquisa.

Não existe um método de pesquisa específico e consagrado para o estudo de mídia sonora. Isto ocorre, em primeiro lugar, porque a análise desse material pode contemplar várias formas de linguagem e diferentes objetos de pesquisa. Além disso, parte da aplicabilidade do método provém de seus fundamentos teóricos (FONSECA JÚNIOR, 2009, p. 4).

O estado da arte indica que se trata de um trabalho inédito, portanto existe a condição de qualificar a pesquisa na área, fazendo algo diferente. Esta é a crítica de Kischinhevsky (2015):

Escrever um artigo acadêmico sobre rádio não pressupõe contar a história de uma emissora ou de um comunicador, de forma linear, sem historicidade, ou de modo memorialístico. Um breve histórico copiado e colado a partir de fontes on-line cada vez mais numerosas e acessíveis não traz mais contexto sobre o objeto escolhido, nem qualifica nossas pesquisas. Assim, apenas reproduzimos o que já foi escrito, acriticamente, muitas vezes por gente sem formação acadêmica, contaminada por narrativas enviesadas (KISCHINHEVSKY, 2015, p.11).

Voltando ao paradigma indiciário, Howard Becker (1993) explica que “[o] modelo fornece respostas para as questões teóricas do estudo e demonstra a contribuição

de cada parte da estrutura para a explicação do fenômeno em questão” (1993, p.127). Aliado a essa metodologia, não é deixada de lado outra questão fundamental para a pesquisa: a curiosidade. Conforme Braga (2018), a curiosidade e a dúvida são aspectos essenciais no trabalho, reconhecendo que não sabemos alguma coisa sobre a questão. Neste caso, falta de curiosidade não é um percalço, devido à experiência de trabalho por vários anos com a narrativa radiofônica. As atividades profissionais anteriores e paralelas ao mestrado foram base para muitos ensinamentos jornalísticos, e, ao mesmo tempo, para muitas dúvidas e curiosidades que sustentam essa e outras pesquisas acadêmicas. Ao citar Peirce, Santaella (2011) diz de maneira geral que toda a investigação, independente da espécie, nasce da observação de algum fenômeno surpreendente, de alguma experiência que frustra ou rompe com um hábito de expectativa. Ela argumenta que ao escrever que o desejo de encontrar respostas deve estar sempre na “mola central de uma pesquisa, principalmente da científica, pois sem esse desejo, o pesquisador fenece tragado nos desencantos das obrigações” (SANTAELLA, 2001, p. 111).

Avaliamos que é preciso encarar a pesquisa, com suas particularidades e dificuldades, como algo verdadeiramente desejado e importante na existência, para si e para os demais que poderão acessá-la, não como uma mera atividade no caminho necessário a se concluir um curso de pós-graduação e ostentar o título posteriormente. Só isso não basta e não faz sentido em nossa personalidade e nas inquietações que vivenciamos neste mundo.

Foi encontrada na academia, em um mestrado de universidade pública e descentralizada geograficamente, em São Borja, no Pampa Gaúcho, uma maneira de aliar as duas experiências, da pesquisa e do mercado jornalístico, em busca de algumas respostas para perguntas que nos inquietam, além da contribuição com o tema que ainda é pouco explorado na Comunicação. Obviamente, tem-se a certeza de que a questão não será esgotada nesta dissertação. Até porque, conforme Santaella (2001), nenhuma teoria pode esgotar a realidade. Citando Demo (1985), ela pontua que a ciência não é a acumulação de resultados definitivos, mas principalmente, o questionamento inesgotável de uma realidade reconhecida também como inesgotável.

1.2 Corpus: complexidades e desafios de pesquisa com narrativas radiofônicas

Nesta seção, empreendemos o esforço de apresentar, com detalhes, nosso percurso metodológico para escolha e acesso do *corpus* da dissertação. Temos a

consciência de que por se tratar de uma pesquisa científica, existe a necessidade de ser plenamente representativo, o que sempre é algo complexo de ser executado, como aponta Kischinhevsky:

Nunca chegaremos a um *corpus* plenamente representativo, mas podemos minimizar o risco de obtermos dados pouco significativos se adotarmos procedimentos de controle, demarcando claramente (nos relatórios de pesquisa ou nos capítulos teórico-metodológicos da tese ou da dissertação) como chegamos aos dados – como se deu a construção do corpus, quais as características socioeconômicas dos entrevistados, período e local da coleta dos dados, etc (KISCHINHEVSKY, 2016, p. 291).

Quando falamos em narrativas radiofônicas, a dificuldade aumenta. Primeiro que a fala é, na maioria das vezes, efêmera. Se estiver ouvindo a rádio ao vivo, a chance é apenas única. Algumas informações até podem e devem ser repetidas para situar o ouvinte, no entanto, a narrativa toda, como nosso objeto de estudo, raramente é repetida na íntegra. É algo diferente do jornal impresso, por exemplo, onde a informação pode ser lida e relida quantas vezes quiser, pois está em meio físico à disposição. No caso da internet, a situação é semelhante, já que a notícia fica online nos sites. Portanto, estudar narrativas radiofônicas significa um esforço maior em relação aos demais meios, pelo caráter efêmero. Aqui se demonstra um dos principais desafios enfrentados nesta pesquisa, porém não o único.

Ainda sobre as narrativas radiofônicas, existe uma questão legal a ser observada: o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações do Brasil exige que as emissoras tenham salvo uma cópia de tudo que foi ao ar por um período de 30 dias. Em geral, as emissoras utilizam um programa de computador que grava tudo que vai ao ar e deixam armazenado em um arquivo, chamado, curiosamente, de “censura”. O que observamos, conforme foi acontecendo o contato com as rádios em busca dos áudios, é que nem todas as emissoras cumprem essa determinação, pelo que nos foi dito, já que não ocorre uma fiscalização efetiva por parte do ministério que faz a exigência. Portanto, não é possível recuperar, em alguns casos, o que foi ao ar. Outras emissoras guardam o áudio apenas pelo período exigido, apagando logo em seguida. As justificativas que recebemos nestas duas situações foram as de que é preciso apagar para ter espaço no computador e de que os *softwares* que fazem o armazenamento são demasiadamente caros.

Para encontrar essas narrativas a respeito de feminicídios, fizemos dois tipos de percurso. O primeiro foi o monitoramento da imprensa, por meio das redes sociais e

participação em grupos de notícias no Whatsapp sobre notícias da área de segurança pública no Rio Grande do Sul. Foi o primeiro passo para saber onde esses crimes estavam ocorrendo. Mas não foi o único movimento. O outro foi por meio do site da Secretaria de Segurança Pública do Rio Grande do Sul (SSP/RS). Por lei, o órgão tem a obrigação de deixar público os chamados indicadores criminais, que são atualizados mensalmente, sendo dados oficiais. Nestes indicadores estão todas as ocorrências registradas, separadas por crime e por município. Existe uma seção dedicada apenas a crimes cometidos contra as mulheres, conforme demonstra o quadro a seguir.

Secretaria da Segurança Pública
Departamento de Planejamento e Integração
Observatório Estadual de Segurança Pública

MONITORAMENTO DOS INDICADORES DE VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES NO RS

MÊS	AMEAÇA	LESÃO CORPORAL	ESTUPRO (*)	FEMINICÍDIO CONSUMADO	FEMINICÍDIO TENTADO
jan/19	3.728	2.085	176	3	44
fev/19	3.202	1.820	130	1	23
mar/19	3.447	1.946	121	11	25
abr/19	3.073	1.719	102	6	37
mai/19	2.884	1.499	100	13	31
jun/19	2.786	1.593	124	9	23
jul/19	2.710	1.360	135	15	22
ago/19	2.946	1.458	146	8	27
set/19	2.877	1.646	138	7	14
out/19					
nov/19					
dez/19					
Total	27.653	15.126	1.172	73	246

Fonte: SIP/PROCERGS - Atualizado em 09/10/2019

Fonte: SSP/RS

É possível selecionar o tipo de crime, neste caso, feminicídio, e saber em que cidade e em que mês ocorreu. De posse desta informação, pudemos mapear onde os crimes foram cometidos, partindo para a busca, por meio da internet, dos veículos que noticiariam os casos. Importante lembrar que escolhemos as narrativas de rádios que não ficam na Capital ou regiões Metropolitanas. Por conta do percurso da escrita do trabalho e já sabendo, por experiência profissional, que as rádios não guardam os áudios muito tempo, passamos a fazer os contatos a partir do mês de maio. Nesta altura do ano, já haviam ocorrido 33 feminicídios no Rio Grande do Sul em 2019. Sabendo em que cidades os crimes ocorreram, nosso próximo passo foi o de encontrar, por meio da internet, rádios localizadas nestes municípios, uma vez que todas hoje estão presentes online de alguma maneira. Alguns dos crimes aconteceram em cidades pequenas, com

poucos habitantes, que não sediam emissoras, mas fazem parte da área de abrangência de outras rádios localizadas em municípios próximos. Portanto, o exercício foi o de encontrar os veículos e verificar se fizeram a cobertura destes casos. No espaço de busca do Google, digitamos as palavras “feminicídio” + o nome da cidade. Como alguns veículos não utilizam a palavra feminicídio, repetimos a pesquisa com os termos “homicídio” “mulher morta” + o nome da cidade.

Esta etapa do processo nos mostrou uma reflexão que é pertinente a ser levada em conta nesta pesquisa: alguns feminicídios foram silenciados pela imprensa radiofônica ou até mesmo sites e jornais. A história dessas mulheres assassinadas, na maioria das vezes por companheiros ou ex-companheiros, não foi contada. Os veículos não julgaram os feminicídios como um valor notícia importante, o que demonstra um silenciamento sobre o assunto. Nos próximos capítulos, amparadas em referências, explanaremos sobre os critérios de noticiabilidade do radiojornalismo, nas quais há consonância entre autores de que a morte é um valor notícia.

Contando a partir do mês de maio até 16 de outubro de 2019, foram 57 casos de feminicídios. Destes, excluimos 11, por estarem localizados em Porto Alegre e Região Metropolitana, regiões que não são consideradas interior, por isso, não se encaixam na nossa proposta. Restaram, portanto, 46 ocorrências de feminicídio no período que nos propomos a realizar a pesquisa.

O movimento seguinte foi de fazer contato, por meio de ligações telefônicas, mensagens no WhatsApp ou e-mail, para explicar a pesquisa detalhadamente e solicitar os áudios para análise. Aí surgiu um novo desafio, que já era imaginado por nós mediante a experiência no mercado: a recusa em fornecer os áudios e até mesmo nos ter deixado sem nenhuma resposta. Por já termos trabalhado em rádio, já sabíamos que existe um “tabu” em disponibilizar o material gravado, que em geral só é feito em situações especiais ou até mesmo em decisões judiciais. A situação se agrava por se tratar de áudios em que são relatados crimes graves.

Mesmo que tenhamos explicado que seria utilizado unicamente para fins de pesquisa acadêmica, as recusas foram muito maiores do que os aceites aos nossos pedidos. Além da justificativa de não ter salvo a cópia do que foi ao ar, alguns foram explícitos em dizer que não tinham interesse em colaborar, outros nem responderam o contato. Tentamos insistir, mas somos sabedoras que este é um movimento que requer interesse e autorização de ambas as partes. Portanto, estabelecemos que nosso *corpus* seria composto por todos os áudios que conseguíssemos, fazendo contato com todas as

emissoras que noticiaram feminicídios, se tornando um trabalho bastante exaustivo, principalmente diante de tantas recusas.

Na tentativa de ampliar nosso *corpus*, partindo dos casos em que a justificativa foi a de não ter salvo o material, encontramos outra maneira de ouvir o que foi dito: por meio das transmissões em vídeo no Facebook, chamadas de *lives*. Atualmente, grande parte das rádios transmite a programação simultaneamente no Facebook em vídeo, que ficam salvos nas páginas, sendo possível o acesso.

Novamente, fomos em busca dos vídeos com as datas dos fatos. Destas, uma informou que mesmo com o áudio disponível no vídeo, não tinha interesse na análise, o que respeitamos. Depois desta jornada para conseguir o material, catalogamos para a posterior análise, que está no último capítulo desta dissertação. Por fim, levamos mais “nãos” do que “sims”, mas conseguimos, mediante paciência e determinação, 12 narrativas em áudio para análise. O mapa a seguir demonstra quais as cidades onde aconteceram os 10 feminicídios analisados neste trabalho. Vale ressaltar que em Venâncio Aires foram dois casos. O total de narrativas é 12, em razão de dois feminicídios (o de Ijuí e Vitória das Missões) serem narrados por duas emissoras distintas.



Fonte: elaboração nossa

Neste percurso, permeado por vários exercícios, o principal deles foi o de ouvir. Nestas escutas, percebemos semelhanças entre as narrativas dos sites das rádios e os áudios. Conforme Chagas (2017, p. 29), “está claro para a sociedade, entre trabalhadores do meio, ouvintes e pesquisadores, que a transmissão de informações foi expandida para além do áudio”.

Todo esse empreendimento de pesquisa para conseguir o *corpus* revelou que a dificuldade em ter acesso a esse tipo de material pode ser uma das razões para a escassez de trabalhos na área das narrativas radiofônicas, se comparadas com outras narrativas. Vemos que há distanciamento do mercado profissional com a academia, já que ficou demonstrada a falta de interesse e até mesmo confiança por parte da direção de algumas rádios em participar de uma pesquisa de mestrado. É uma situação que pode ser pensada por entidades da área, cursos de jornalismo e programas de pós-graduação, com objetivo de estreitar e fortalecer tais laços, para que futuras pesquisas não sejam prejudicadas e o rádio continue sendo um objeto de pesquisa na Comunicação.

Apresentamos, a seguir, os casos em que conseguimos os áudios com as narrativas (As transcrições completas encontram-se nos apêndices deste trabalho).

Vítima	Cidade onde aconteceu o feminicídio	Data	Rádio que divulgou	Envio da narrativa
Júlia Graciele Correia	Venâncio Aires	05/05/2019	Rádio Venâncio Aires	WhatsApp
Nélia Bertha Golmann	Venâncio Aires	12/05/2019	Rádio Venâncio Aires	WhatsApp
Lucilene da Rosa Ferreira	Santo Ângelo	05/06/2019	Rádio Sepé	Live no Facebook
Vítima não identificada	Rosário do Sul	30/08/2019	Rádio Marajá	WhastApp
Glacir Terezinha Souza	Ijuí	07/06/2019	Rádio Progresso	Live no Facebook
Glacir Terezinha Souza	Ijuí	07/06/2019	Rádio Repórter	Live no Facebook
Marilene Beatriz Bernieri	Sertão	23/09/2019	Rádio Sideral	Whatsapp
Vera Lucia Amaral	Bom Retiro do Sul	26/09/2019	Rádio Independente	Live no Facebook e email
Franciele Muller Ramos	São Francisco de Assis	12/10/2019	Rádio Santiago	Email
Ana Rita Crispim	Júlio de Castilhos	14/10/2019	Rádio 14 de Julho	WhastApp
Janaína Lima de Melo	Vitória das Missões	15/10/2019	Rádio Santo Ângelo	Live no Facebook
Janaína Lima de Melo	Vitória das Missões	15/10/2019	Rádio Sepé	Live no Facebook

Fonte: elaboração nossa

2 HISTÓRIA E POPULARIDADE DO RÁDIO NO BRASIL

*Toquem o meu
coração;
Façam a revolução
Que está no ar
Nas ondas do rádio
(RPM)*

Neste capítulo, dividido em três seções, é apresentada a história dos primeiros anos do rádio no Brasil. A contextualização é necessária para entender como o veículo se tornou tão popular no país, seja pelo seu caráter informativo ou por entretenimento, que predominou como estilo das emissoras nas primeiras décadas. O aporte teórico principal fica por conta de Ortriwano (2002); Lopes (1970) e Ferraretto (2004).

Depois, na seção subsequente é aprofundado o percurso do radiojornalismo, foco que interessa em particular neste trabalho. A base é composta com os trabalhos de Sampaio (1984); Faus Belau (1999); Fanucchi (1998) e, novamente, Ortriwano (2002). A terceira seção disserta a respeito de conceitos surgidos a partir da convergência, em meio a transformações do rádio. São utilizados como principais referências Lopez (2010); García Avilés e Carvajal, (2008); Herreros (2008) e Meditsch (2001).

2.1 O início

A história do rádio no Brasil começa nos anos de 1920, quando o veículo começou a se popularizar pelo território do país. O marco histórico da transmissão é reconhecido hoje como o funcionamento da Rádio Clube de Pernambuco, em 1919. Já em 1922, a população pode conhecer a novidade sonora. No dia 07 de setembro daquele ano, cidadãos e cidadãs ouviram demonstração em público de uma transmissão radiofônica. Os primeiros sons saíram de 80 receptores instalados em várias partes da cidade do Rio de Janeiro. Em 1923, foi ao ar a Rádio Sociedade do Rio de Janeiro. Desde então, o rádio nunca mais saiu de cena no país, se transformando no companheiro de todas as horas de grande parte dos brasileiros e brasileiras, não só para entretenimento, mas também para informação. Além disto, o potencial político do veículo foi explorado desde o início e continua sendo.

A partir dessa data, [1922] o rádio participou de todos os movimentos da vida brasileira. Ajudou a derrubar a República Velha, participou da Revolução de 32, fez extensos noticiários sobre a Segunda Guerra Mundial. Desempenhou importante papel no Golpe Militar de 64, participou ativamente da redemocratização durante a Nova República e, pouco depois, fez ecoar país afora o processo de impeachment de um presidente da República. Os políticos sempre souberam reconhecer sua importância nas campanhas

eleitorais e, na corrida presidencial de 2002, quando o povo depositou suas esperanças em um novo perfil administrativo, não foi diferente. Não há candidato que não se interesse em participar de programas em emissoras radiofônicas em todas as cidades por onde passam as comitivas eleitorais (ORTRIWANO, 2002, p. 68).

A formação das primeiras emissoras de rádio no país já mostra sua essência comunitária, nascendo de clubes ou associações. Por isso, muitas levavam o nome de sociedade ou clube. O primeiro e mais importante programa da Rádio Sociedade do Rio de Janeiro, apresentado pelo célebre locutor Edgar Roquette Pinto, levava o nome de Jornal da Manhã. Não é à toa que tal nome seja ainda o título de inúmeros programas de emissoras brasileiras até hoje. Lopes (1970) detalha a importância do Jornal da Manhã, um sucesso na época.

O Jornal da Manhã não era um simples noticioso, nem um modesto relato dos acontecimentos. Era o fato comentado, esmiuçado e interpretado com a autoridade do sábio. Jornal da Manhã, da Rádio Sociedade do Rio de Janeiro, foi iniciativa jamais igualada. Por meio dele, o comentarista apreciava os acontecimentos nos noticiários dos jornais, lendo-lhes as manchetes e oferecendo um panorama inigualável de concisão, de realidade e de objetividade, como somente ele poderia fazê-lo (LOPES, 1970, p. 41-42).

Apesar da exceção do Jornal da Manhã, ancorado por Roquette-Pinto, os programas da época eram chamados de jornais falados, porque, literalmente, era feito por leituras de jornais impressos. A situação poderia até ser engraçada ou curiosa, como destaca Ortriwano (2002).

Sem qualquer tipo de elaboração, as notícias eram lidas diretamente do jornal, dando origem a todo um anedotário próprio: o locutor, distraído, lê para o ouvinte a notícia que termina com um infalível "... continua na página x", ou então "... como se pode ver na foto ao lado", etc. (ORTRIWANO, 2002, p. 69).

Em 1932, cerca de uma década após o início oficial no país, o rádio se tornou uma maneira de o público se informar de um momento político importante na história brasileira: o Movimento Constitucionalista de São Paulo. A partir disso, o radiojornalismo começa a ganhar mais força, o que confirmaria, mais tarde, seu sucesso.

O rádio não oferece apenas informação; oferece certo grau de emoção, de sentimento, de uma ideia de pertença e de proximidade; estabelece também relações entre a emissora, o comunicador e a audiência, dirigindo-se a todos os ouvintes como se falasse para cada um em particular. Fora isto, constitui-se no único meio de comunicação massivo que permite uma recepção

razoavelmente completa e simultânea à realização de outras tarefas (FERRARETTO, 2014, p. 94).

O movimento teve a cidade de São Paulo como base, impulsionando o radiojornalismo na cidade, uma das mais importantes do país. Segundo Ortriwano (2002), era a primeira vez que o rádio era utilizado no Brasil como instrumento de mobilização popular, época em que até mesmo seu custo foi barateado, se tornando mais acessível financeiramente. Foi quando a Rádio Record ganhou destaque, sendo a primeira líder em audiência e que introduziu atitudes pioneiras, seguidas depois por outras emissoras. Uma delas foi a contratação de um time exclusivo de locutores, já com a cara do famoso jeitinho brasileiro.

A Record ia capengando até que estourou a Revolução de 32. E aí surgiu o inesquecível César Ladeira [...] que era forçado a falar mais de 12 horas por dia. Como fazer, se isso constituiria um esforço demasiado? Naquele tempo, não havia os recursos de hoje. Gravar como? Em 1932 não se gravava em fita. Até que Januário de Oliveira, cantor que mais tarde se revelaria um *showman* extraordinário, aventou uma ideia maluca. Experimentaram e deu certo. Ele, o tenor Arnaldo Pescuma e o então quase menino Renato Macedo conseguiram imitar César Ladeira com perfeição absoluta e, assim, ‘toma Ladeira dia e noite’. Parece-me que até o Raul Duarte – não tenho certeza – entrava na brincadeira (PIRES, 1978).

Outro fator que impulsionou as rádios no país foi o aumento do investimento em publicidade nas rádios, autorizada pelo decreto número 21.111, de 1932. Tanto o governo quanto comerciantes via potencial no veículo. Nos sete anos seguintes ocorreu expansão no número de rádios existentes, com a criação de 43 novas emissoras. A profissionalização do veículo e o investimento em publicidade estão relacionados. Foi nesta época também que caíram no gosto do público os programas de auditório, em que o público poderia assistir seus artistas no rádio.

Vários programas de variedades surgiram com a introdução do patrocínio de anunciantes, levando o rádio a transformar-se em fenômeno social e dando-lhe o poder de influenciar comportamentos e ditar modas, devido à sua capacidade de conquista de milhares de fiéis ouvintes. Muitos programas lançaram artistas, como Carmem Miranda, Mário Reis, Francisco Alves, Noel Rosa entre outros. (MENEGUEL, acesso 21 de junho, 2019, p.14).

Teatros e radionovelas começaram a fazer sucesso nos anos 1940. Com linguagens simples, típicas do rádio, cativavam o público. Barbero (1959) explica porque o rádio se tornou tão popular na América Latina.

Popularidade implicada em suas próprias características técnicas: o rádio não requer qualquer capacidade além da audição, com sua "restrição" ao sonoro - a voz e a música - permitindo-lhe desenvolver uma habilidade expressivo-coloquial, e seu emprego não-excludente, e sim compatível, possibilitando a superposição e o entrelaçamento de atividades e tempos. Esses traços tecnodiscursivos que permitem ao rádio mediar o popular como nenhum outro meio permitirão sua renovação, a partir de um entrelaçamento privilegiado da modernizadora racional idade informativo-instrumental com a mentalidade expressivo-simbólica do mundo popular (BARBERO, 1959, p. 251).

Barbosa Filho (2003) explica ainda outras características do rádio: instantaneidade, simplicidade, penetração, mobilidade e agilidade. Mesmo com mudanças provocadas pela convergência, que serão mais detalhadas ao longo do trabalho, as características básicas do meio continuam até hoje.

2.2 Radiojornalismo começa a ganhar força na 2ª Guerra Mundial

Segundo Faus Belau (2001), o radiojornalismo deve ser considerado a partir das modificações que apresenta em relação ao rádio generalista. Apesar de sempre estar presente no rádio, em menor escala, foi na Segunda Guerra Mundial que o radiojornalismo teve mais espaço. Com ele, as notícias chegavam muito mais rápido do que os jornais impressos.

A Segunda Guerra Mundial faz do rádio seu instrumento. As notícias sucedem-se a cada minuto, multiplicam-se os sistemas informativos, a audiência exige cada vez mais e mais notícias dos diferentes fronts (ORTRIWANO, 2001, p. 72, apud FANUCCHI, 1998).

Em paralelo, a época também foi marcada por uma novidade tecnológica, os gravadores magnéticos, que melhoraram a produção dos conteúdos radiofônicos.

A Segunda Guerra Mundial praticamente estabelece o rádio no campo jornalístico, face aos recursos de comunicação então existentes e ao fato de a transmissão radiofônica superar em agilidade qualquer outro meio. Os gravadores magnéticos, utilizando um fio metálico, representaram um recurso apreciável não só para uso das forças armadas, como para os jornalistas que trabalhavam no rádio. Foram, também, precursores dos equipamentos que apareceram no pós-guerra, enriquecendo a técnica de registro, edição e preservação dos acontecimentos de significado histórico – sempre com a indispensável presença do rádio e dos profissionais do rádio (TAPARELLI, 2003, p. 21).

Em 1941, durante a guerra, estreava no Brasil um dos programas mais célebres da radiofonia, o Repórter Esso, que tinha como slogan “Repórter Esso, testemunha ocular da história”.

Em 1941, por necessidade imperiosa de nos colocarmos a par da II Guerra Mundial, surgiu o ‘Repórter Esso’, exatamente às 12h55m do dia 28 de agosto, na Rádio Nacional do Rio de Janeiro, precedido do prefixo que se tornou célebre, composto de fanfarras e clarins, de autoria do maestro Carioca (SAMPAIO, 1984, p. 20).

Segundo De Felice (1981), a partir do “Repórter Esso” começou a se criar uma técnica específica de radiojornalismo, que passou a fazer parte do dia a dia da audiência. O programa foi ao ar durante 27 anos. Ainda quando estava ativo, o Esso inspirou a criação de outros programas similares, como é o caso do “Grande Jornal Falado Tupi”, na Rádio Tupi, de São Paulo. Conforme Ortrwiano (2001) foi o primeiro jornal de integração nacional, que era ouvido até mesmo no interior brasileiro. As características demonstravam seu caráter popular e comunitário, como é até hoje em muitos programas de rádio. Eram priorizadas informações populares, recados por meio do rádio e localização de pessoas. Para Sampaio (1984), tanto o Repórter Esso quanto o Grande Jornal Falado Tupi foram os primeiros a definir o radiojornalismo nacional, pois se preocupavam em criar uma linguagem específica ao rádio, diferente do estilo de jornal impresso, além disso, levavam reportagens até então inacessíveis a muitos rincões.

Se o apogeu foi nos anos 1940, a chegada da nova década trouxe uma novidade que abalou o protagonismo radiofônico: a televisão. Logo ela passou a ser a preferida para a audiência, o que acarretava em levar do rádio alguns profissionais, além da divisão de verbas publicitárias. Segundo Ortriwano (2001), à noite a televisão era a campeã. Foi quando o rádio buscou outro horário para ser a grande atração, encontrando a audiência pelas manhãs, algo que existe até hoje.

Foi também nos anos de 1950 que as emissoras brasileiras começaram a explorar a frequência modulada (FM). A nova frequência tinha algumas vantagens interessantes. Primeiro, era mais barata para instalação e operacionalização, além da qualidade de som superior se comparada à amplitude modulada (AM). Outra característica vantajosa da FM é a programação local, um aliado diante da popularização da TV. Cerca de dez anos depois, começa uma tendência que continua até hoje. Como explica Ferraretto, as rádios AMs “(...) concentram-se no jornalismo, nas coberturas esportivas e na prestação de serviços à população. (...). Nas FMs, predomina a música. Inicia um processo de divisão

do público que vai se consolidar nos anos 80” (2001, p. 155). As rádios FM também dão início à segmentação. Para Ortirawano (2001), foi amparado pela eletrônica que o rádio teve especialização e segmentação de públicos.

Outro aspecto relativo aos anos 1960 é importante na história do radiojornalismo brasileiro. Por lei, passou a ser obrigatória a veiculação de jornalismo na programação das emissoras. O Código Brasileiro de Telecomunicações, que foi instituído pela Lei n. 4.117, de 27 de agosto de 1962 dizia que “As emissoras de radiodifusão, inclusive televisão, deverão cumprir sua finalidade, destinando um mínimo de 5% (cinco por cento) de seu tempo para a transmissão de serviço noticioso”.

Para Mario Fanucchi (1998), o rádio encontrou no jornalismo um apoio maior para desenvolver um trabalho de prestação de serviços e informações. Além do caráter de utilidade pública, também se aproxima do ouvinte, gerando interação. Em meio à segmentação, chegou ao Brasil a tendência de emissoras *all news*, ou seja, com notícias 24 horas por dia, sejam por meio de redes ou locais. A primeira iniciativa do tipo ocorreu na Rádio Jornal do Brasil, do Rio de Janeiro. Nos anos de 1990, foi inaugurada a Rádio CBN, que está no ar até hoje, sendo referência em programação jornalística por 24 horas.

Para uma contextualização mais precisa, é preciso falar também sobre o impacto das mudanças tecnológicas no rádio. “O advento de tecnologias variadas auxiliou o radiojornalismo, em distintos momentos, a ampliar a sua presença no palco dos acontecimentos” (LOPEZ, 2007, p. 2). Inicialmente o que garantia a presença em tais acontecimentos era a Unidade Móvel, formada por transmissores de médio alcance, que dependiam da bateria do carro para funcionar. Portanto, a distância era limitada. Ainda de acordo com Lopez (2009), as Unidades Móveis promoveram mobilidade, o que permitia ao jornalista acompanhar o acontecimento por mais tempo do que pelo telefone. Depois, a chegada do telefone celular transformaria ainda mais a dinâmica do fazer reportagens externas. Outro aparelho que facilitou a vida de quem trabalhava no rádio, à época, foram os gravadores de pilhas, que substituíram os grandes e pesados gravadores de fita, mais difíceis de operar e transportar. Meditsch (2001, p.122) ressalta que “a introdução de novas tecnologias tem impacto não apenas sobre a produção, mas também sobre o produto, enquanto tal, e sua situação no mercado”.

É importante ressaltar que tais novidades chegavam primeiro nas grandes rádios, que tinham e ainda têm, mais condições financeiras de adquirir os novos equipamentos. Gradualmente foram compradas pelas demais emissoras com menor poder aquisitivo.

Fato é que a tecnologia sempre foi grande aliada do fazer rádio, modificando e melhorando o trabalho. Tais mudanças alteraram também de forma profunda o fazer jornalístico, assunto que será mais detalhado no capítulo sobre a produção radiofônica.

Moreira (2002) destaca mais aparelhos tecnológicos que fizeram parte da história do rádio no Brasil.

(...) o transmissor-receptor (sistema de áudio em duas vias, que permitiu ao repórter entrar no ar direto e ao vivo ou conversar com âncoras e entrevistados); a extensão de baixa frequência para telefone (acoplada ao telefone, aumentava a potência de transmissão e permitia que o sinal chegasse mais forte ao estúdio); os satélites (que passaram a ser cada vez mais usados na transmissão em redes); e o *compact disc*, o CD, apresentado ao mundo pela empresa holandesa Philips em 1979. Em um pouco mais de dez anos o CD substituiu as fitas magnéticas e os discos de vinil e contribuiu de forma decisiva para a melhoria na qualidade sonora das emissoras de rádio e dos aparelhos de som domésticos (...) (MOREIRA, 2002, p. 97).

Tais tecnologias, especialmente a internet e o celular, alteraram também o modo de consumir rádio e as informações, sendo necessária a adaptação das emissoras. Com a análise de Ferraretto (2012), percebe-se que a história do rádio é uma história de evoluções e adaptações constantes, ocorrendo até hoje.

A popularização da internet e da telefonia celular, na década de 1990, transformou as maneiras de consumir informações. Apesar de manter o seu caráter de companheiro virtual, o rádio passou a buscar não apenas a audiência em números, mas se esforçou para estimular a participação dos ouvintes. Com isso, verifica-se: a passagem da lógica da oferta para a lógica da demanda, presente, por exemplo, na disponibilização via internet de materiais já transmitidos; conteúdos radiofônicos em diversos suportes tecnológicos, como computadores, celulares e tablets; além da sinergia do rádio com outros meios dentro de um mesmo grupo empresarial (FERRARETTO, 2012, p. 5).

Explanados alguns aspectos históricos acerca das primeiras décadas do rádio no Brasil, avançamos para a entrada do século XXI, acompanhado de mais transformações decisivas para o veículo.

2.3 Rádio: novo século e novas definições

Nos anos 2000, com as transformações iniciadas pela convergência, pesquisadores e pesquisadoras de rádio no Brasil perceberam que alguns dos termos até então definidos, como radiojornalismo, não davam mais conta de dizer o que era o jornalismo produzido pelas rádios. Apresentaremos a seguir alguns dos conceitos para o rádio neste novo século. Porém, antes disso, é necessário explicar o cenário da

convergência midiática, que é uma consequência da convergência industrial. De acordo com Lopez (2009), as mudanças se dão sob duas perspectivas distintas:

[A primeira é] A interferência que uma tecnologia exerce sobre o desenvolvimento da outra, mesmo quando não fazem parte do mesmo grupo de mídia, através dos novos formatos em comunicação; [a segunda] são as ferramentas multitarefa, como os dispositivos móveis que integram TV, rádio, telefonia móvel e acesso à internet (LOPEZ, 2009, p.16).

A convergência também não pode ser analisada apenas de forma tecnológica, uma vez que também reflete decisões financeiras, essenciais no processo de mudanças no rádio.

A convergência jornalística não deve ser considerada um simples efeito das tendências corporativas ou tecnológicas, como Dupagne e Garrison (2006) atribuem. A inovação técnica normalmente é baseada em decisões econômicas e profissionais e os jornalistas usam novas ferramentas para contemplar suas próprias expectativas, habilidades e práticas. Desta forma, a convergência das redações [...] é um processo que usa a inovação tecnológica para atingir objetivos específicos em configurações singulares e é por isso que cada projeto de convergência tem resultados diferentes (GARCÍA AVILÉS; CARVAJAL, 2008, p. 226).

Mais especificamente no jornalismo, Salaverría e Negredo (2008) trazem uma definição de convergência:

A convergência jornalística é um processo multidimensional que, facilitado pela implantação generalizada das tecnologias digitais de telecomunicação, afeta os âmbitos tecnológico, empresarial, profissional e editorial dos meios de comunicação, propiciando uma integração de ferramentas, espaços, métodos de trabalho e linguagens anteriormente desconectados, de forma que os jornalistas elaboram conteúdos que se distribuem através de múltiplas plataformas, de acordo com a linguagem própria de cada uma (SALAVERRÍA; NEGREDO, 2008, p. 45).

A seguir, passaremos às novas definições propostas por estudiosos de rádio. Meditsch (2001) criou o termo “rádio informativo”, definido como:

Uma instituição social com características próprias que a distinguem no campo da mídia e no próprio campo do rádio. Este é contemporaneamente mais plural e diferenciado em alguns aspectos, embora mantenha muitos outros em comum com o rádio da primeira metade do século, onde se localiza a sua origem histórica e também a de sua identidade enquanto instituição (MEDITSCH, 2001, p. 32).

O autor compreende o rádio não como as tecnologias que dispõe ou usufrui, mas sim, pelo uso que as pessoas fazem dele. Meditsch (2010) vê o rádio como uma criação

cultural: “Os meios não esgotam a mensagem, que se localiza na realidade histórico-cultural, muito mais complexa, de que fazem parte” (MEDITSCH, 2010, p. 211). O mesmo pesquisador segue com as novas definições do rádio:

Um meio de comunicação sonoro, invisível e que emite em tempo real. Se não for feito de som não é rádio [...]. É uma definição radical, mas permite entender que o rádio continua sendo rádio (como meio de comunicação) mesmo quando não transmitido por onda de radiofrequência. E permite distinguir uma web radio (em que ouvir só o som basta) de um site sobre rádio (que pode incluir transmissão de rádio) ou de um site fonográfico (MEDITSCH, 2001, p. 228-229).

A era da convergência impôs ao rádio um desafio semelhante ao de quando surgiu a TV. “O rádio vive com outros serviços de áudio, texto e imagens e constitui uma cadeia integrada de serviços de informação, entretenimento e educação” (MARTÍNEZ-COSTA, 2001, p.60). Lopez (2009) define o rádio nesta nova era como rádio hipermidiático, que utiliza dos recursos de mídia disponíveis. Mas, a definição é mais complexa:

O rádio hipermidiático desenha seu diferencial através da criação radiofônica. Reedições de transmissões em antena, construção de reportagens especial, reconstituição de acontecimentos, comentários e crônicas comum a nova plástica, enfim, o uso da estética sonora como estímulo à exploração do caráter expressivo do meio (LOPEZ, 2009, p. 143).

Para a autora, mais do que utilizar as tecnologias, o rádio hipermidiático requer compreender o conteúdo, algo que possui reflexões diretas sobre a equipe e o ambiente, exigindo transformações de rotinas, equipamentos e até mesmo novas habilidades:

As mudanças não estão restritas à abordagem tecnológica. Não basta utilizar as ferramentas corretas e atualizá-las. Não basta conhecer e integrar-se às mesmas redes e tecnologias com as quais dialoga o nativo digital. É preciso compreender de que maneira o conteúdo de uma emissora de rádio – esteja ela em antena ou na internet – age sobre seu cotidiano, fala à sua vida e interessa, cativa pela estética, pela plástica (LOPEZ, 2009, p. 143).

A narrativa multimídia pode aumentar a eficácia da informação e traz ainda um aspecto muito importante: a capacidade de diálogo com o público e vice-versa. Porém, ainda conforme Lopez (2009), não deve abandonar seu eixo central: o som. “Mas, agora, se permite lançar mão, sem temer perder espaço ou identidade, de novas ferramentas e estratégias, compondo uma narrativa própria” (LOPEZ, 2009, p.120).

A interação é algo que é destaque em todos os novos conceitos na pós-modernidade. O espanhol Cebrian Herreros cunhou o termo *ciberradio* em 2008. Para ele, se trata de uma convergência como um novo meio que exige outras abordagens, novas contribuições, conteúdos e tratamentos (HERREROS, 2009). Em publicação anterior (2008), afirmou que a *ciberradio* pode ampliar as possibilidades tradicionais de participação da audiência, mas também fomentar as relações de interatividade entre os próprios ouvintes.

No entanto, mesmo com tantas mudanças, certo é que o rádio permanece ao longo de quase um século de atividade no Brasil como companheiro, noção que hoje é ampliada com a interação.

O rádio não oferece apenas informação; oferece certo grau de emoção, de sentimento, de uma ideia de pertença e de proximidade; estabelece também relações entre a emissora, o comunicador e a audiência, dirigindo-se a todos os ouvintes como se falasse para cada um em particular. Fora isto, constitui-se no único meio de comunicação massivo que permite uma recepção razoavelmente completa e simultânea à realização de outras tarefas (FERRARETTO, 2014, p. 94).

No início deste século, Herreros (2001) já previa alterações no rádio, tanto em sua maneira de ouvir, quanto em sua maneira de fazer, mas escreveu que mesmo o rádio do futuro seguirá baseado na magia da palavra e no que acredita ser a maior riqueza: a comunicação oral.

O rádio do futuro, por mais inovações técnicas que introduza, seguirá baseando-se na comunicação oral com a audiência, na magia da palavra, da música, dos sons do ambiente, do silêncio. Esse contato humano diante dos sons para afastar solidões, para acompanhar, para informar, para entreter e, em suma, para seguir mantendo o ser humano vinculado ao elemento primogênito e de maior riqueza ao longo de sua história como é a tradição baseada na comunicação oral. O rádio se converteu em um amplificador dessa tradição e da adaptação às novas situações e necessidades. (CEBRIÁN HERREROS, 2001, p. 32).

Passados quase 20 anos das frases do autor, o rádio se adaptou e permanece na riqueza das palavras e das narrativas pelos mais diversos dispositivos. Pelo rádio de pilha, pela internet, pelo celular, pelo carro e até mesmo pela TV, nos canais de assinatura paga. O silêncio é rompido com sons e vozes que podem transmitir alegrias ou tristezas, narrar notícias boas ou ruins, banalidades ou excentricidades. Dar sentido, ou não, ao cotidiano da vida.

Outro conceito importante que nos apropriamos é o de rádio expandido, criado por Kischinhevsky (2016), que pesquisa, há décadas, as transformações deste meio de

comunicação. Em publicação anterior, no ano de 2012, o autor já previa que a evolução da internet e de dispositivos móveis, alteraria a maneira de ouvir rádio.

Circunscrever o rádio às ondas eletromagnéticas é condená-lo a um papel cada vez mais secundário diante do crescimento da internet comercial e do processo de convergência de mídias. No início do século 21, escuta-se rádio em ondas médias, tropicais e curtas ou em frequência modulada, mas também na TV por assinatura, via cabo, micro-ondas ou satélite, em serviços digitais abertos e por assinatura, e via internet, de múltiplas formas (KISCHINHEVSKY, 2012, p. 48).

Depois, o pesquisador seguiu pensando nas configurações deste meio, até chegar ao conceito apresentado anteriormente, baseado, principalmente, nas maneiras utilizadas pelo público para ouvir rádio.

É preciso definir o rádio como um meio de comunicação expandido, que extrapola as transmissões em ondas hertzianas e transborda para as mídias sociais, o celular, a TV por assinatura, os sites de jornais, os portais de música. A escuta se dá em AM/FM, ondas curtas e tropicais, mas também em telefones celulares, tocadores multimídia, computadores, notebooks, pode ocorrer ao vivo (no dial ou via streaming) ou sob demanda (podcasting ou através de busca de arquivos em diretórios). A escuta se dá em múltiplos ambientes e temporalidades, graças a tecnologias digitais que franqueiam também a produção, a edição e a veiculação de áudios a atores sociais antes privados do acesso a meios próprios de comunicação (KISCHINHEVSKY, 2016, p. 279).

Somos sabedoras que existem ainda muitas outras definições do veículo, mas nosso exercício aqui foi o de selecionar alguns dos conceitos mais relevantes no contexto da presente dissertação. A seguir, trilhamos as ideias a respeito do radiojornalismo no interior.

3 RADIOJORNALISMO DO INTERIOR

*Era uma vez; um lugarzinho no
meio do nada; Com sabor de
chocolate; Cheiro de terra
molhada; Era uma vez.
A riqueza contra a
simplicidade; uma mostrando
pra outra; Quem dava mais
felicidade
(Claudio da Matta Freire)*

Uma das particularidades da nossa pesquisa é o ambiente onde se desenvolve: o interior. Como explicamos na introdução do trabalho, o interior é considerado as cidades que não são capitais ou regiões metropolitanas dos estados. As características principais do rádio, como instantaneidade e mobilidade estão em todas as esferas, do AM ao FM, das emissoras de entretenimento ao jornalismo. No entanto, quando se fala em radiojornalismo local, ou do interior, existem algumas diferenças que precisam ser pontuadas essencialmente. Neste capítulo, elas são abordadas para entender as narrativas radiojornalísticas no interior, onde a pesquisa é realizada.

Muitas das ideias contidas neste capítulo partem da experiência empírica vivida por anos neste ambiente enquanto profissional, tanto durante a graduação e depois da obtenção do diploma de jornalista em uma emissora do interior. Evidentemente que a base não é somente empírica, mas também teórica, com aporte de vários autores e autoras que se dedicam a estudar o tema.

Na primeira seção, em que se empreendem esforços para destacar as particularidades deste ambiente, são acionados os estudos de Chantler e Harris (1998); Ortiz (1999); Zuculoto (2012); Camponez (2012) e Bourdin (2001), entre outros. Na seção seguinte o foco é dissertar a respeito dos gêneros radiofônicos, especialmente aqueles mais comuns nas emissoras do interior e em quais programas geralmente são divulgadas notícias. As principais contribuições são de Filho (2003); Ferrarretto (2000, 2001); Albuquerque (2004) e Santos (2004). Por fim, a terceira seção aborda a produção radiofônica na ótica dos estudos de *gatekeeping* e *newsmaking*. Entendemos que é necessário abordar os temas para compreender as rotinas produtivas particulares deste ambiente. As bases teóricas elencam as pesquisas de Tuchman (1983), Traquina (1993,2005); Alsina (2009); Wolf (2005); Guerra (2008) e Vizeu (2007).

É importante assinalar também que as pesquisas acadêmicas no Brasil e em outros países não possuem um consenso em relação ao conceito de rádio local, como

chamam os espanhóis, que também é nomeado de rádio de proximidade, ao estilo francês e rádio regional, por parte de alguns estudiosos brasileiros. Por isso, são tratados aqui como sinônimos, entendendo que se trata das narrativas em cidades distantes das capitais. Ainda se parte do pressuposto que estudos do conceito jornalismo do interior também podem ser aplicados ao rádio.

3.1 Particularidades do rádio no interior

Mesmo que autoras e autores divirjam em relação ao nome do conceito, todos exploram questões comuns, como a proximidade, território e a familiaridade.

Quando falamos de proximidade, estamos nos referindo a um tipo de jornalismo que não só nos informa dos fatos noticiáveis que, previstos ou imprevistos, acontecem ao nosso redor, como também descreve nossa cotidianidade. Ou seja, não só explica o que muda, mas também o que se repete e permanece. É um jornalismo que, além de contar o que passa, conta-nos, conta como vivemos, ajuda-nos em nossa vida cotidiana, ajuda-nos a construir nossas certezas e a nos desenvolver em nossas inseguranças. É um jornalismo que nos conhece, ao qual conhecemos e no qual – se está em feito – nos reconhecemos. (FONTCUBIERTA & BORRAT, 2006, p. 72)

Os pesquisadores Wedell e Crookes (1998), da França, defendem o conceito de proximidade. Para eles, ao utilizar a palavra, unem duas questões fundamentais. A primeira é a geografia, importante pelo rádio estar perto da comunidade e a cultura, uma vez que entendem que a programação da emissora tem que atender as demandas locais, de acordo com os costumes da população. Se tratando das emissoras interioranas gaúchas, por exemplo, são os programas voltados à agricultura ou agropecuária, uma vez que grande parte das extensões geográficas são dedicadas à produção agrícola.

Basicamente, o grande diferencial do rádio local é que pode explorar notícias e acontecimentos do que acontece ao seu redor. Mesmo que a população se interesse por questões estaduais, nacionais ou globais, em geral, esse tipo de notícia é reportado por grandes veículos, especialmente a televisão e atualmente a internet. “A comunicação nacional é, agora, estratégia adotada e desenvolvida principalmente pela televisão, enquanto o rádio passa a falar mais para e sobre a comunidade onde está instalado” (ZUCULOTO, 2012, p. 123).

Ao mesmo tempo, um fato noticioso de uma pequena cidade do interior geralmente não ganha atenção da chamada “grande mídia”, que foca cada vez mais na tendência global.

[...] como as rádios de cobertura nacional não dão a mesma atenção noticiosa nos seus programas a temas de certa especificidade local, cabe às emissoras de menor dimensão fazê-lo. As rádios locais aparecem assim como uma necessidade das populações (FLICHY, 1981 apud BONIXE, 2012, p. 22).

A força do local é o verdadeiro sentido das emissoras interioranas, como apontam Chantler e Harris (1998).

A força do jornalismo numa emissora de rádio local é o instrumento que dá a ela a sensação de ser verdadeiramente local. Estações de rádio locais que querem atingir grande audiência e ignoram o jornalismo correm riscos. Num mercado cada vez mais disputado, o jornalismo é uma das poucas coisas que distinguem as emissoras locais de todas as outras (CHANTLER E HARRIS, 1998, p.21).

Ortiz (1999) define três aspectos básicos que caracterizam o local: a proximidade do lugar (em contraste com o distante); a familiaridade (associado a questão das identidades e das raízes históricas e culturais) e a diversidade (é plural, se opõe ao global ou ao nacional apenas como abstração). Os três aspectos andam em conjunto. A proximidade das pessoas que ouvem o rádio torna o local um ambiente ainda mais familiar, sendo explorado tradicionalmente por locutores. O público se sente “prestigiado”, quando, por exemplo, o locutor diz o nome do ouvinte no ar, contando que o encontrou quando fazia compras no mercado. Conforme Kroth (2010), “a sensação de cotidianidade através da facilidade de se transpor e recriar a realidade confere ao meio uma capacidade de engendrar vínculos com a sua audiência” (KROTH, 2010 p.3). Para Ortiz, o rádio local “é o que está ‘realmente presente’ em nossas vidas” (ORTIZ, 1999, p.59, grifos do autor).

Ainda em relação à identidade é comum que as pessoas que trabalham nas rádios locais sejam das próprias comunidades, por isso conhecem suas dinâmicas, o cotidiano e hábitos culturais, sendo narradas com familiaridade e pertencimento. Segundo Camponez (2012), o jornalista local “é uma pessoa bem enraizada com sua região, mantendo um contato fácil com as pessoas” (CAMPONEZ, 2012, p.40). Dorneles (2008), afirma que o conhecimento sobre a sua localidade é um “algo mais”.

Assim, ao escrever, o jornalista, ao contrário do profissional da capital, conhece “algo a mais” sobre as pessoas que descreve. E, esse “algo a mais” refere-se à personalidade dos moradores da cidade, seus casos de família, os aspectos polêmicos e banais que constituem a história particular de cada um, sua rotina na cidade, as roupas que costuma usar etc (DORNELLES, 2008, p. 38).

Tal fator é aliado à diversidade oposta ao global, ao uniforme. O local sempre é particular e próprio. As narrativas de uma emissora do interior gaúcho podem não fazer nenhum sentido em outro país ou até mesmo em outro estado brasileiro, pelo uso de gírias e expressões típicas, por exemplo. Até mesmo o sotaque tem influência. Um modo de falar não comum na região pode causar estranhamento ao ouvinte. Isso também faz parte da sensação de pertencimento e identificação.

O rádio é um reflexo da cultura do seu entorno e fomento da cultura oral do lugar. Fundamenta sua capacidade comunicativa no idioma da comunidade dos ouvintes. [...]. Fala o idioma dos ouvintes, emprega seus léxicos, sua morfologia, suas gírias e incorpora todo o potencial fonético de cada comunidade. A palavra oral do rádio se converte em um valor cultural da comunidade (HERREROS, 2007, p. 54).

Sendo particular e próprio, o local é complexo e pode ser analisado de várias óticas. Para Bourdin (2001), é uma questão antropológica:

Quaisquer que sejam as justificações históricas, naturais ou culturais, todas essas configurações locais são construídas por atores que as constituem em contexto de ações. Mas, uma vez estabelecido este dado sociológico, econômico e político do caráter contingente e construído com configurações locais, uma vez admitido que elas servem de mediação ou de lugar de articulação da ação (...) fica a questão em termos antropológicos sobre a categoria de proximidade (BOURDIN, 2001, p. 13).

Portanto, pode-se adicionar outra questão chave ao radiojornalismo do interior: o cotidiano e as referências. Para Raddatz (2009, p.5) “o local é significativo, porque é ali que se encontra uma primeira referência de mundo”. Garcia (1999, p. 247), diz que desde os espaços locais que se definem os contornos da vida diária, onde se constrói a personalidade social e onde se faz a aprendizagem social. O mesmo autor, em 2008, quase 10 anos depois da frase anterior, atualiza a ideia no novo milênio.

A informação local do terceiro milênio deve promover a experimentação e converter os cenários de proximidade em lugares de comunicação eficiente e lugares de onde possam ser exportadas novas linguagens e formatos para a comunicação mundial (GARCÍA, 2008, p. 34).

Especialmente a convergência de mídias promove inúmeras possibilidades ao rádio local, mas este, obviamente, não pode esquecer de seu entorno. Para Camponez (2002), a imprensa regional tem de fazer uso de informações locais, fazendo a territorialização de conteúdos. “Nesta ligação (...) que a imprensa regional e local constrói a sua razão de ser, a sua especificidade e a sua força” (CAMPONEZ, 2002,

p.110). Mais adiante, no capítulo sobre produção radiofônica, serão detalhados os critérios de noticiabilidade nas emissoras do interior, mas, aqui, já se adianta alguns aspectos para discussão. Respeitando os critérios quase comuns, como atualidade questões de utilidade pública (falta de água ou informações de trânsito, por exemplo) entende-se que no rádio local, o que acontece no entorno, é um dos primeiros aspectos a serem levados em conta para narrar um fato noticioso, seja no Centro da cidade onde a emissora se localiza ou no pequeno município a algumas dezenas de quilômetros dali.

As notícias são culturalmente próximas, se se referem a acontecimentos que entram na esfera normal da experiência dos jornalistas e do público, os que implicam uma esfera partilhada de linguagem e pressupostos culturais comuns [...] A proximidade geográfica refere-se simplesmente à regra prática da prioridade das notícias externas, de acordo com a sua proximidade em relação ao público (WOLF, 2003, p. 202).

É importante ressaltar que no caso das rádios AMs, tradicionalmente mais ligadas ao jornalismo em comparação com as FMs, o alcance em ondas pode ser maior, o que tende a ter uma audiência regionalizada. É evidente que hoje, com a internet e aplicativos para *smartphones*, pode-se ouvir a qualquer distância, mas em termos de audiência formal de programação, a regionalização é levada em conta. Dependendo de quantos watts a emissora possui, maior seu alcance. Mas, por questões técnicas e comerciais, as rádios delimitam uma faixa geográfica para direcionar seus conteúdos e suas vendas de publicidade, especialmente em pequenos municípios onde não existem outras emissoras próprias. Santos (2007) dá o nome de região jornalística, onde um veículo tem influência em um raio de ação.

A área de atuação ou a região jornalística de cada veículo é constituída também de fator econômico. A estrutura da empresa jornalística determina quantas equipes trabalharão, se contarão ou não com carro para percorrer distâncias em busca da notícia. Em caso positivo, até onde poderão viajar, em caso negativo, se farão ou não contatos, se publicarão releases das prefeituras vizinhas [...] se poderão ou não investir simultaneamente em várias editorias (MOREIRA; DEOLINDO, 2013. p. 23).

Nesta dissertação, utilizamos bastante o conceito, já que muitos dos casos de feminicídios analisados aconteceram em cidades que não sediam emissoras de rádio, mas são abrangidas por outras de municípios próximos. Outro aspecto importante em relação ao rádio do interior é seu registro histórico dos acontecimentos daquela localidade, servindo como uma espécie de acervo.

A vida cotidiana e os fatos imprevistos e anormais se passam em um lugar, e o veículo de comunicação local trabalha com essa base territorial e temática

ao longo de sua existência. Em se tratando de veículos de imprensa interioranos, a abrangência editorial e comercial de uma determinada área pode coincidir com a de uma cidade ou de uma microrregião, gerando registros de acontecimentos (os que foram transformados em notícia) e permitindo recuperar indícios e fazer inferências sobre o clima de opinião vigente naquelas coletividades onde circularam e ainda circulam, acumulando dados os mais diversos sobre a cidade ou a região na duração do tempo (NAZÁRIO, 2017, p. 57-58).

O rádio no interior ainda possui uma característica que é determinante: a estrutura. Em geral, não possuem os mesmos recursos que as emissoras dos grandes centros.

São rádios, que em menor escala e com menos investimento em equipamentos de última geração, também tem seu modo de produção transformado e facilitado pelas tecnologias. Mas possuem mais condições de atender à demanda por informação local e por prestação de serviço. Com isso, entretanto, resolvem apenas uma questão de conteúdo das emissoras de rádio, pois o panorama geral das emissoras brasileiras, tanto pequenas, médias ou grandes, públicas ou comerciais, aponta que o grande modelo de comunicação montado e desenvolvido a partir da lógica do capital da informação. E se essa lógica realmente não atende às demandas da sociedade por acesso a uma comunicação plural e democrática, o que se verifica é que, justamente na era da informação, a mídia se transforma no grande instrumento que age no sentido contrário a sua função social (ZUCULOTO, 2004, p.4).

Além dos equipamentos técnicos, o número de profissionais também é reduzido, como lembra Ferrarretto (2007), ao argumentar que as polivalências da profissão e o baixo investimento na área de pessoal são comuns nos meios regionais. A questão é ligada diretamente aos recursos financeiros, que não são os mesmos das grandes mídias ou conglomerados de comunicação. Por isso, algumas pautas podem deixar de ser cobertas e alguns recursos transmídia, como transmissões ao vivo em vídeo, podem deixar de ser usados no interior. Outra questão, que notaremos nos casos que compõem nossa pesquisa, é a apuração do tipo jornalista sentado (Pereira, 2004), baseada na internet, especialmente e que apura pautas à distância, diferente da ida ao palco dos acontecimentos (Ortriwano, 1985).

Também se nota a presença reduzida de jornalistas com formação acadêmica, sendo um ambiente mais ocupado por profissionais com bagagem empírica, mas nem sempre com qualificação oferecida nos cursos de graduação. A situação é observada pelo fato de que, diferente de outras profissões, não exige a obrigatoriedade de um diploma de graduação ou até mesmo de cursos. A situação tem raízes históricas:

Os sindicatos de radialistas, após anos de debate sobre o assunto, conseguiram o reconhecimento legal da profissão no final dos anos 1970. A

regulamentação da profissão ocorreu, em 1979, por meio do Decreto 84.134, de 30 de outubro, que dispõe sobre a Lei 6.615, de 16 de dezembro de 1978. As atividades especificadas pela lei estão agrupadas em três setores de atuação: administração; produção e técnica. Conhecida como a Lei do Radialista, elimina o registro provisório da categoria, mas não prevê a obrigatoriedade do diploma em curso superior de qualquer natureza. O radialista deve ter o registro da Delegacia Regional do Trabalho para o exercício da profissão (PRATA; PESSOA; SANTOS; CAMPELO, p.134, 2014).

Sant'Anna (2008) reflete a respeito da não presença de jornalistas nas rádios em geral. A pesquisa do autor relevou o baixo número de profissionais diplomados contratados para atuar nas emissoras. Outro pesquisador que segue estudos na mesma área é Luan Chagas (2016, p.39), que afirma “o rádio ainda não absorveu essencialmente jornalistas e carrega locutores, radialistas e comunicadores produzindo conteúdos jornalísticos”, ao dissertar sobre a realidade das emissoras de rádio do interior do Paraná.

Sant'Anna ainda atribui o fenômeno a não fiscalização da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) para a exigência obrigatória de 5% de programação jornalística e seus desdobramentos, por ser um veículo que não recebe tantas verbas publicitárias em comparação à TV, por exemplo. Conforme o autor, isso resulta em “pobreza na produção e difusão de conteúdos jornalísticos próprios” (SANT'ANNA, 2008, p.75). O interior, em grande parte, não é visto como um bom local de trabalho para jornalistas graduados, que veem nos veículos pequenos um retrocesso na carreira, por não existir a mesma visibilidade, ou até mesmo pelo piso salarial ser menor. As emissoras também nem sempre tem interesse em contratar jornalistas formados, vendo como um alto custo desnecessário. Vale dizer que o piso atual (2019) no Rio Grande do Sul é de R\$ 2.041,48. O salário mensal para radialistas é de R\$ 1.038,46, ou seja, quase a metade. Como o trabalho em rádio é visto como prático, existindo muitos bons profissionais que aprenderam com outros colegas, donos das emissoras analisam que um radialista pode desempenhar o mesmo trabalho que um jornalista formado, o que fica evidente no baixo número de jornalistas nas redações de rádio.

Além das críticas de Santa'nna, se percebe outras problemáticas envolvidas na ausência de profissionais com formação e de equipes reduzidas, o que resulta no acúmulo de funções em uma só pessoa. De acordo com Chagas (2016):

A carência se revela por questões econômicas, com falta de investimentos em conteúdo por parte das rádios e consequentemente profissionalização das redações. Ainda é possível encontrar radialistas que produzam reportagens,

editam, fazem a técnica ao vivo na emissora e comenta, enfim, estão à serviço dos donos dos meios (CHAGAS, 2016, p.40).

Normalmente, os locutores, assim denominados conforme o registro profissional, além da locução, precisam escolher a pauta, o que seria função de um produtor (a), ir ao local dos eventos para cobrir a pauta, editar e colocar no ar, além de muitas vezes tem em escrever a notícia e postar no site. Para Ferrarreto (2001), algo está errado na administração interna da emissora quando isso ocorre. É o que Lopez (2010) chama de caráter multitarefa, causado por uma série de transformações tecnológicas no rádio. A autora Cecília Peruzzo (2005) se dedica ao estudar as problemáticas do jornalismo local. Ela critica o uso excessivo de *releases* e a falta de uma cobertura ampla e apuração de alguns acontecimentos em virtude do número de profissionais. As duas críticas estão totalmente relacionadas. O uso de matérias via assessoria de imprensa e até mesmo reportagens já prontas, disponíveis na internet, são usadas para preencher a programação, já que a equipe pode não dar conta de produzir o conteúdo. Muitas vezes, são assuntos que fogem ao cotidiano daquela comunidade, mas mesmo assim são utilizados por estarem disponíveis facilmente. Nesse processo pode ocorrer até mesmo uma descaracterização do rádio local. Ao mesmo tempo, devido à mesma questão de equipe, pode acontecer de algum assunto relevante na comunidade não ter a atenção devida, sendo esquecido, sem dar um aprofundamento na programação.

A pesquisadora ainda cita outro problema bastante caro ao jornalismo, do ponto de vista ético: as relações político partidárias. Em geral, no interior, tais relações são muito mais próximas e podem comprometer a informação. É muito comum que emissoras pequenas dependam de verbas públicas, principalmente de prefeituras e câmaras de vereadores, que possuem programas informativos semanais ou diários. Manter “uma boa relação” com figuras políticas para garantir o dinheiro pode significar ignorar notícias importantes para a comunidade, em tom de amenização ou até mesmo, nos piores casos, deixar de noticiar uma situação para não se comprometer. Esta também é uma crítica de Peruzzo (2005), que aborda a questão como uma opção administrativa dos donos de veículos de aceitar “com naturalidade o exercício de um jornalismo baseado em fontes oficiais, já que isso garante a sobrevivência do veículo” (PERUZZO, 2005, p.81). Moreira e Deolindo (2013) corroboram ao pensamento da autora, ao dizerem que “o potencial das empresas jornalísticas [...] pode ser comprometido quando a proposta editorial, a ação e a independência jornalísticas são

colocadas em xeque pela própria indústria de mídia” (MOREIRA; DEOLINDO, 2013, p. 28).

Em tempos de polarização política no Brasil, agravados desde o golpe à presidenta Dilma Rousseff em 2016, a situação é evidente em grande parte da mídia, desde os veículos de abrangência nacional aos interioranos, até porque as emissoras pequenas recebem verbas publicitárias de deputados e senadores, por exemplo. Não é nada incomum em rádios pequenas que seja dada preferência aqueles que ao mesmo tempo são fontes (ao serem entrevistados na programação) e clientes (por patrocinarem publicidade nas rádios). No mais, alguns temas ou até mesmo expressões podem ser evitados ou vetados para não parecer “partidarismo”. O interior, naturalmente, é visto como um ambiente mais conservador. Aliado à ascensão do conservadorismo desde a vitória de Jair Bolsonaro à presidência, alguns temas progressistas podem deixar de ser discutidos no rádio, tais como aborto, gênero e descriminalização das drogas. Portanto, é pertinente dizer que os aspectos do rádio local acima mencionados são determinantes na narrativa que será oferecida ao público. Tudo isso, em conjunto ou de forma isolada, pode comprometer o radiojornalismo.

Entendemos por informação de proximidade aquela que expressa as especificidades de uma dada localidade, que retrate, portanto, os acontecimentos orgânicos a uma determinada região e seja capaz de ouvir e externar os diferentes pontos de vista, principalmente a partir dos cidadãos, das organizações e dos diferentes segmentos sociais. Enfim, a mídia de proximidade caracteriza-se por vínculos de pertença, enraizados na vivência e refletidos num compromisso com o lugar e com a informação de qualidade e não apenas com as forças políticas e econômicas no exercício do poder (PERUZZO, 2005, p. 81).

As críticas ao jornalismo praticado no interior são muitas, assim como outras mídias e contextos também são criticados, não por *hobby*, mas por uma problematização que leve a reflexões, adequações e melhorias, superando obstáculos com criatividade e o senso do dever jornalístico. Apesar de não haver uma concorrência direta, a atenção dos grandes meios às notícias nacionais e internacionais representam, de certa forma, um “caminho livre” a ser ocupado com uma programação de qualidade, que cativa ouvintes e anunciantes.

Se a estratégia discursiva dos grandes veículos é criar um espaço de amplo compartilhamento simbólico, o interior usa exatamente das finas categorias simbólicas e sua interpretação restrita ao seu ambiente de difusão para criar a identidade e familiaridade com o público. Portanto, são veículos que não concorrem entre si, pois têm habilidades e capacidades diferentes de representação da realidade (MELO, 2006, p. 65).

Herreros (2007) pensa desta maneira. “Frente à globalidade é preciso insistir no local, no desenvolvimento do entorno imediato, nas culturas do próximo que interessam a todos que vivem em uma determinada comunidade” (HERREROS, 2007, p.75). Tal esforço de nossa parte em qualificar o radiojornalismo local foi demonstrada no percurso do mestrado, com a criação do manual “Radiojornalismo no interior: sugestões de como fazer”, que abrange orientações para fazer um radiojornalismo responsável, driblando as dificuldades já apresentadas, com criatividade, dinamismo e atualidade frente às novas possibilidades tecnológicas.

Uma das problemáticas do rádio no interior diz respeito a questões que não fazem sentido por suas características. Uma dessas práticas é a leitura das manchetes do jornal diário na programação matinal, já que a instantaneidade, uma das principais características do rádio, deve ser preservada. Por isso, não faz sentido uma programação baseada no que aconteceu ontem, que é manchete do jornal. A dinâmica tem de ser ao contrário: o rádio pauta o jornal. Essa é a crítica feita pelo jornalista Heródoto Barbeiro, ainda no final dos anos 1980, quando nem sequer haviam as funcionalidades existentes hoje, como a internet, redes sociais e aplicativos de mensagens:

Não se pode mais apoiar na fonte do jornalismo impresso, no antigo “*gilette-press*”. Recortar notícias dos jornais e lê-las no ar. O radiojornalismo tem que estar sempre à frente dos jornais. Nunca a reboque. O rádio repercute hoje as notícias que o jornal vai publicar amanhã (BARBEIRO, 1989, p. 10).

Mais do que informar a população local sobre seu entorno, as emissoras de rádio do interior com presença na internet, podem ainda informar as pessoas que não moram mais naquela localidade, mas que possuem interesse em saber o que se passa em sua terra natal. Com websites e aplicativos, pode-se ouvir em qualquer lugar do mundo. Herreros (2007) analisa o fenômeno:

Graças ao rádio local pela internet os emigrantes de determinado lugar podem continuar em contato com tudo que acontece em sua localidade e origem, e, ainda, conversar com seus ex-vizinhos, participar de diálogos e debates que enriquecem a vida local com a experiência de vida que cada um desenvolve em outros lugares. É também uma maneira de revitalizar o local com a experiência dos moradores em outros lugares (CEBRIÁN HERREROS, 2007, p. 66).

Novamente o aspecto de pertencimento aparece, mesmo à distância, o que reforça a ideia de que o rádio local gera vínculos, familiaridade e relacionamento, além

de informar e entreter, de perto ou de longe, dialogando com o ouvinte, a principal razão de o rádio existir.

No fundo, o rádio está construído sobre uma base muito profunda, encravada no terreno da sociedade, e que o manterá firme ainda por muito tempo: é o seu compromisso com o local e o cotidiano, a sua proximidade com o ouvinte e a capacidade de dialogar com ele (RADDATZ, 2009, p. 74).

Detalhadas as particularidades, adiante serão descritos os gêneros de programas radiofônicos, especialmente aqueles mais comuns nas emissoras interioranas AMs, em que a programação da manhã é mais dedicada às notícias e à tarde ao entretenimento. Vale ressaltar que tal situação está em processo de mudança, uma vez que a faixa AM será desativada nos próximos anos, obrigando as emissoras a migrarem para FM. As que não o fizeram, terão sua frequência extinta.

3.2 Gêneros radiofônicos: o espaço da notícia

Não são poucos os autores e autoras ao redor do mundo que dedicam suas produções aos gêneros radiofônicos. No Brasil e em outros países latinos, como Argentina e México, bem como na Europa, são diversas as classificações da área. Nesta seção, serão exploradas algumas dessas divisões categóricas, especialmente as que mais se encaixam no radiojornalismo do interior, que tem uma programação menos diversa. Como já explicado na primeira parte deste capítulo, se trata de um ambiente particular e com características singulares, por isso, nem todas as classificações se encaixam. Para Pilar e Herrera (2005), são três as funções dos gêneros:

Primeiro, são formas de representação da realidade e servem como sistemas de referências que se modificam e evoluem constantemente; segundo, os gêneros são também ferramentas para o trabalho dos jornalistas e instrumentos úteis da pedagogia do exercício profissional e, por fim, a terceira função é a de que os gêneros atuam como modelos de enunciação, ou seja, fornecem um conhecimento que permite superar ou modificar os esquemas tradicionais (PILAR e HERRERA, 2005, p. 02).

O pesquisador de rádio Luiz Ferraretto (2000), divide em três categorias: informativo, interpretativo e opinativo, analisando apenas o rádio enquanto atividade jornalística, sem contar a publicidade, por exemplo. Ele pontua que os gêneros “adquirem formas específicas” (FERRARETTO, 2000, p. 201), portanto podem variar de uma rádio para outra. No Brasil, uma obra exclusivamente dedicada a gêneros radiofônicos é de Barbosa Filho (2003), que analisa as várias sonoridades do rádio. A

divisão proposta pelo autor é “em razão da função específica que eles possuem em face das expectativas de audiência” (FILHO, 2003, p. 89). No que tange ao jornalismo, o pesquisador elenca 14 formatos, relacionados sistematicamente por Lucht (2009): 1) nota (informe sintético de um fato atual, nem sempre inconcluso); 2) notícia (módulo básico da informação); 3) boletim (pequeno programa informativo, com, no máximo, cinco minutos de duração, distribuído ao longo da programação e constituído por notas e notícias e, às vezes, por pequenas entrevistas e reportagens); 4) reportagem (amplia o caráter minimalista do jornalismo e oportuniza aos ouvintes uma noção ampla mais aprofundada a respeito do fato narrado); 5) entrevista (uma das principais fontes de coleta de informação, está presente direta ou indiretamente, na maioria das matérias jornalísticas), 6) comentário (cria ritmo e amplia o cenário sonoro do receptor, visto que propicia a presença de diferentes vozes na programação), 7) editorial (é o anúncio de opinião não-personalizada e retrata o ponto de vista da instituição radiofônica), 8) crônica (tem relação direta com a atualidade e ligação com uma circunstância favorável. Transita entre a fronteira entre jornalismo e literatura), 9) radiojornal (congrega e produz outros formatos jornalísticos, como as notas, notícias, reportagens, comentários e crônicas) 10) documentário jornalístico, 11) mesas-redondas ou debates (são espaços de discussão coletiva em que os participantes apresentam ideias diferenciadas entre si), 12) programa policial (tem como objetivo cobrir os acontecimentos e fatos policiais, por meio de reportagens, entrevistas, comentários e notícias), 13) programa esportivo (é a divulgação, cobertura e análise dos eventos esportivos. Veiculado no formato de notícias, comentários, reportagens, entrevistas, mesas-redondas), e 14) divulgação técnico-científica (tem a função de divulgar e, conseqüentemente, informar a sociedade sobre o mundo da ciência, com roteiros apropriados e linguagem que seja acessível à maioria da população).

A categorização de Filho (2003) é considerada uma das mais completas do país acerca do tema. No entanto, percebe-se que as emissoras do interior não possuem tantos formatos assim na programação, ou são um misto de vários deles. Os gêneros de divulgação técnico-científica, crônicas e documentário jornalístico costumam ser raros no interior, uma vez que envolvem maior trabalho de produção. Como já apresentado anteriormente, grande parte das rádios dispõe de equipes reduzidas, não sendo possível ter tanta variedade assim. Outra razão é o desinteresse por novos formatos. Conforme Albuquerque (2014), que desenvolveu pesquisa de emissoras do interior baiano, existe pouca inovação.

As emissoras locais e parte dos profissionais ainda inovam pouco em conteúdos e formas. Tampouco abrem maior espaço para outros produtos inovadores. Mantêm-se na formalidade cômoda de seguir modelos já existentes em grandes metrópoles, como Salvador, São Paulo ou Rio de Janeiro, como se estes, pelo simples fato de aí surgirem, já justificassem a reprodução. Como é comum na Indústria Cultural, tornam-se meros ‘copiadores’ de modelos que, em outros locais e onde há outras pessoas, podem dar certo, mas que neste local e com estas pessoas podem não dar, por serem distantes das demandas regionais (ALBUQUERQUE, 2014, p. 80).

As rádios que apostam em uma programação voltada ao regional, de acordo com as demandas do público, podem sair ganhando em audiência e em lucratividade. No Rio Grande do Sul os programas gauchescos são típicos para este exemplo, no entanto não se encaixam exatamente em radiojornalismo. Os do gênero informativo voltados à agricultura são muito comuns no estado, o que pode ser considerado uma atenção das rádios para as demandas dos ouvintes. Vigil (2004) chama o fenômeno de “programação total”, que leva em conta agradar o máximo do público possível. Para Albuquerque (2004), o estilo da programação “dá a cara da emissora”, sendo inclusive uma estratégia de mercado. “Falta o entendimento da programação como algo vivo e dinâmico, que é capaz de dar feição à emissora; um diálogo permanente com o público e uma estratégia importante para sua sobrevivência”. (ALBUQUERQUE, 2004, p. 128).

Voltando à categorização de Filho (2003), os tipos mais comuns em emissoras interioranas são programas mistos, que envolvem notas, mais pontuais; notícia; boletins, geralmente ao vivo de algum local externo ou da redação; entrevistas; comentários; mesas redondas; programas policiais e programas esportivos. Por vezes, conseguem unir tudo em um programa só. Existe uma tendência em ter o horário nobre logo pela manhã, com um programa com maior audiência, maior receita publicitária e mais conteúdo. Em duas ou três horas de programação podem ser encontrados todos os formatos citados como mais comuns. Na verdade, é exatamente isso que pode tentar definir a programação interiorana: tudo ao mesmo tempo, não em programas diferentes. “Trata-se de um mosaico envolvendo gêneros radiofônicos diversos, alguns misturados dentro de um único programa” (ALBUQUERQUE, 2014, p. 78).

Tal “mistura” notada está bastante ligada a outro aspecto do rádio: os locutores. Assim como na TV, apresentadores de programas ganham muito carisma e atenção do público, não sendo incomum que as pessoas ouçam ou assistam por gostar de quem o apresenta, por serem bastante carismáticos.

Seus estilos são diversos, indo dos mais empostados, cuja locução grave já denuncia a importância dos noticiários, até os mais descontraídos, que optam por um modelo semelhante ao dos apresentadores de antigos programas de auditório, onde a coloquialidade prevalece (FERRARETTO, 2001, p. 70).

No interior isso acontece com ainda mais frequência, uma vez que constroem laços de familiaridade com o público, reforçado pela proximidade geográfica. “Essas emissoras e seus comunicadores têm grande empatia com o público, com quem conversam por telefone ou no estúdio” (FERRARETTO, 2001, p. 62). Mais do que isso, alguns autores entendem que a figura do locutor é poderosa, de certa forma, ainda mais em municípios em que a rádio é o principal ou único veículo de comunicação.

Quando o locutor fala aos ouvintes, ele exerce um poder que lhe é conferido socialmente, apresentado, através de sua fala, pontos de vista de classe, sexo, idade, etnia etc., utilizando-se de discursos produzidos por contextos estruturados desigualmente e permeados por relações de poder (SANTOS, 2004, p. 169).

Os apresentadores dos programas falam de modo individual, e, ao mesmo tempo, para todos. Tal capacidade de comunicação que possuem gera grande audiência, principalmente pela manhã. Aliás, outra característica das rádios do interior é que no período matutino a programação é voltada ao radiojornalismo, principalmente nas primeiras horas do dia. Depois, muito se foca em uma programação um pouco mais variada, que mescla notícias com música e entretenimento, ainda no pensamento sexista voltado à audiência das “donas de casa”, que ouve rádio enquanto limpa a casa e faz o almoço.

Com frequência o locutor mais popular, que conseqüentemente tem mais audiência, apresenta o programa carro chefe da emissora. Pode ocorrer de existir mais de um, no entanto isso é menos comum. Em geral, a rádio possui um programa mais prestigiado, que contém entrevistas e assuntos entendidos como os de maior importância, como política. À tarde, em geral, a programação é musical, mas em alguns horários podem ocorrer noticiosos, especialmente se acontecer algo de última hora, como acidentes, mortes entre outras tragédias.

Sobre os programas principais, em geral são uma mistura de vários estilos e temas, principalmente os ligados à comunidade. Segundo Ferraretto (2001), são marcados por utilidade pública ou assistencialismo aos ouvintes, além de explorar casos policiais e escândalos de modo sensacionalista. Aliás, a exploração de casos policiais é

e sempre foi um dos assuntos preferidos do público, fato que não deixa de ser notado pelos locutores. Desde que os jornais impressos surgiram tais notícias têm destaque.

Os acontecimentos policiais têm cada vez mais a preferência do público. As grandes massas desdenham a notícia se o ‘político x descobriu uma fórmula ou apresentou um projeto capaz de salvar a Pátria’. Mas se há uma tragédia na rua, com tiros, facadas, mortes, uma torrente de sangue e diversas outras circunstâncias dramáticas, as turbas se interessam, vibram, têm avidez de detalhes, querem ver os retratos das vítimas, dos criminosos, dos policiais empenhados na captura destes.... Como pode o repórter de polícia deixar de fazer verdadeiros romances-folhetins? A culpa não é dele, é do gosto do público, cuja psicologia é, aliás, muito compreensível (O Paiz, 26 de junho de 1914, p. 1 apud BARBOSA, 2007, p. 39).

É justamente nesta ótica em que entra nossa análise proposta, uma vez que os crimes de feminicídio se encaixam neste tema que sempre aparece nos noticiários, especialmente nos boletins policiais. Pode ser notícia tanto nos programas policiaescos ou de notícias variadas ou ser noticiado quando acontece, em horários onde a programação não é voltada ao jornalismo, mas, pelo caráter de instantaneidade do rádio, é divulgado no ar. Portanto, no rádio, qualquer hora pode ser hora para dar uma notícia. Diferente da televisão, que para parar a programação precisa ter algo muito impactante, ou o jornal, que só vai circular no dia seguinte, o rádio pode divulgar as notícias a qualquer momento. Tais fatos podem ser noticiados de duas formas, conforme a ótica de Ortriwano (1985), que define duas maneiras de noticiar algo. A primeira, que chama de “forma pura” (ORTRIWANO, 1985 p.90), ou a segunda, de “forma ampliada”, que inclui comentários, tanto de caráter interpretativo ou opinativo. Não é incomum que as notícias das rádios divulgadas pelos locutores venham acompanhadas de opiniões, mesmo quando o espaço destinado à informação. No rádio do interior, se trata de uma fronteira quase invisível, confundindo informação com opinião. Do ponto de vista ético isso pode ser um problema.

3.3 Produção radiofônica na ótica do *gatekeeper* e *newsmaking*

Existem diversas teorias que abordam a produção jornalística. Tais teorias foram atualizadas ou até mesmo substituídas ao longo do tempo para dar conta das mudanças ocorridas dentro da profissão. Tais processos, como a convergência, alteraram rotinas de produção, sendo necessário reavaliar os estudos até então, movimento natural que é necessário ocorrer. Nesta seção iremos abordar a produção radiofônica em emissoras interioranas a partir da ótica do *gatekeeper* e *newsmaking*. Diversas teorias poderiam ser

utilizadas, no entanto, entendemos que estas podem dar conta de abordar a questão da produção no ambiente particular que é o interior, por se basearem nos aspectos relacionados ao ambiente das rádios e o funcionamento da organização interna. Como já dito neste trabalho, nem todas as teorias ou até mesmo preceitos da cultura jornalística se encaixam nas rádios interioranas, por diversos fatores também já apresentados, mas que podem reaparecer ou ser reforçados na escrita desta pesquisa.

Em 1950, o pesquisador David Manning White usou o termo *Gatekeeping* em um ensaio na revista *Journalism Quarterly*. A expressão não era nova, tendo sido criada por um psicólogo, Kurt Lewin. Mas, até então, não havia sido referida ao jornalismo. Para White, existia uma pessoa que decidia o que seria noticiado. Em tradução literal, seria o porteiro ou guardião. Neste portão, as notícias poderiam passar ou ficar retidas.

Se a decisão for positiva, a notícia acaba de passar pelo ‘portão’; se não for, a sua progressão é impedida, o que na prática significa a sua ‘morte’ porque a notícia não será publicada, pelo menos nesse órgão de informação (TRAQUINA, 2005, p. 150, grifos do autor).

O pesquisador Alsina (2009) considera que a tradução mais correta é a de “selecionador”. Tal teoria, mesmo que estudada até hoje, perdeu força pouco tempo depois de lançada. Então porque a discutimos neste trabalho, mais de meio século depois? Acreditamos que a figura do *gatekeeper*, o *Mr Gate*, é semelhante à do radialista do interior, aquele que tem o programa mais prestigiado. Ele é quem decide quais notícias e como irá divulgar no seu espaço. Como já mencionado, o locutor tem o prestígio de decidir por conta, algo que pode ou não ocorrer com os programas que possuem menor audiência. O radialista principal na maioria das vezes não precisa justificar a chefia suas escolhas, afinal ele possui a audiência e bons números de publicidade no programa.

Diferente de rádios de capitais, não existem editores ou um editor chefe, que seria o *Mr Gate*. Um fato não precisa, necessariamente, passar pelo crivo dessas autoridades dentro da empresa, o que pode ter reflexos em sua produção. Mais do que uma espécie de autorização, a discussão de um assunto antes de divulgação dá a chance de ampliar as vozes e visões, possibilitando uma amplitude maior dos fatos, o que é interessante do ponto de vista jornalístico.

Entre as razões para um assunto não “passar pelo portão”, pode ser explicada por Traquina (1993), que vê o profissional como uma pessoa subjetiva “e dependente de

juízos de valor baseados na experiência, atitudes e expectativas do *gatekeeper*” (TRAQUINA, 1993, p. 145). Se trata de uma teoria de mão dupla. Assim como o radialista tem o poder de decidir o que irá divulgar em seu programa, dando voz a temas e os levando aos ouvintes, também decide o que não irá ao ar, ao menos não naquele horário nobre, privando o público de ficar sabendo de algo. Para Traquina (1993, p.142), os portões “são regidos por regras imparciais ou por um grupo no poder”. Como por exemplo, não é raro que um assunto que desagrade patrocinadores deixe de ser divulgado, para não atrapalhar a relação de poder e publicidade existente. O mesmo autor, em 2002, retoma a crítica ao dizer que o conteúdo das notícias é determinado em nível macroeconômico. A atitude também é criticada por Chaparro (1994), que utiliza as funções de editor ou repórter, mas que pode ser substituída pelo radialista:

Sempre que um editor ou um repórter – por incompetência, arrogância, interesse pessoal, ambição de poder, irresponsabilidade profissional, subalternidade a quem o controla ou qualquer outro motivo – priva o leitor da notícia correta e plena, trai o principal e mais belos dos compromissos que tem com a construção e o aperfeiçoamento de uma sociedade livre: assegurar a ‘todo indivíduo’ o direito de ser informado (CHAPARRO, 1994, p. 82).

Para continuar a entender as rotinas produtivas, utilizamos também a teoria do *newsmaking*, que se articula especialmente nas rotinas produtivas e no profissionalismo de jornalistas. Essa abordagem teórica entende que a cultura profissional dos jornalistas e a organização do trabalho e dos processos produtivos, inter-relacionados, interferem diretamente na elaboração das mensagens que serão levadas até o público receptor. Uma das pesquisadoras mais respeitadas da área é a socióloga. Gaye Tuchman desenvolveu a tese a partir da observação em redações de Nova Iorque nos anos 1980. Os estudos de *newsmaking* ainda possuem grande força no meio acadêmico mundial, mesmo com novos estudos posteriores na área. Para ela, “a notícia é um produto dos jornalistas” (TUCHMAN, 1983, p. 16). As ideias da pesquisadora vão ao oposto da Teoria do Espelho, que via o jornalismo como um espelho fiel da realidade. Na visão da autora, as notícias são espelho de negócios e interesses, mostrando que o jornalismo é algo complexo.

Em todas as sociedades, a definição das notícias depende de sua estrutura social. A estrutura social produz normas, incluindo atitudes que definem aspectos da vida social que são de interesse ou importância para os cidadãos (...). Socializados nessas atitudes sociais e padrões profissionais, os informantes cobrem, selecionam e divulgam histórias sobre itens identificados como interessantes ou importantes. Ao cumprir essa função pelos informantes, as notícias refletem a sociedade: as notícias apresentam à

sociedade um espelho de seus negócios e interesses (TUCHMAN, 1983, p. 196-197).

A autora diz ainda que as rotinas produtivas e a organização do ambiente de trabalho contribuem na divulgação e construção de uma notícia. Outro autor brasileiro segue na mesma linha, ao dizer que “As exigências organizativas e a organização do trabalho e dos processos produtivos influenciam na construção da notícia” (PEREIRA JÚNIOR, 2002, p. 8). Aqui está um ponto que vai ao encontro direto do que pesquisamos. Muito do resultado do trabalho de uma emissora interiorana tem a ver com seu ambiente e suas limitações: equipes reduzidas, profissionais sobrecarregados e disputas de poder por questões comerciais.

Para Wolf (2005), de um lado está a complexidade dos elementos em jogo e do outro a estrutura da cobertura e uma representação da realidade social favorecida costumeiramente pela mídia. Del Bianco (2005) analisa a mistura de fatores com a mesma complexidade.

Em interação com o ambiente organizacional, as rotinas produtivas, a cultura profissional e a estrutura de valores-notícia dominante, os jornalistas atuam como sujeitos no domínio de operações lógicas produtivas e fazem a mediação dessa estrutura com as ações objetivas, a realidade social e a própria subjetividade (DEL BIANCO, 2005, p. 3).

Outra questão observada por Tuchman, em seu estudo, diz respeito ao tempo. Segundo a autora, jornalistas vivem uma espécie de tirania do tempo. Para Ferraretto (2014, p. 93), “o rádio possui um fluxo particular de trabalho”. Se a emissora estiver em funcionamento, a notícia pode ser informada a qualquer horário. Porém, no interior, nem todas as rádios funcionam 24 por dia. A tendência é que no período da madrugada não exista programação, que geralmente inicia por volta das 4h da manhã e segue até meia noite, afinal, o período noturno é o que a maioria das pessoas dorme.

Mesmo assim, o fator tempo também influencia no seguinte sentido: os horários também podem definir como e se algo será publicado, uma vez que nem sempre dispõe de equipe para apuração da notícia. A rádio pode estar no ar, mas pode ser um locutor do programa musical, não jornalístico. Neste caso, deve-se acionar um repórter, que pode não estar na redação, especialmente se for à noite. Se um fato acontece neste horário ou de madrugada, se reduz a chance de noticiá-lo em uma emissora do interior. A informação pode ser ignorada ou deixada para ser divulgada no dia seguinte, o que já

não atende a uma das grandes vantagens do rádio e da internet, no caso dos sites das rádios: a instantaneidade. É algo que ficará claro em nossa mais adiante, na análise das narrativas do corpus, em que as notícias dos feminicídios foram ao ar muito tempo depois de acontecerem.

Os fatos podem ser transmitidos no instante em que ocorrem. O aparato técnico para a transmissão é menos complexo do que o da televisão e não exige a elaboração necessária aos impressos para que a mensagem possa ser divulgada. O rádio permite 'trazer' o mundo ao ouvinte enquanto os acontecimentos estão se desenrolando (ORTRIWANO, 1985, p. 80).

A tirania do tempo, como diz Tuchman (1983), também é a tirania do dinheiro. Se as rádios não possuem recursos para manter repórteres 24 horas, ou até possuem, mas não veem isso como necessário, algumas notícias podem ficar de fora. Algo é certo nesta situação: as notícias não têm hora certa pra acontecer. A qualquer minuto alguém pode se acidentar, um prédio pode desabar e uma mulher pode ser assassinada no contexto de violência de gênero (o crime de feminicídio estudado neste trabalho), todas notícias naturalmente inesperadas. Aliás, fatos policiais, que possuem grande atenção do público, costumam acontecer fora do "horário comercial". Caso o fato aconteça em um período com todos os profissionais atuando, maiores as chances de uma notícia mais apurada e aprofundada ao ouvinte.

Novamente, a falta de recursos humanos diminui o tempo do profissional de certa forma: pode não ser possível de dar conta de tudo. "A escassez de tempo é uma defesa: os jornalistas defendem a sua própria prerrogativa de decidirem o valor das 'estórias'" (SCHLESINGER, 1993, p. 184). Para Guerra (2008), que se dedica a estudar o profissionalismo no jornalismo, é necessário fazer um arranjo organizacional que atenda às necessidades de trabalho, de acordo com que está disponível, desde equipamentos a pessoas.

A rotina nada mais é do que um arranjo organizacional no sentido de combinar os recursos humanos e os recursos materiais para a realização do trabalho, dentro dos prazos exigidos de elaboração e finalização do produto (GUERRA, 2008, p. 168).

Portanto, já que a realidade é a de não ter condições de equipes completas 24 horas e sete dias por semana, trabalhar com escalas ou sobreaviso pode ser uma opção, desde que não sejam feridas as leis trabalhistas, evidentemente. Uma das vantagens existentes hoje é a tecnologia, que pode ser grande aliada neste sentido. Os celulares

com fácil acesso à internet e os aplicativos rápidos de mensagens podem ser facilitadores.

As mudanças geradas pela tecnologia têm influências não somente na definição dos critérios, mas na configuração das rotinas de trabalho nas redações, da relação do jornalista com a informação e com o público, e das estratégias de interação entre o público e o meio de comunicação (LOPEZ, 2014, p. 92).

Para falar de *newsmaking*, é indissociável a discussão a respeito dos valores notícia e critérios de noticiabilidade, ou seja, aquilo que pode ser notícia. Wolf (1995) faz o seguinte questionamento: “Quais os acontecimentos que são considerados suficientemente interessantes, significativos e relevantes para serem transformados em notícias? (Wolf, 1995, p. 195). Notícias locais seguem alguns dos parâmetros padrões de noticiabilidade, mas estão sempre amparados na geografia, já que o local é o que importa. Por isso, muitas vezes, um acontecimento distante, por mais importante que seja, pode não ser divulgado na emissora interiorana, ou não com tanta profundidade como um fato do outro lado da rua. Estudos de Wolf ao longo dos anos se debruçaram a estudar a noticiabilidade, pautado na ideia do *newsmaking*.

A noticiabilidade é constituída pelo conjunto de requisitos que se exigem dos acontecimentos – do ponto de vista da estrutura do trabalho nos órgãos de informação e do ponto de vista do profissionalismo dos jornalistas – para adquirirem a existência pública. Tudo que não corresponde a esses requisitos é ‘excluído’, por não ser adequado às rotinas produtivas e aos cânones da cultura profissional (WOLF, 2002, p. 189).

De acordo com Alsina (2009), a notícia é um produto de uma construção social da realidade que permeia questões econômicas, culturais, políticas e sociais. Portanto, inúmeras variáveis estão envolvidas no processo. Festas típicas, como a Semana Farroupilha, comemorada no Rio Grande do Sul, só é notícia, a título de acontecimento neste estado. Mas, alguns fatores são inerentes a todas as localidades, por mais diversas que sejam. Traquina (2005) elenca alguns destes fatores como a proximidade, o fator mais relacionado às emissoras do interior por uma questão geográfica; a relevância; o tempo; o conflito e a novidade. Conforme Guerra (2008), “os valores-notícia funcionam como guias para toda a organização jornalística no seu empenho destinado à captação e à apresentação dos fatos” (GUERRA, 2008, p. 80-81).

Noticiabilidade é entendida por Vizeu (2007) como o conjunto de elementos com os quais as empresas jornalísticas controlam e produzem a quantidade e o tipo de

fatos, entre os quais vão selecionar as notícias, tais como: novidade, imprevisibilidade, excepcionalidade, relevância, notoriedade dos envolvidos, raridade e conflito. Vizeu (2007) e Wolf (1987) trabalham com praticamente a mesma categorização: são os relativos ao produto, substantivos, referentes ao público e alusivos à concorrência. Todas elas possuem várias subdivisões, afinal Vizeu (2007) analisa os valores notícia são praticamente infinitos.

Os relativos ao produto, o autor ressalta a importância do formato, como a atualidade, a brevidade (adequada ao tempo disponível para um programa, por exemplo) e o equilíbrio, que entende como a necessidade de ter uma programação variada, mesmo dentro de uma editoria. No interior, por exemplo, as pautas comerciais são vistas como importantes, mesmo ao lado de pautas noticiosas.

Na categoria substantiva, Vizeu (2007) diz que são os fatos ligados a personagens, que podem ser autoridades, como políticos. Ele salienta que tal interesse deve estar relacionado ao gosto do seu público, neste caso, dos ouvintes. É uma categoria que parte do pressuposto que o jornalista conhece sua audiência, para não informar algo que não faça sentido aos seus ouvintes. Em relação à concorrência, como o próprio nome diz, ligada aquilo que é noticiado pela empresa concorrente e a possibilidade de dar o furo jornalístico, que é uma notícia inédita e exclusiva, noticiada em primeira mão.

Como o presente estudo diz respeito aos crimes de feminicídio, destacamos aqui o valor notícia morte. “Onde há morte, há jornalistas. A morte é um valor-notícia fundamental para essa comunidade interpretativa” (TRAQUINA, 2005, p. 79). Ele complementa que se o crime estiver associado a uma violência, pode ficar com mais valor notícia. Já o estudioso Hall (1999) diz que o crime, é, por definição, notícia. Galtung e Ruge (1965) ponderam que quanto mais negativo for o acontecimento, mais hipótese tem de se transformar em notícia. Aguiar (2007), ao citar Schudson (1978) vai na mesma linha. “Um dos princípios fundamentais do jornalismo é que, quanto mais insólito ou mais sangrento é o espetáculo, maior é o valor-notícia” (AGUIAR, 2007, p. 7).

No rádio, a morte sempre foi notícia. Com a popularização dos programas radiofônicos policiais, muitos locutores ficaram famosos, como Gil Gomes, que esteve no ar por 10 anos (1977-1987), com um programa em que narrava crimes, quase que de forma dramática. Lopez (1988) realizou uma pesquisa no Brasil nos anos 1970, onde verificou a grande audiência dos crimes narrados no rádio.

Sua estrutura baseia-se na dramatização do *fait divers* (crimes, roubos, assaltos, assaltos etc.) feita pelos próprios comunicadores que narram o fato, criando um clima de suspense crescente e de envolvimento emocional ao estilo da radionovela. O fundo musical é parte importante para a construção desse clima e até a segmentação da narrativa por blocos publicitários contribui para aumentar a tensão emocional da história (LOPEZ, 1988, p. 125).

Portanto, as narrativas do crime em questão, o feminicídio, se encaixam nos critérios de noticiabilidade, mas não dizem como devem ser noticiadas. Novamente, evocamos o pensamento de Alsina (2009). “Os jornalistas são, como todo o mundo, construtores da realidade ao seu redor. Mas também conferem estilo narrativo a essa realidade, e, divulgando-a, a tornam uma realidade pública sobre o dia-a-dia” (ALSINA, 2009, p.11).

No capítulo seguinte conheceremos alguns dos conceitos a respeito de narrativas.

4 NARRATIVAS

*"Aquele moço continua sendo
assassinado todos os dias e de
diferentes maneiras"*
(Carlos Drummond de Andrade)

Nossa pesquisa é amparada metodologicamente no paradigma indiciário, apresentado no segundo capítulo. Foi o método que encontramos para responder algumas das perguntas propostas nesta dissertação, que analisa narrativas radiofônicas. Como não poderia ser diferente, também faz parte do nosso empreendimento acadêmico a reflexão teórica sobre narrativas.

Como explicamos no segundo capítulo, a presente dissertação tenta ir além dos métodos já utilizados amplamente em casos de estudos sonoros, muitas vezes criticados por autores da área. "Nós, pesquisadores, precisamos nos livrar de velhos vícios, deixar de repetir fórmulas irrefletidamente" (KISCHINHEVSKY, 2016, p. 11). Por isso, julgamos necessário o entendimento a respeito de narrativas, como parte da nossa análise, amparada no paradigma indiciário.

[...] não devemos concentrar todos os nossos esforços nas práticas interacionais, descontextualizando-as, desconsiderando as mediações sociais, políticas, econômicas e culturais que incidem sobre elas, condicionando-as. Precisamos de lentes multifocais para dar conta dos nossos objetos (KISCHINHEVSKY; MODESTO, 2014, p.4).

Por isso, decidimos abordar tais lentes multifocais, nos dedicando também a entender as narrativas. Caldeira (2017), que analisou narrativas de feminicídios em jornais mineiros, disserta sobre a importância da compreensão das narrativas como um todo, para entender o fenômeno que estudamos nesta pesquisa.

Se a narrativa, feita à luz de um mundo de referência, nos oferece elementos para lidar com problemas empíricos que pulsam nesse mesmo mundo, é possível destacar a importância de se compreender esses processos de construção de narrativas, tomadas em sua emergência e circularidade, diante de um fenômeno como o assassinato de mulheres, especialmente envolvendo um cenário empírico preocupante no Brasil (CALDEIRA, 2017, p.17).

Além da necessidade de entender do que estamos falando, as narrativas analisadas nesta dissertação também precisam seguir parâmetros bem demarcados. Estudiosos de narrativas reconhecem sua complexidade, especialmente enquanto

desafio epistemológico, que ainda tem mais perguntas do que respostas, como questiona Motta (2017):

Como descortinar a ficcionalidade nas *hard news*, um texto que é essencialmente descritivo, enxuto narrado sempre na terceira pessoa? Como descortinar encadeamentos e continuidades em relatos que são por natureza anárquicos e difusos? Como reordenar temporalmente as sequências e compor enredos possíveis? Até que ponto as personagens da narrativa jornalística guardam semelhanças com as personagens da ficção? (MOTTA, 2017, p. 8).

São questionamentos que nos acompanham desde o início do trabalho e que seguirão até a conclusão, na tentativa de dar respostas ao que propomos. O mesmo autor segue com indagações que vão ao encontro de algumas ideias que já dissertamos até aqui, como a estrutura das rádios do interior, seus atores (radialistas, em especial) e o contexto onde estão inseridas.

No jornalismo, quem narra? A fonte, a empresa, o veículo, a redação, os editores ou repórteres? Quais as relações de poder se estabelecem entre esses atores? Relações de cooperação ou de enfrentamento? Até onde se estende o poder de cada um deles? Até onde a figura do autor se preserva? Enquanto um produto cultural, o texto da narrativa jornalística cristaliza as forças em conflito? Ou o emaranhado de sentidos torna impossível detectar o exercício do poder? Os desafios conceituais e epistemológicos são enormes [...] (MOTTA, 2017, p. 8).

Pensando enquanto pesquisadora, não só enquanto jornalista, é importante lembrar que também estamos “inseridos num sistema de representações simbólicas, como resultante da cultura” (NASI, 2019, p. 77). Ao escrever uma tese de doutorado sobre narrativas envolvendo menores em situação de crime, a autora ainda pondera que não é possível um olhar de fora, mas que isso não é um empecilho, desde que haja vigilância e esforço teórico:

Nosso desafio, para a análise das narrativas propostas, é recorrer ao arcabouço teórico aqui acionado, tanto para o reconhecimento do caráter cultural de narrar (e este texto também configura uma narrativa) e postura de vigilância epistemológica, quanto para tensionarmos o que os estudos e construções teóricas sobre a violência (NASI, 2019, p. 77).

Portanto, uma eloquente sequência de assuntos é necessária, mesmo que em separados possam não fazer sentido. Ao analisar narrativas, Genette (1995) pontua que três níveis são essenciais a se considerar. Para o autor, é preciso pensar sobre o contexto da narrativa, o modo narrativo e também o sujeito que narra a história. Por isso, os capítulos anteriores se dedicaram a pormenorizar nosso objeto, que é o rádio no interior.

Agora, na primeira seção, amparadas em Barthes (1977); Ijuim e Sardinha (2009); Leal (2006); Hall (2006); Resende (2006); Bourdieu (1977) e novamente Motta (2017) dissertamos acerca de narrativas.

Na seção seguinte refletimos, a partir de Meditsh (1996); Quadros (2016, 2018); Lopez (2009) e Ferrarretto (2000) apontamentos a respeito de narrativas radiofônicas. Por fim, na subseção seguinte, jogamos luz às narrativas de crime, especialmente o feminicídio. Utilizamos as ideias de Caldeira (2017); Hall (1982); Canela (2007) e Nasi (2019).

4.1 Narrativas e suas contribuições ao mundo

O ato de narrar é natural ao ser humano e é confundido com a história própria da nossa espécie. Como diz Barthes (1977, p.8):

(...) nunca houve lugar algum sem um povo sem uma narrativa”. Para ele, a narrativa está presente em todas as sociedades. “Todas as classes, todos os grupos humanos têm suas histórias (...) a história zomba de literatura boa e ruim: internacional, trans-histórica, transcultural, a história está aí, como a vida.

A vida em comunidade exige comunicação. Conforme Leal (2006), um dos principais pesquisadores de narrativas no Brasil, o ato de narrar possibilitou a criação de comunidades, portanto, se configura como uma atividade social:

Narrar significa estabelecer um encadeamento e uma direção, investir o sujeito de papéis e criar personagens, indicar uma solução. As narrativas, assim, tecem a experiência vivida e podem aparecer no cotidiano, contadas pelos seres humanos, ajudando-os a viver e agrupando-os, distinguindo-os, marcando seus lugares e possibilitando a criação de comunidades (LEAL, 2006, p.20).

Para Gérard Genette (apud SILVA, 2007) “a narrativa é a representação de um acontecimento ou de uma série de acontecimentos, reais ou fictícios, por meio da linguagem e, mais particularmente, da linguagem escrita” (GENETTE apud SILVA, 2007, p. 50). Portanto, se falamos de narrativas jornalísticas, entendemos que tem como referência a realidade factual, diferente da literatura.

Narrar é compreender o mundo por meio de uma ação consciente que constrói desconstruindo. Na representação da realidade, o repórter precisa da narrativa para restaurar, religar as relações concretas reconfiguradas para ocupar as páginas do jornal, as lentes da televisão e as ondas do rádio, a partir de sua interferência intencionalmente planejada (IJUIM, 2009, p. 168).

No jornalismo, depois de superada a Teoria do Espelho, os estudos de *newsmaking*, já detalhados nesta dissertação, a partir de 1970, abriram caminho para novas interpretações da profissão. Gaye Tuchmann (1983) afirmou, com base em seus estudos em redações, que o jornalismo exige explicações do mundo enquanto sociedade, indo além das perguntas tradicionais do *lead*, as clássicas “quem, como, onde, quando e por que”. Se a partir destes mesmos estudos foi compreendido que o meio interfere na atividade jornalística, não se pode deixar de associar que o tipo de sociedade onde a atividade ocorre também pode influenciar. Quando falamos em tipo de sociedade, nos referimos às diferentes culturas existentes, que variam até mesmo de cidade para cidade. O jornalismo local, especialmente do rádio, possui grandes vínculos com aspectos culturais da comunidade em que está sediada, sendo impossível dissociá-los. As narrativas são, conforme Leal (2006), as materializações das falas sociais:

O olhar do jornalista (autor empírico, sujeito da enunciação e responsável pela criação do narrador) estará sempre condicionado por determinados mapas de sentido, formados tanto pelo seu *background* cultural, como por um conjunto de outras questões sócio-profissionais, que poderão limitar esse mesmo olhar – ou, em outras palavras, a sua interpretação (LEAL, 2006, p. 11).

É o que Hall (2016, p.311) chama de “mapas culturais” do mundo social, que dão sentido aos acontecimentos. O estudioso, que vê o mundo como uma “confusão de acontecimentos desordenados e caóticos” (Idem), entende que o jornalista é quem identifica e insere os acontecimentos em um contexto social, que permite a familiarização com o público:

Este processo – a identificação e a contextualização – é um dos mais importantes, através do qual os acontecimentos são tornados ‘significativos’ pelos *media*. Um acontecimento só ‘faz sentido’ se puder colocar-se num âmbito de conhecidas identificações sociais e culturais. Se os jornalistas não dispusessem – mesmo de forma rotineira – de tais ‘mapas’ culturais do mundo social, não poderiam ‘dar sentido’ aos acontecimentos invulgares, inesperados e imprevisíveis que constituem o conteúdo básico do que é noticiável (HALL et al, 2016, p. 311, grifos do autor).

O mesmo autor salienta que profissionais de comunicação além de definirem o que é um acontecimento significativo para ser noticiável, também oferecem interpretações “poderosas acerca da forma de compreender estes acontecimentos. Implícitas nessas interpretações estão as orientações relativas aos acontecimentos e pessoas ou grupos nelas envolvidos” (HALL et. al. 1999, p. 228). O resultado dessa

união de agentes sociais e suas visões de mundo são as narrativas. “As narrativas emergem como resultado da interrelação das forças sociais, as mais diversas; caracterizam equacionamentos possíveis dessas forças, em pontos peculiares do fluxo histórico e social” (LEAL, 2006, p. 22).

Se Leal (2006) entende que as narrativas ajudam a organizar comunidades, como citado anteriormente, Resende (2006) também vê grande importância nelas ao afirmar que as narrativas podem recriar modos de vida e compreensões do cotidiano, “porque leem e provocam releituras de experiências subjetivas e objetivas [...] que se tornam o lugar de onde as pessoas retiram o que sabem” (RESENDE, 2006, p. 2). As narrativas também são uma forma de conhecimento. No jornalismo, cumprem função essencial de informar e dar sentido. Já não se imagina um mundo sem tal atividade.

As notícias como uma forma de cultura incorporam suposições acerca do que importa, do que faz sentido, em que tempo e em que lugar vivemos, qual a extensão de considerações que devemos tomar seriamente em consideração (TRAQUINA, 2004, p. 14).

De acordo com Motta (2017, p. 8), “mal ou bem, quem mais conta o que se passa ao nosso redor hoje é o jornalismo: ele configura sucessivamente as representações da realidade”. Ao refletir sobre atividade com tamanho grau de importância, não podemos deixar de assinalar que o processo não é tão simples, mesmo que jornalistas empreendam esforços para sê-lo, especialmente quando falamos de rádio. Mais do que o ato de falar palavras ao microfone, se trata de algo muito mais complexo e subjetivo. Adiante serão detalhados aspectos mais singulares das narrativas radiofônicas, foco deste trabalho. Apesar de não tratarmos de um estudo de recepção, não podemos ignorar o caráter de consequência das narrativas divulgadas ao público (neste caso, ouvintes).

O relato das ações humanas advém dos esforços do jornalista em observar e refletir sobre os fenômenos para, percebendo-os, poder expressá-los. Se é assim, narrar é construir uma realidade pela atribuição de significados, de sentidos – socialmente compartilhados –, que possam colaborar não só para que a audiência tenha informação, mas proporcionar situações para que essa audiência possa ser afetada, provocada (IJUIM; SARDINHA, 2009, p. 157).

Correia (2009, p. 521) confirma que os jornalistas intervêm ativamente na construção das condições e do modo em que a realidade é percebida, em ação

pragmática ou não. Motta (2004, p. 3), lembra que “narrativas e narrações são formas de exercício de poder e de hegemonia nos distintos lugares e situações de comunicação”:

A força narrativa dos enunciados jornalísticos estaria menos nas qualidades narrativas intrínsecas do texto das notícias e reportagens ou no confronto entre o estilo descritivo e o narrativo, mas principalmente no entendimento da comunicação jornalística como uma forma contemporânea de domar o tempo, de mediar a relação entre um mundo temporal e ético (ou intratemporal) préfigurado e um mundo refigurado pelo ato de leitura. Uma trilha que põe a narrativa no campo dos atos de fala e das relações pragmáticas (MOTTA, 2004, p. 11).

Um ponto de complexidade do ato de narrar jornalisticamente está nas relações que o profissional precisa construir, entre elas a com as fontes. Somado ao ambiente em que está inserido, no sentido do local de trabalho e da comunidade, percebe-se um conjunto de interações constantes que fazem parte do trabalho. Traquina (2005, p.173), diz que “como o resultado de processos complexos de interação social entre agentes sociais: os jornalistas e as fontes de informação; os jornalistas e a sociedade; os membros da comunidade profissional, dentro e fora da sua organização” (TRAQUINA, 2005, p. 173). Outro aspecto relevante que corrobora com esse pensamento é de Bourdieu (1977), que há quase meio século, dissertava sobre a visão dos jornalistas sobre os acontecimentos. Para ele, os jornalistas possuem “óculos especiais” através dos quais veem certos acontecimentos e não outros – “e veem de uma certa maneira as coisas que veem”.

Uma gama de referenciais simbólicos da cultura caracteriza uma integração de lentes pelas quais o repórter atribui significados aos fenômenos sociais. Assim, o jornalista-narrador necessita absorver/compreender os fenômenos para poder narrá-los – visando justamente à requerida transformação (IJUIM, 2009, p. 120).

Apresentadas algumas ideias a respeito das narrativas, passamos a seguir para as narrativas do rádio.

4.2 Narrativas radiofônicas

Na primeira seção deste capítulo, falamos sobre as narrativas jornalísticas de maneira geral. Agora, especificamente é feita uma reflexão exclusivamente sobre as narrativas do rádio, veículo comunicacional que pesquisamos neste trabalho. Evocamos o pensamento de Meditsh (1996), um dos mais renomados pesquisadores de rádio do

Brasil, a respeito do jornalismo, nos apropriando dessa ideia em relação às narrativas radiofônicas.

O jornalismo é como uma forma de conhecimento, que revela a realidade. ‘Mundo sensível’ de modo diferente da Ciência. De maneira única e original, o jornalismo revela nuances do cotidiano que outros modos de conhecimento não são capazes de elaborar. O jornalismo é um conhecimento social, envolve determinado ponto de vista sobre a história, sobre a sociedade e sobre a humanidade (MEDITSCH, 1996, p. 31).

A análise de narrativas radiofônicas possui suas particularidades. Em uma perspectiva de análise de narrativa, estudos ainda são incipientes. Em artigo apresentado no Intercom de 2016, a então doutoranda Mirian Quadros (2016) elencou aproximação do estudo de narrativas com o rádio informativo. “No rádio informativo torna-se ainda mais complexa: a narrativa é efêmera e fragmentada, enriquecida com recursos sonoros, entonações, música, silêncios e ruídos” (QUADROS, 2016, p. 1). Reconhecida sua complexidade diante das especificidades do meio, especialmente por suas narrativas efêmeras, a autora pontua o que requer a (o) analista desse tipo de narrativa, com objetivo de “perceber seus significados mais profundos, para além do mero relato” (Idem).

Compreender o jornalismo radiofônico como uma narrativa requer do analista de rádio uma visada para além do texto, dos gêneros e formatos. Não significa ignorar esses elementos, mas considerá-los dentro de um contexto, buscando perceber o que eles ensinam, reforçam, revelam ou silenciam (QUADROS, 2016, p. 5-6).

Nossos olhares para as narrativas radiofônicas estão dentro do caminho já dissertado neste trabalho, entendendo o rádio que estudamos como um veículo que tem características únicas e levando em consideração o local geográfico em que ele se encontra, neste caso, as regiões interioranas do Rio Grande do Sul. Para Quadros (2016, p. 6), “o rádio reflete uma série de vinculações sociais: as escolhas do repórter, os constrangimentos organizacionais, a pressão do tempo, o contexto geográfico, histórico e cultural”. Lopez (2009) é outra autora que aponta o mesmo caminho:

Hoje estudar o rádio e o radiojornalismo não se restringe – e não poderia sê-lo – ao próprio veículo de comunicação. O rádio deve ser compreendido a partir do universo comunicacional em que se insere e das relações e interferências que cada um dos elementos exerce sobre o outro (LOPEZ, 2009, p. 94).

Manuais de rádio orientam que a comunicação tem de ser simples, em linguagem coloquial e clara ao ouvinte. É um ponto importante a se levar em consideração, mas cabe ressaltar ao longo deste trabalho que as narrativas não são apenas as palavras que são ouvidas. Enquanto pesquisadoras, estamos também atentas aos demais elementos do contexto. Afinal, muitas são as estratégias, intencionais ou não, na comunicação radiofônica. Conforme Ferrarretto (2000, p. 307) “as sutilezas e nuances vocais imprimem a um mesmo discurso significados diversos”.

A forma como o roteiro é conduzido pelo locutor, as variações na entonação da voz, a utilização de recursos sonoros, e, principalmente, o encadeamento das notícias, mesmo que aparentemente desconectadas, conformam uma narrativa ampliada que nos conta sobre a realidade de um determinado tempo e espaço. Cada notícia ou temática abordada no programa pode ser interpretada como uma micronarrativa. São pequenas histórias que falam sobre acontecimentos e personagens do dia a dia, mas que, em seu encaixe dentro da programação radiofônica, configuram um contexto maior, colaborando para construir, reforçar ou até mesmo desconstruir uma representação simbólica do mundo cotidiano (QUADROS, 2018, p.31-32).

Nosso pressuposto de pesquisa, amparado teoricamente, é que ao narrar histórias, neste caso, notícias acerca de feminicídios, muitas questões interferem nessa narrativa. Para Alsina (2009), a notícia pode ser vista como uma representação do mundo factual, em que o jornalista emprega sua própria enciclopédia a fim de enquadrá-la no formato jornalístico ao público. “A notícia não emerge naturalmente dos acontecimentos. Acontece na junção de acontecimentos e textos. É a narrativa utilizada pelo jornalista que dá forma e organiza o relato do acontecimento” (DEL BIANCO, 2005, p. 03). Quadros (2018, p.26), concorda, ao afirmar que a bagagem social e cultural do profissional pode orientar subjetivamente seu olhar, e consequentemente, sua escolha de palavras – ou a ausência delas. “Os jornalistas são [...] construtores da realidade ao seu redor. Mas também conferem estilo narrativo a essa realidade, e, divulgando-a, a tornam uma realidade pública sobre o dia-a-dia” (ALSINA, 2009, p. 11). Naturalmente e popularmente, o rádio é conhecido como um contador de histórias. Notadamente se encontram todos os tipos de histórias, felizes e alegres ou tristes, como as tragédias. “No caso do rádio, costumamos dizer que ele é um contador de histórias. O narrador busca em suas vivências e experiências cotidianas os subsídios para contar a história que vai ser ouvida (RADDATZ, 2009, p.71).

Meditich (2007) situa a linguagem radiofônica como a união narrativa do texto escrito, o texto falado, os ruídos, silêncios, a música e os efeitos sonoros. “Cabe aos

profissionais do rádio – jornalistas ou radialistas – empregar de forma apropriada estes recursos a fim de configurar uma narrativa coerente e atrativa a seus ouvintes” (QUADROS, 2016, p.8). Assinaladas as especificidades da narrativa radiofônica, passamos a seguir para alguns pontos importantes a respeito das narrativas acerca de crimes, em especial o feminicídio.

4.2.1 Narrativas acerca de crimes: o feminicídio

Consideramos este como um subtópico necessário para entender de que tipo de narrativas estamos falando: radiofônica, especificamente sobre um crime violento e letal: o feminicídio. Mesmo que no capítulo seguinte esmiuçemos melhor o termo, aqui já apontamos reflexões sobre as narrativas acerca de crimes violentos em particular, baseado em trabalhos que fizeram movimentos semelhantes. Como já dissertamos em capítulos anteriores, a morte é um valor notícia do jornalismo. Segundo Nasi (2019, p. 56), “o jornalismo pauta a violência e, especialmente, a morte, desde seus primórdios”. Reforçamos nossa ideia, compartilhada por diversos teóricos, de que as narrativas faladas por radialistas estão imbricadas de falas sociais, interferidas pelo ambiente e cultura.

[...] ao se (re)constituir uma narrativa mediática, por exemplo, vai se observando que ela se compõe de textos diversos que, em si mesmos, são pequenas materializações das falas sociais. Articulados na superfície narrativa, esses textos podem dar a (re)conhecer um discurso socialmente abrangente, que, por sua vez, integra uma forma discursiva maior. Na relação textos/narrativa/discurso podem ser vistas, então, as condições para inserção e circulação dos falares sociais, das ideologias e da realidade da vida cotidiana (LEAL, 2006, p. 24).

Se a pauta “morte” é recorrente no jornalismo e nas rádios do interior, existe uma problematização acerca da violência como um todo. Fala-se muito de mortes violentas e de assassinatos, mas pouco se fala das razões culturais e sociais que levam a fenômenos como o do feminicídio. Tal situação pode ser justificada com uma ideia já apresentada nesta pesquisa, que é a falta de aprofundamento em temas de relevância. Isso ocorre, entre outros fatores, por não ter equipes que deem conta de aprofundar assuntos em pauta. Mas há autores que explanam outras razões, que podem existir ou coexistir com as já descritas por nós. Por isso, evidenciamos o pensamento de Canela (2007):

[...] a cobertura de crime é mais fácil e, portanto, menos custosa do que uma cobertura mais contextualizada da violência. Como veremos, ao estabelecer uma relação de dependência com a pauta da delegacia, fazendo das matérias uma espécie de transcrição sofisticada (às vezes nem isso) do boletim de ocorrência, o tratamento editorial dispensado ao tema custa menos (em pessoal, tempo, telefonemas, apurações) do que um jornalismo que realmente queira entender as causas, as consequências e as potenciais soluções do fenômeno da violência (2007, p.149).

Na opinião de Ramos e Paiva (2007), na maioria das vezes a imprensa “corre atrás da notícia do crime já ocorrido ou das ações policiais já executadas, mas tem pouca iniciativa e usa timidamente a sua enorme capacidade de pautar um debate público consistente sobre o setor” (2007, p. 25). A dependência da “porta da delegacia” é real e muito comum, principalmente no interior. Entendemos que as fontes oficiais detêm um discurso importante na narrativa, mas não podem ser vistos com exclusividade, quase a ponto de confundir as duas linguagens (a policial e a jornalística). De acordo com Hall (1982), a polícia é a principal fonte das matérias jornalísticas sobre violência e criminalidade. Muitas vezes, a única, com jornais e jornalistas assumindo a linguagem policial dos Boletins de Ocorrência (BOs) em seus textos. Isso não significa que não haverá nenhuma compreensão pelo público, porém os manuais de radiojornalismo são claros quanto à importância de uma linguagem simples.

Em casos de feminicídio, profissionais fazem o gesto de informar, baseado no fato de que a morte violenta é uma notícia – e que por sinal, as pessoas se interessam bastante. Segundo Caldeira (2017) as narrativas desses crimes, são baseados em boletins de ocorrência, cenas de crimes, relatos testemunhais e, principalmente, o olhar subjetivo de quem narra ao microfone.

Ali estão jornalistas como produtores e produtoras de narrativas, coletando e selecionando o que destacar desses relatos, colocando-os em relação com outros dados — estatísticas de órgãos oficiais, crimes semelhantes já cometidos —, tentando conferir uma certa verossimilhança a partir do encadeamento de elementos heterogêneos, tensionados, instáveis. Buscando deixar aquele conjunto marcado pelo caos e pela dissonância algo palatável para a compreensão, algo compatível com uma tendência estilística e estrutural. O que jornalistas estão fazendo, compulsoriamente, é um jogo de recortes e costuras resignado às lacunas (CALDEIRA, 2017, p. 9).

Especialmente sobre a violência de gênero, as autoras Melo e Sanematsu (2013), que estudam a realidade brasileira, entendem que a cobertura deixa a desejar, justamente pelo olhar simplório e policialesco:

[Mesmo que o tema] receba uma considerável cobertura dos veículos de comunicação, a qualidade dessa abordagem ainda deixa muito a desejar, concentrando-se em fatos individualizados, relatados a partir de um viés policial (MELO;SANEMATSU, 2013, p. 93).

Um grupo de estudos da Universidade Federal de Minas Gerais analisa o noticiário em vários tipos de veículos (televisão, sites, jornais impressos e rádios) a respeito da cobertura de casos de violência de gênero. Vários são os trabalhos publicados a partir dos dados colhidos e analisados. Em resumo, pesquisadoras e pesquisadores constataram que os acontecimentos são noticiados sem conexão com causas e consequências.

A narrativa voltando-se sobretudo para a caracterização da chamada “cena do crime” e na maioria dos casos segundo a perspectiva oferecida pela instituição policial. Tais relatos não exploram, por exemplo, elementos que vão além da situação imediata da ocorrência de maneira a acionar dados contextuais que indiquem a emergência ou a perpetuação dos comportamentos implicados na ação de violência (ANTUNES;CALDEIRA, 2016, s.p.).

No capítulo a seguir traremos mais ideias a respeito das violências sofridas pelas mulheres.

5 VIOLÊNCIA DE GÊNERO

*“Homens têm medo que as mulheres rião deles. Mulheres têm medo que os homens as matem”
(Margaret Atwood)*

Neste capítulo, apresentamos algumas conceituações existentes na literatura para a violência de gênero, manifestada das mais diversas formas, entre elas, o feminicídio, estudado em especial neste trabalho. No capítulo subsequente exploramos questões relativas à violência de gênero, para entendimento do tipo de fenômeno que estudamos. Na primeira seção, problematizamos o conceito de gênero, a partir das contribuições de Butler (2010), Bourdieu (1996, 2002, 2014) e Colling (2014). Depois, falamos sobre os vários tipos de violências que as mulheres são vítimas e seu impacto na sociedade, especialmente na ótica da saúde, com trabalhos de Fonseca, Ribeiro e Leal (2012). Na sequência, falamos mais especificamente sobre o crime de feminicídio, com as conceituações de Lagarde (2006), Pasinato (2011) e Russel e Caputti (1992) e contextualização da criação da Lei do Feminicídio no Brasil, amparadas especialmente no trabalho de Oliveira (2017). Ainda nesta seção, falamos sobre o momento vivido no país, que apresenta certa resistência à lei e ao conceito. Na última seção do capítulo, abordamos o suicídio enquanto violência, a partir de dados do trabalho de Soares (2002) e outros autores que desenvolveram pesquisas na área, bem como a problematização do uso de armas de fogo, que com acesso facilitado, podem aumentar os casos de feminicídio no país.

5.1 As raízes da violência de gênero

A palavra gênero suscita inúmeras disputas de sentido e discussões presentes no cotidiano das pessoas. Porém, tanto por desconhecimento quanto por divulgação de mentiras, o verdadeiro debate sobre gênero ainda está mistificado e restrito a pesquisas acadêmicas, e nem mesmo nestes locais se chegam a consensos absolutos. Entendemos que é indissociável a discussão sobre violência contra as mulheres e gênero, afinal, a construção social da mulher baseada no sexo é um dos pilares da sociedade patriarcal. Para Rodal (2015, p.246), a raiz da violência de gênero está “na estrutura ideológica e social que reforça a diferença de poder de um gênero sobre outro”. Na Visão de Butler (2010), o conceito de gênero explica culturalmente a legitimação das diferenças sexuais

na esfera social e suas consequências. A pesquisadora Ana Maria Colling (2014) traz uma perspectiva da construção histórica de gênero:

Falar em gênero em vez de falar em sexo, indica que a condição das mulheres não está determinada pela natureza, pela biologia ou pelo sexo, mas é resultante de uma invenção, de uma engenharia social e política. Ser homem/ser mulher é uma construção simbólica que faz parte do regime de emergência dos discursos que configuram sujeitos. Neste sentido, é necessário criticar, desmontar estereótipos universais e valores tidos como inerentes à natureza feminina (COLLING, 2014, p.28).

Safiotti (1979) destaca que para entender a construção do gênero deve ser considerado o processo de modelagem-conquista dos seres humanos, envolvendo as classes sociais e as relações sociais entre mulheres, entre homens e entre homens e mulheres. O sociólogo Pierre Bourdieu criou o conceito de “Dominação Masculina”, ao analisar etnograficamente a vida de aldeias do Norte da Argélia. Conforme Bourdieu (2002) a dominação é um acontecimento histórico remoto, incorporada através de esquemas inconscientes de percepção, que estão em todos os segmentos da sociedade, tais como o estado, igreja, famílias, escolas e a própria mídia. É notório que a construção histórica foi de que a mulher é um ser inferior ao homem, baseado na interpretação simbólica do órgão sexual. Para Bourdieu (2014) a definição social dos órgãos sexuais é “produto de uma construção efetuada à custa de uma série de escolhas orientadas, ou melhor, através da acentuação de certas diferenças, ou do obscurecimento de certas semelhanças”. (BORDIEU, 2014, p. 29). Para que tal entendimento social aconteça, os homens, que o autor chama de dominadores, utilizam do que ele nomeia como “violência simbólica”, que é “uma violência que se exerce com a cumplicidade tácita daqueles que a sofrem e também, frequentemente, daqueles que a exercem na medida em que uns e outros são inconscientes de a exercer ou a sofrer” (BORDIEU, 1996, p.16). Para ele, justamente as diferenças anatômicas entre os órgãos sexuais são usadas para justificar a superioridade do dominador.

Apesar de ter analisado comunidades africanas, é possível afirmar a construção social de dominador x dominados é a mesma na maior parte do mundo. Por séculos, impôs que mulheres teriam papéis sociais previamente estabelecidos pelos homens: ser mãe, esposa e dona de casa, estando de certa forma longe do convívio social, confinadas no ambiente doméstico, servindo a seu papel imposto.

A dominação masculina, que constitui as mulheres como objetos simbólicos, cujo ser (esse) é um ser-percebido (percipi), tem por efeito colocá-las em permanente estado de insegurança corporal, ou melhor, de dependência

simbólica: elas existem primeiro pelo, e para, o olhar dos outros, ou seja, enquanto objetos receptivos, atraentes, disponíveis. Delas se espera que sejam “femininas”, isto é, sorridentes, simpáticas, atenciosas, submissas, discretas, contidas ou até mesmo apagadas (BOURDIEU, 2002, p. 85).

No Brasil, somente com a constituição de 1988 que a mulher foi reconhecida como ser igual ao homem, que por séculos, foi reconhecido legalmente como chefe da família, sendo a esposa sua subordinada. Mesmo que avanços civis tenham ocorrido e que nós mulheres hoje tenhamos os mesmos direitos que os homens, na prática, vemos que a realidade ainda é diferente e ainda guarda traços deste passado recente, como observa Safiotti (2004, p.106):

O importante a reter é que a base material do patriarcado não foi destruída, não obstante os avanços femininos, quer na área profissional, quer na representação no parlamento brasileiro e demais postos eletivos políticos. Se na Roma antiga o patriarca tinha direito de vida e morte sobre sua mulher, hoje o homicídio é crime capitulado no Código Penal, mas os assassinos gozam de ampla impunidade. Acrescente-se o tradicional menor acesso das mulheres à educação adequada à obtenção de um posto de trabalho prestigioso e bem remunerado. Este fenômeno marginalizou-as de muitas posições no mercado de trabalho (SAFFIOTTI, 2004, p. 106).

A própria construção social das famílias vai ao sentido patriarcal, como observa Miranda (2017, p.29), uma vez que “o pai-chefe nunca é contrariado, desobedecido, pois mantém o controle sob a restrita intimidação e manipulação emocionais todos os seus membros”. Conforme a autora, esse controle tipicamente masculino expõe aos filhos a entender as relações desta maneira, com controle sobre as mulheres. “Muitas vezes, as crianças aprendem a viver de forma violenta, e correm o risco de vir a se relacionar fora da família também de forma violenta” (Idem).

5.2 As muitas violências sofridas por mulheres: impactos na saúde e na sociedade

São inúmeras as violências que as mulheres estão submetidas. Há quem pense que a violência ocorre somente quando existe agressão física ou com marcas aparentes no corpo. Mas, a violência de gênero engloba muitas outras ações que prejudicam a mulher e sua saúde, tanto física quanto mental. A Lei Maria da Penha, sancionada em 2006 no Brasil, define como cinco os tipos de violência:

- Física, que implica ferir e causar danos ao corpo e é caracterizada por tapas, empurrões, chutes, murros, perfurações, queimaduras, tiros, dentre outros;

- Violência patrimonial, que se refere à destruição de bens materiais, objetos, documentos de outrem;
- Violência sexual, entre outros tipos de manifestação, ocorre quando o agressor obriga a vítima, por meio de conduta que a constranja, a presenciar, manter ou a participar de relação sexual não desejada;
- Violência moral constitui qualquer conduta que caracterize calúnia, difamação ou injúria
- Violência psicológica sendo caracterizada por qualquer conduta que resulte em dano emocional como a diminuição da autoestima, coação, humilhações, imposições, jogos de poder, desvalorização, xingamentos, gritos, desprezo, desrespeito, enfim, todas as ações que caracterizem transgressão dos valores morais

Esta última, em especial, é uma das difíceis de ser detectada e também uma das mais danosas à saúde da mulher, com reflexos diretos na vida em sociedade. Zanella e Pedrosa (2017), ao citarem estudo de Ludermir (2008), destacam que os transtornos mentais são mais comuns em vítimas de violência. Outra pesquisa, de Ellsberg et al. (2008), conclui que os efeitos negativos permanecem mesmo após o fim dos episódios violentos.

Verificou-se a prevalência de transtornos mentais comuns em 49% das mulheres que relataram terem sofrido algum tipo de violência e 19% das que não sofreram. Os problemas mentais aumentavam conforme a severidade das agressões, sendo a prevalência de transtornos mentais em 30,6% nas que sofriam apenas agressões físicas e 62,9% naquelas que sofriam as diversas formas (ZANELLO;PEDROSA, 2017, p. 560).

Segundo o Banco Mundial (Ribeiro e Coutinho, 2011), um em cada cinco dias de falta ao trabalho é causado pela violência sofrida pelas mulheres dentro de suas casas. A mesma pesquisa estima que a cada cinco anos, a mulher perde um ano de vida saudável se ela sofre violência doméstica. Conforme Fonseca, Ribeiro e Leal (2012), a violência contra a mulher não fica só no âmbito particular e atinge a sociedade como um todo, e se configura como em fator que desestrutura o tecido social.

Além destas consequências, pesquisas indicam que a violência está ligada a distúrbios gastrointestinais, lesões, doenças sexualmente transmissíveis, gravidez não desejada, depressão e ansiedade (Oliveira et al., 2008). Portanto, não são poucas as consequências das agressões praticadas por homens às mulheres, o que também se demonstra um processo complexo, que não pode ser visto somente da ótica policial, e sim, de saúde pública.

5.3 O crime de feminicídio

Em toda a história da humanidade, mulheres foram mortas por serem mulheres. Por séculos, o assassinato de mulheres esteve na vala comum dos demais homicídios e até mesmo ignorado. Foi com o surgimento do movimento feminista, atento às inúmeras consequências dos anos de opressão e desigualdade, que os feminicídios começaram a ter visibilidade. Conforme Corradi et al. (2016), foi criado em 1976 o termo “femicide” ou “femicídio”. Naquele ano, a escritora e feminista Diana Russel discursou no Tribunal Internacional de Crimes em Bruxelas, dando visibilidade ao fenômeno.

Conforme Oliveira (2017), na América Latina, a popularização do termo ocorreu um pouco mais tarde, nos anos 1990. O México, que registrava inúmeros feminicídios, começou a discutir o tema. É deste país a antropóloga Marcela Lagarde (2004) que popularizou o termo, o qual definiu como “conjunto de feitos de lesa humanidade que contém os crimes contra as mulheres” (LAGARDE, 2004, p. 6). Foi ela quem fez a tradução para “feminicídio”, que adaptou o conceito.

Cuando traduje el texto de Diana Russell, me tomé la libertad de modificar el concepto, ella lo llama femicide y entonces yo lo traduje desde hace ya varios años como feminicidio, precisamente para que no fuera a confundirse en castellano como femicidio u homicidio femenino; no, yo quería que fuera un concepto claro, distinto, para que entonces viniera junto con todo el contenido del concepto, que es, como ya lo expliqué, muy complejo (LAGARDE, 2006, p. 222).

Para Russel e Caputti (1992), o feminicídio é uma palavra que reúne significados completos, que vão além do assassinato de mulheres. Elas analisam que quando ocorre o feminicídio, a mulher já sofreu outros vários tipos de violência, sendo a morte, o ponto mais extremo do terror.

Femicídio está no ponto mais extremo do contínuo de terror anti-feminino que inclui uma vasta gama de abusos verbais e físicos, tais como estupro, tortura, escravidão sexual (particularmente a prostituição), abuso sexual infantil incestuoso e extra-familiar, espancamento físico e emocional, assédio sexual (ao telefone, na rua, no escritório e na sala de aula), mutilação genital (cliterodectomia, excisão, infibulações), operações ginecológicas desnecessárias, heterossexualidade forçada, esterilização forçada, maternidade forçada (ao criminalizar a contracepção e o aborto), psicocirurgia, privação de comida para mulheres em algumas culturas, cirurgias cosméticas e outras mutilações em nome do embelezamento. Onde quer que estas formas de terrorismo resultem em mortes, elas se tornam feminicídios (Russel e Caputti, 1992, p.2).

Pasinatto (2011) tem mesmo entendimento, ao afirmar que a morte de uma mulher é considerada como a forma mais extrema de um *continuum* de atos de violência. A autora pondera que a situação faz parte de um sistema de dominação patriarcal, pois “femicídio e todas as formas de violência que a ele estão relacionadas são apresentados como resultado das diferenças de poder entre homens e mulheres”. Ao mesmo tempo, tais diferenças de poder são a condição para manutenção de uma sociedade que insiste em perpetuar essas diferenças.

Lagarde (2004, p. 5), também conceitua que o feminicídio é um crime de estado quando “não dá garantias para as mulheres e não cria condições de segurança para suas vidas na comunidade, em suas casas, nos espaços de trabalho e de lazer”. Ao mesmo tempo, problematiza que o estado é omissivo quando as autoridades não realizam suas funções com eficiência. A fala da antropóloga diz respeito, especialmente, à omissão do estado na Cidade Juárez, no México, nos 1990, mas esta não foi uma situação exclusiva daquele país. Tanto que no Brasil, uma lei específica para o feminicídio foi sancionada somente em 2015, como veremos mais adiante.

A discussão da violência está relacionada à identidade dominadora que o homem possui na sociedade, que foi construída historicamente e socialmente. Segundo a antropóloga Lia Machado (1998), é necessário mudar essa cultura:

Controlar a vida sexual e moral das mulheres é o que constitui o cerne da masculinidade no Brasil. Por isso, quando a mulher tenta se desfazer do laço amoroso, acontece a violência, as agressões. É necessário mudar essa cultura de macho como proprietário de uma mulher (MACHADO, 1998, p. 11).

Assim como pensa Machado, Muniz (2017) também acredita que é possível uma transformação nesta construção histórica. A autora pondera que o feminismo deve expor o sexismo para que ele seja destruído, e assim, de fato, ocorrer uma mudança que seja positiva à vida das mulheres, e porque não dos homens, afinal muitas vezes são vítimas do próprio comportamento agressivo, como veremos mais adiante na seção sobre feminicídios seguidos de suicídios.

Não por acaso, como defendem as feministas, o sexismo precisa ser denunciado, exposto, demonstrado, desterritorializado, para ser destruído. Afinal, é justamente devido ao tal viés que ainda persistem a dificuldade e a resistência em reconhecer que as relações entre e dos gêneros não são inscritas na natureza, mas são frutos da cultura; são construções históricas. E, como tais, passíveis de transformação (MUNIZ, 2017, p. 38).

Existem ainda autoras que ligam o fenômeno, na América Latina, não somente ao patriarcado, mas também a outras questões intrínsecas da cultura, como o colonialismo. É o caso da mexicana Mariana Gayón, que estuda a temática em diversos países latino americanos.

Na época atual, o feminicídio é a consequência do sexismo, do racismo e de outra série de exclusões que se dão na América Latina, como efeito do colonialismo e do que podemos chamar de ‘cultura patriarcal’ de nossas sociedades. Estas exclusões estão diretamente relacionadas com os marcos epistemológicos nos quais é enquadrada a vida. Em nossos países latinoamericanos, as vidas das mulheres morenas, pobres, migrantes, trabalhadoras, não contam como vidas, e, portanto, suas mortes não merecem ser choradas. Não importam, pois tampouco ‘existem’ (GAYÓN, 2014, p. 45, tradução nossa).

No Brasil, conforme os dados do Anuário da Segurança Pública 2019, as mulheres negras são as maiores vítimas de feminicídio, correspondendo a 61%. O documento observa que o dado possa ser ainda maior, uma vez que o estado da Bahia, que concentra a maior proporção de população negra do país, não enviou os dados para a análise. Em relação à escolaridade, que pode ser um fator de conhecimento da realidade financeira, 70,7% das vítimas estudou somente até o ensino fundamental, seguida de 21,9% de vítimas com ensino médio e apenas 7,3% com ensino superior. São números que mostram um paralelo entre raça e condição financeira das vítimas, sendo maioria, pobres e negras, segundo os dados do anuário.

No Brasil, a palavra feminicídio saiu dos círculos acadêmicos e ficou mais conhecida quando foi sancionada a Lei do Feminicídio em março de 2015, no governo da então presidente Dilma Rousseff, mas suas tratativas de criação ocorreram em 2013. Conforme Oliveira (2017), que escreveu uma dissertação a respeito de todo o processo de criação da lei no país, foi por iniciativa da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Violência contra a Mulher, que começou a tramitar uma proposta de lei. A comissão foi criada em 2012 e no ano seguinte houve o início da tramitação da proposta. Nota-se que em relação ao início da discussão sobre feminicídios, ainda em meados dos anos 1970 em outros locais, o Brasil estava, de certa forma, atrasado.

Segundo Oliveira (2017), além de uma discussão internacional sobre o tema, e a recomendação da Organização das Nações Unidas (ONU) de que os países criassem mecanismos de combate à violência, outros elementos podem ter contribuído para o avanço da discussão. Entre eles, estão o fato de o Brasil ser governado por uma mulher, casos emblemáticos de assassinatos de mulheres e ainda avanços de políticas públicas

voltadas para as mulheres, como a Lei Maria da Penha, sancionada ainda em 2006. A autora ainda pondera que toda a tramitação e a própria comissão foi liderada por mulheres, mas que não foi simples. A pesquisadora cita, por exemplo, que uma ala conservadora e predominantemente masculina tentou retirar a palavra feminicídio do texto.

Outras interlocutoras manifestaram a opinião de que essa proposta revelava uma resistência à tipificação do feminicídio advinda de setores mais conservadores do congresso, representados pelo senador Aloysio Nunes, que não concordavam com a ideia de nomear o assassinato de mulheres como feminicídio. Por essa perspectiva, a retirada do nome feminicídio significaria a negação da própria existência do feminicídio (OLIVEIRA, 2017, p.125).

Essa ala foi vencida e mantido o termo feminicídio, mas, mesmo assim, o texto passou por várias mudanças, entre elas, a frase “contra a mulher por razões de gênero” por “contra a mulher em razão do sexo feminino”. Para a autora, houve uma “guerra contra a palavra gênero do parlamento brasileiro” (OLIVEIRA, 2017, p.129). A pesquisadora constatou, com entrevistas e análises de documentos, que foi a pressão da bancada religiosa a razão de o termo “gênero” ter sido retirado do texto final, pois “viam sob o argumento de estarem combatendo a ‘ideologia de gênero’” (Idem).

Por fim, após dois anos de tramitação, a então presidente Dilma Rousseff sancionou a lei em 09 de março de 2015, alterando a Lei 3.104/2015 do código penal e qualificou o feminicídio como crime hediondo no Brasil. O feminicídio foi definido em lei como:

VI - contra a mulher por razões da condição de sexo feminino:

VII – contra autoridade ou agente descrito nos integrantes do sistema prisional e da Força Nacional de Segurança Pública, no exercício da função ou em decorrência dela, ou contra seu cônjuge, companheiro ou parente consanguíneo até terceiro grau, em razão dessa condição: Pena - reclusão, de doze a trinta anos.

§ 2o-A Considera-se que há razões de condição de sexo feminino quando o crime envolve: I - violência doméstica e familiar; II - menosprezo ou discriminação à condição de mulher (BRASIL, 2015).

Para as pesquisadoras Carolina Pereira, Samira Bueno, Marina Bohneberger e Isabela Sobral, responsáveis pela seção de violência de gênero no Anuário da Segurança Pública, “ao introduzir o feminicídio como qualificadora do homicídio doloso o Estado reconheceu a violência doméstica e a discriminação à condição de mulher como elementos centrais e evitáveis da mortalidade de milhares de brasileiras”⁶.

⁶

<http://www.forumseguranca.org.br/publicacoes/13-anuario-brasileiro-de-seguranca-publica/>

De acordo com Oliveira (2017), existem basicamente duas categorias de feminicídios: os íntimos, praticados por pessoas com quem as vítimas tinham relação íntima e os feminicídios não íntimos, em que não havia convivência prévia entre vítima e autor. Em nossa análise, todos os feminicídios se enquadram como íntimos. No Brasil, conforme os dados do Anuário de Segurança Pública 2019, 88,8% dos feminicídios foram praticados por companheiros ou ex-companheiros. Destes casos, 65,6% ocorreram dentro de casa e 22,2% em via pública, enquanto 12,2% em outros locais. Os números mostram que o maior perigo está, literalmente, em casa. Conheceremos a seguir, parte dessa problemática não somente baseada em números, mas também em histórias.

Vida e sonhos abruptamente interrompidos, sem que a vítima tivesse sequer alguma chance de defesa diante da brutalidade masculina, ancorada no preconceito de sua superioridade. Dor e perda para as famílias das vítimas, imobilizadas pela tragédia e, ao mesmo tempo, instadas a lutar na justiça por justiça. Dor e perda para a sociedade em geral e para nós, mulheres, em especial, porque não há como não se envolver, não deixar de ser capturada por tais sentimentos diante de tanta brutalidade, de desmedida violência, praticadas como demonstração de força, como exercício de poder (MUNIZ, 2017, p. 41).

Apesar dos avanços, é uma realidade que ainda existem tantos obstáculos para que a violência de gênero seja reconhecida, sendo um dos maiores exemplos a retirada deste termo da própria lei do feminicídio. No Brasil, junto com a Lei Maria da Penha, a criação das Diretrizes Nacionais sobre Feminicídio, em 2016, se tornou marco no combate à violência contra as mulheres. Ainda assim, a palavra suscita uma discussão ideológica e jurídica, acirrada em tempos de polarização política entre direita x esquerda. Existe no Brasil um movimento que tenta desqualificar a palavra e a própria lei, vista como uma associação à esquerda e uma ofensa aos homens. Conforme Gomes (2015, p.204), as defesas contra a lei do feminicídio são “profundamente patriarcais, que não reconhecem as especificidades do fenômeno e especialmente, sua brutalidade e seu significado, no caminho letal que permeia a violência de gênero contra as mulheres”. No artigo intitulado “Feminicídios e possíveis respostas penais: dialogando com o feminismo e o direito penal” a autora define o feminicídio como “a forma mais extrema de violência praticada contra uma mulher e revela um conjunto de vulnerabilidades sofridas ao longo da vida” (GOMES, 2015, p.195)..

Ainda não é incomum que a própria imprensa nomeie os feminicídios como crimes passionais, o que indica amor e paixão do parceiro sobre a parceira que matou. A situação tem raízes na história dos tribunais brasileiros, que por anos, livraram da cadeia

os homens que matavam suas parceiras ou ex-parceiras. Para a pesquisadora francesa Isabel Delpla, o termo é uma versão atualizada dos antigos crimes de honra. “Buscam uma desculpa legal para justificar a dominação masculina na sociedade, onde os homens são, de alguma forma, induzidos a mandar porque há todo um sistema os apoiando” (DELPLA, 2014, p. 2). Utilizar tal argumento para tentar extinguir uma lei é algo ultrapassado em pleno século XXI. Para entender, requer um breve resgate histórico.

A tese de “defesa da honra” é herança do código penal português, que “admitia que o marido matasse a mulher e seu amante se fossem surpreendidos cometendo adultério” (TOIGO, 2010, p.15). O Código Penal Brasileiro de 1890 trouxe a figura da excludente de ilicitude da “perturbação dos sentidos e da inteligência”, utilizada pelos advogados para absolver seus clientes. Cerca de 50 anos depois o código penal mudou, retirando essa excludente, mas ainda mantendo o chamado “homicídio privilegiado”, dando uma pena menor para os criminosos que matassem suas esposas. No entanto, segundo Eluf (2007, p.164), “na população, porém, permanecia a ideia de que o homem traído tinha o direito de matar a mulher”. Foi quando se firmou a tese de legítima defesa da honra, que livrou das grades inúmeros feminicidas. Ao conhecer a história desta teoria e comparar com falas sociais de hoje, percebemos que ainda não está totalmente superada a ideia de que os homens possuem direitos sobre a mulher e a culpando pelo próprio crime que sofreu “conviver com o adultério, a desonra e a traição, e, muitas vezes, o comportamento da vítima é que impulsiona a prática delitiva” (TOIGO, 2010, p. 16). Juridicamente, a tese perdeu força quando os direitos de homens e mulheres foram reconhecidos com equidade pela Constituição Federal de 1988. Mesmo assim, a ideia não está apenas no senso comum e continua sendo defendida por doutrinadores do direito. É o que diz Beraldo Júnior (2004, p. 1):

A legítima defesa da honra consiste no uso dos meios necessários e se o ofendido julgava no momento de sua exaltação emocional e psicológica que, aquele era o meio necessário para a repulsa da ofensa e não era capaz de discernir se aquela repulsa era necessária ou se a melhor saída seria a separação litigiosa ou consensual, não há que se desclassificar a legítima defesa e puni-lo por homicídio qualificado, ou na melhor das hipóteses no homicídio privilegiado. O que deve ser analisado é núcleo do tipo penal, ou seja, repulsa a injusta agressão a honra, que caracteriza a legítima defesa.

Se a tese de legítima defesa da honra não é mais tão reconhecida hoje, advogados criminais encontraram outra maneira de absolver seus clientes, utilizando o artigo 121 § 1º do Código Penal, que prevê como caso de diminuição de pena o homicídio praticado sob o “domínio de violenta emoção seguida à injusta provocação

da vítima”. Tal ideia está totalmente ligada ao termo “crime passional”, onde se tenta convencer que se matou por amor. É curioso analisar tal permissão da lei, já que na maioria das vezes, não há “provocação” por parte da vítima, mas sim a vontade de terminar o relacionamento, o que não configura uma provocação, como o legislador quis se referir ao incluir a “injusta provocação” no texto legal (ELUF, 2007). Conforme Toigo (2010, p.19), “ainda se faz necessário que a sociedade repudie a conduta vingativa, pois ninguém mata por amor, e sim por vingança, por acreditar que tem o domínio sobre o cônjuge, por ódio, rancor, entre outros sentimentos”.

Outro exemplo de própria resistência à lei é que mesmo com a sanção em 2015, ainda levou anos para que o termo “feminicídio” constasse nos boletins de ocorrência em vários estados. No Rio Grande do Sul, por exemplo, isso só ocorreu em 2018, quase três anos após a lei. A mudança ocorreu por pressão de grupos feministas, em especial da página Minha Porto Alegre⁷, que realizou a campanha #IssoéFeminicídio. À época, o então chefe da Polícia Civil declarou à imprensa que a mudança fortaleceria os dados estatísticos⁸.

5.4 Matar e depois morrer: o suicídio enquanto violência

Nesta seção, damos visibilidade a um fenômeno específico dentro da violência de gênero, na qual nos deparamos na análise proposta nesta dissertação: o feminicídio seguido de suicídio do agressor. Optamos em trazer uma seção com esta discussão específica, por entender que a questão do suicídio está presente em muitos casos de violência de gênero, tanto quanto ocorre o suicídio do feminicida após cometer o crime, ou mesmo quando o parceiro ameaça cometer o ato se a relação terminar.

Ameaças de suicídio também configuram uma forma de violência às mulheres, que muitas vezes não saem dos relacionamentos por temer que o parceiro de fato cometa o ato. É o que vamos conhecer mais adiante, no capítulo da análise dos casos de feminicídio, em que uma das vítimas, Nélia, de 53 anos, relutava em sair do casamento abusivo por conta das ameaças de suicídio do marido, já idoso. A ameaça dele se concretizou de fato, mas não sem antes dar um tiro no rosto da esposa, enquanto dormia. Ainda existem casos (não analisados neste trabalho), em que o parceiro de fato

⁷ <https://www.issoefeminicidio.minhaportoalegre.org.br/>

⁸ <https://bandrs.band.com.br/noticias/100000884432/.html>

comete suicídio, deixando bilhetes ou cartas culpando a parceira pelo que fez, algo que também pode ser considerado um tipo de violência.

O pesquisador Jo Barnes desenvolveu, durante três décadas, um estudo na Austrália sobre casos de homicídios seguidos de suicídio. Uma das principais conclusões do trabalho é que se trata de um crime de gênero. Soares (2002, p.278), ao analisar os estudos de Barnes, resume:

Os homens são a ampla maioria dos assassinos e as mulheres e crianças conformam a ampla maioria das vítimas; é familiar ou “entre íntimos”, porque as mulheres, em sua grande maioria, são vítimas de maridos, amantes, companheiros e namorados, e as crianças são vítimas dos seus pais ou dos parceiros(as) deles.

O estudo indicou que os homens são 90% dos assassinos enquanto o número de vítimas mulheres também chega a 90%. Conforme Soares (2002), os homens, quando mataram e se suicidaram em seguida, mataram as namoradas em 54% dos casos. O mesmo trabalho traz um dado muito revelador e importante para as narrativas analisadas em nossa pesquisa: pelo menos 10% das vítimas haviam se separado dos agressores há menos de um ano. Destes casos, o estudo indica que os homicídios de ex-parceiras, assim como os homicídios delas seguidos do suicídio do autor, ocorreram quase sempre durante a separação ou pouco tempo depois. Portanto, o momento da separação é um dos mais perigosos para as mulheres, quando há grandes riscos de ser assassinada. É o que vamos conhecer adiante nas histórias de Júlia, de 19 anos, assassinada pelo ex com golpes de enxada; Lucilene, assassinada pelo ex com tiros na cabeça na frente dos filhos; Ana, assassinada com várias facadas pelo ex a caminho do trabalho e Janaína, também assassinada a facadas na fazenda da irmã, local para onde havia fugido do ex-parceiro violento.

Estudos como de Bartes ocorreram em outros países como Japão, Estados Unidos, França e Canadá. Segundo Soares (2002), os resultados foram muito semelhantes: suicidas homens, que antes de se matarem, tiraram a vida das parceiras ou ex-parceiras. O trabalho considera outros fatores de risco, como a depressão, desemprego, uso de drogas e álcool. A mesma pesquisa analisou os instrumentos utilizados para os atos, sendo a arma de fogo o método preferido dos homens: três a cada quatro casos na pesquisa de Bartes na Austrália. Em geral, a mesma arma foi utilizada para matar a parceira e depois se matar. Os dados são semelhantes em estudos realizados na França, África do Sul e Estados Unidos. A conclusão do autor é de que a

presença da arma de fogo nas residências é um fator que “contribuiu muito” (SOARES, 2002, p. 284). Neste capítulo dedicaremos ponderações a respeito do uso de armas de fogo nos casos de feminicídio.

Ainda em relação aos suicídios, autores como Morton (1998), defendem que a situação é passível de prevenção, ao analisar os dados de sua pesquisa, realizada nos Estados Unidos. “Casais, em união legal ou consensual, que estão em fase de separação ou pouco tempo após a separação apresentam a mais alta probabilidade de homicídio seguido de suicídio” (SOARES, 2002, p. 299). Quatro a cada dez casos estavam nesta fase, enquanto a violência de gênero estava presente em 29% das situações catalogadas por Morton.

Nossa atenção preventiva deve focar esses fatores de risco: um histórico de violência no casal (ou nas relações com os filhos e enteados) e o período pré e pós-separação. Tudo indica que a probabilidade de H/S diminui após certo tempo de separação (SOARES, 2002, p. 299).

No Brasil, ainda não há em todos os estados dados disponíveis que façam a relação dos feminicídios seguidos de suicídios. Conforme informações do Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2019, divulgado em setembro deste ano, em relação ao estado de São Paulo, o suicídio ocorreu em 21 dos 136 casos registrados em 2018. Para a pesquisadora Jackeline Romio, pós-doutoranda em psicologia social pela USP (Universidade de São Paulo), a questão é de saúde pública. Ela pondera que o homem também é vítima da própria agressividade e configura o conjunto da violência de gênero. A especialista salienta ainda que as mortes são evitáveis, uma vez que os agressores dão sinais de que cometerão os atos.

Impossível não destinar uma parte da nossa discussão para falar do momento que vivemos no Brasil, em um culto às armas de fogo e diversas medidas do governo que facilitam o acesso aos armamentos, que culminam em feminicídios e suicídios. O presidente Jair Messias Bolsonaro foi eleito com esse forte discurso e já publicou decretos que concretizaram o que havia prometido durante campanha. Tal atitude demonstra ignorar os dados de feminicídio no Brasil, em que quase 50% dos casos são cometidos com uso de arma de fogo, de acordo com dados do Mapa da Violência 2015: homicídio de mulheres no Brasil. Com mais armas de casa, maiores as chances de feminicídios, como mostram os números. Para o pesquisador Aaron Kivisto⁹, que

⁹ <https://www.uol.com.br/universa/noticias/redacao/2019/09/23/armas-em-casa-aumentam-risco-de-mulher-ser-morta-por-parceiro-diz-pesquisa.htm>

liderou uma pesquisa com 115 mil casos de homicídios domiciliares nos Estados Unidos, quanto mais armas, mais feminicídios. Ele acredita que a mesma realidade é a brasileira.

Infelizmente, vivemos no Brasil um movimento contrário. Temos um presidente que insiste em afirmar que a posse de armas para mulheres é a solução para reduzir os feminicídios, fenômeno que chama de “*mimimi*” (sic). Ele acredita que as mulheres devem andar armadas para revidar ataques de agressores e matá-los a tiros “vai ter é homicídio”, declarou¹⁰. São tantas as problemáticas nesta ideia, que quase não parece ser real. Primeiro que mesmo armada, não há garantia de que a vítima consiga se defender enquanto legítima defesa. Em debate no mês de outubro na Câmara dos Deputados o assunto esteve em pauta. A coordenadora do núcleo especializado em diversidade e igualdade racial da Defensoria Pública do Estado de São Paulo, Isadora Brandão, declarou que “não há evidência da vinculação, ao contrário do que é propagado, entre a flexibilização do porte de armas e o aumento da capacidade das mulheres se defenderem em situação de violência”¹¹.

Mesmo que tal ideia fosse real, a mulher teria de enfrentar uma acusação judicial, sobrecarregando o sistema penal, sem contar as consequências mentais em cometer um homicídio. As mulheres não querem matar seus agressores: querem não ser agredidas nem mortas.

Mas tais situações são mais hipotéticas, se levada em conta a realidade do país: as vítimas de violência não possuem dinheiro nem treinamento para ter uma arma, portanto, mesmo que fosse uma solução, não seria acessível. Kivisto (2019) argumenta que a ideia “parece ser um esforço dos formuladores de políticas para negar sua responsabilidade social de proteger os cidadãos”. Neste trabalho, conheceremos a seguir que quatro dos 10 feminicídios analisados foram cometidos com armas de fogo. O próximo capítulo contém a análise das narrativas, a partir do paradigma indiciário.

¹⁰ <https://revistaforum.com.br/noticias/em-video-bolsonaro-faz-piada-com-femicidio-e-porte-de-armas/>

¹¹ <https://www.camara.leg.br/noticias/599507-para-especialistas-ampliacao-do-porte-de-armas-de-fogo-pode-aumentar-riscos-para-mulheres/>

6 ANÁLISE DAS NARRATIVAS E TENSIONAMENTO DE INDÍCIOS

Escrever, para mim, é um ato físico, carnal. Quem me conhece sabe a literalidade com que escrevo. Eu sou o que escrevo. E não é uma imagem retórica. Eu sinto como se cada palavra, escrita dentro do meu corpo com sangue, fluídos, nervos, fosse de sangue, fluídos, nervos. Quando o texto vira palavra escrita, código na tela de um computador, continua sendo carne minha. Sinto dor física, real e concreta, nesse parto. (Eliane Brum)

Relembramos que nosso método é o paradigma indiciário, focado, como propõe o nome do conceito, nos indícios. Segundo Braga (2008, p. 78), o objetivo é realizar “proposições de ordem geral a partir dos dados singulares obtidos”. O exercício deve estar alçado em três aspectos do método: **o problema de pesquisa, as lógicas do objeto e o conhecimento disponível sobre o objeto e seus processos, especialmente o conhecimento teórico**. Em resumo, o indiciarismo requer que **conheçamos profundamente nosso objeto**. É um método que não apresenta problemas em estarmos muito próximos do *corpus*, afinal, como usaríamos as lupas se estivéssemos longe? Pelo esforço teórico já demonstrado, a partir de dezenas de autoras e autores de vários campos e vivência profissional no meio, o rádio do interior, possuímos algumas premissas: o ambiente é conservador e com fortes tendências sexistas, fato que se comprova com a disparidade de gênero. Segundo a pesquisa do Perfil do Jornalista Brasileiro, realizada em 2018¹², as mulheres são 41,8% do total de profissionais nas redações, enquanto homens representam 58,2%. A mesma pesquisa destaca que nas redações de rádio, o número de profissionais do sexo masculino é **três vezes maior**. Dos áudios analisados nesta dissertação, 90% tiveram homens na locução/reportagem.

Este mesmo ambiente conservador e sexista serve às lógicas do mercado capitalista, por questão de sobrevivência financeira, afinal as rádios, apesar de sua

12

https://d335luupugsy2.cloudfront.net/cms/files/40299/1536010583APEX_ebook_o_perfil_do_jornalista_v5.pdf

função de informar como outorga pública, também são empresas, conforme Pacheco (2005, p.10), “percebe-se nas emissoras de rádio, na maior parte, que a grande preocupação é com a audiência e com o retorno financeiro para o proprietário”.

Nossa captura de indícios também é amparada em diversos conceitos explanados até aqui nesta dissertação. Ainda destacamos que o número de indícios pode variar em cada caso, a depender do tamanho da narrativa, que neste caso, é bastante diversa. Feita as sinalizações necessárias, passamos ao exercício de encontrar indícios e propor generalizações a partir do *corpus* de pesquisa, detalhado na introdução da dissertação.

Por fim, antes de dar início, retomamos nosso objetivo central da discussão: **analisar a narrativa radiofônica expandida nas notícias de feminicídio**. Nossos objetivos específicos são os seguintes: **descrever como é feita a narrativa; identificar quem são os agentes participantes destas narrativas, quais perguntas o radiojornalismo faz ou deixa de fazer nas entrevistas e por fim, problematizar a função do radiojornalismo nessa narrativa, entendendo o jornalismo como um agente social importante**.

6.1 O feminicídio de Júlia Graciela Correia, de 19 anos, assassinada em Venâncio Aires, região Central do RS no dia 05 de maio. (Transcrição do áudio no apêndice A)

Resumo do caso: começamos nossa busca por narrativas de feminicídio no mês de maio de 2019. Ao digitar no Google a palavra, encontramos o caso da jovem Júlia Graciela Correia, de 19 anos, morta na cidade de Venâncio Aires, região Central do Rio Grande do Sul. O feminicídio aconteceu na tarde do dia 05 de maio, um domingo. A emissora de referência na cidade que cobriu o caso é a Rádio Venâncio, de frequência AM. O contato inicial foi pelo telefone, depois pelo WhatsApp, aplicativo utilizado para envio dos áudios à nossa pesquisa.

Apresentamos a seguir o resumo do caso. Naquele domingo, Júlia, mãe de um bebê, recém separada do ex-companheiro, foi assassinada pelo ex-marido com golpes de enxada. O crime aconteceu na zona rural de Venâncio Aires, na propriedade dos pais da vítima. No dia seguinte, o corpo do ex, chamado André Nepamuceno, de 30 anos, foi encontrado enforcado a cerca de 1 km da propriedade onde ele cometeu o feminicídio.

A notícia foi ao ar no dia seguinte, segunda-feira (06), com boletim de um repórter, que foi ao local do suicídio. Se a rádio não julgou necessário a apuração no local do feminicídio, pensou diferente para o suicídio do feminicida. Ao voltar à rádio, o

profissional editou um boletim com duas entrevistas gravadas onde o corpo foi encontrado, que foi ao ar no programa Jornal do Meio Dia. Durante cinco minutos e 22 segundos, duas fontes oficiais (delegados) foram entrevistadas, não sendo citados acessos a outras fontes. Portanto, o relato foi baseado em totalidade com fontes policiais. O boletim da segunda-feira foi a única participação sobre o caso, que também não pautou outras entrevistas na programação daquele dia. O feminicídio voltou a ser abordado na rádio somente uma semana depois, quando mais um caso aconteceu na cidade.

Vamos, inicialmente às perguntas feitas às fontes. O primeiro entrevistado é o delegado Felipe Cano, plantonista daquele final de semana e que atendeu a ocorrência de feminicídio. Ao introduzir o tema, o repórter faz um resumo do ocorrido, citando da vítima apenas o nome e idade. Do feminicida, traz mais detalhes sobre sua vida, citando, por exemplo, onde nasceu e onde morava atualmente e detalhes da cena do suicídio. Com ele, o repórter faz duas perguntas e um comentário. Na passagem da palavra à Cano, ele diz “o delegado lamenta o caso”. A fala do entrevistado é de lamento do crime, e na sequência, confirma que André é o autor do crime. Na segunda palavra do repórter, não é feita uma pergunta, mas sim um comentário. “E mais uma vez Venâncio tem repercussão no estado com esse crime”. Depois, questiona o delegado sobre como foi o procedimento policial. Aos 3’10min, é citada a segunda fonte, o também delegado Marcus Lourenço de Assunção, que não é questionado pelo repórter nos dois minutos de entrevista.

O profissional começa a fala resumindo o assassinato, novamente confirmando que André é o autor do feminicídio. Logo Assunção assume um tom crítico ao dizer “Esperamos que as pessoas mudem a maneira de pensar e entender que o homem não é dono da mulher e que a mulher não é uma propriedade. Isso não pode ser feito”.

Após falar mais sobre o crime, o repórter encerra a entrevista e o boletim com informações sobre o velório de Júlia e André. Ele relembra, ao final do informativo, de um caso ocorrido no município em 2015, dias depois da sanção da lei do feminicídio, quando um homem matou a ex-mulher no saguão do pronto-socorro do município. Mesmo que o destaque no ar tenha sido no dia seguinte ao fato, a notícia foi postada no site da rádio, chamado de “Portal RVA”, no mesmo dia do feminicídio.

No site, a maneira como a matéria foi escrita e a foto utilizada (do acusado, disponibilizada pela Brigada Militar), demonstra que a fonte utilizada é da polícia. A notícia não é rica em detalhes, o que denota pouca apuração do caso. O foco principal

não é o feminicídio, mas sim o suspeito e sua localização. A última linha do texto, após citar a aparência do homem, sempre tratado como suspeito, é um apelo para quem avistá-lo avisar a polícia pelo telefone 190. As únicas informações sobre a vítima são o nome, idade e o fato de ter voltado da cidade onde morava com o ex.

A segunda notícia do site, postada na segunda-feira, foca novamente no feminicida, com uma foto do local onde ele cometeu o suicídio, creditada ao repórter. As informações são ainda mais vagas do que na primeira notícia, com um recado ao final de que outras informações serão postadas depois, fato que não aconteceu. A pauta no site é esquecida com essa notícia. Mesmo com a confirmação de duas fontes oficiais de que o corpo encontrado é do autor do crime, André continua sendo tratado como “suspeito”. A manchete é clara: “Suspeito de feminicídio é encontrado morto em interior de fazenda em Linha Coronel Brito”. Outro trecho do texto diz “Segundo informações, André não aceitava o fim do relacionamento”, mas não deixa claro de quem são essas informações, algo importante para a apuração jornalística.

6.2.1 Os indícios

Toda a narrativa é feita por homens, das fontes à locução, portanto, o olhar é estritamente masculino. As fontes que baseiam os relatos são apenas policiais, atendo-se ao relato oficial e policialesco, repleto de jargões da área, fato que é uma das maiores problemáticas neste tipo de cobertura nas rádios. “A ausência de muitos tipos de fontes acaba por gerar uma cobertura pouco diversificada, na qual temas como direitos humanos, violência enquanto fenômeno social, raça e etnia, gênero e violência doméstica são pouco frequentes” (RAMOS;PAIVA, 2007, p.39).

Neste caso, a maior atenção é em relação ao suicídio do feminicida, não ao fato de ele ter assassinado a ex-esposa. Isso fica evidente até mesmo na maneira como a rádio apurou a notícia. No domingo, fez uma cobertura e a distância do feminicídio, sem ir ao local do crime e sem dar espaço na programação para a notícia. Lembramos de Ortriwano (1999, p. 79) ao dizer que “o rádio pode estar presente com mais facilidade no local dos acontecimentos e transmitir as informações mais rapidamente do que a televisão”.

Mas, quando o corpo do agressor foi encontrado no dia seguinte, a rádio enviou um repórter para cobrir o fato no palco dos acontecimentos. Sublinha-se que o local onde o feminicida se suicidou é de difícil acesso. O som do trator utilizado para remoção do corpo é ouvido na entrevista, o que comprova a presença do repórter no

local do suicídio. A emissora não julgou necessária a ida até onde a vítima teve sua vida tirada com golpes de enxada, mas entendeu como necessária a presença – com duas entrevistas - quando o culpado pelo crime foi encontrado morto. A sinalização é de que em que pese ambos os fatos noticiados, o suicídio é mais relevante do que o feminicídio de uma jovem de 19 anos. É um indício de como a rádio vê os valores notícia de feminicídio e suicídio. Aqui cabe mais uma problemática pertinente, que envolve o suicídio, geralmente não noticiado na imprensa. A maioria dos manuais de redação indicam que suicídio não é notícia, pois “são muitas as evidências a demonstrar que realmente o noticiário sobre estes atos pode influenciar pessoas a atentarem contra a vida” (RAMOS;PAIVA, 2007, p.129).

No entanto, em casos de feminicidas, a rádio abre uma “brecha”, pois percebe-se que neste caso falamos de um tipo de suicídio específico, que é do de matar e depois morrer, como apresentamos no capítulo anterior.

Para Soares (2002), as motivações são a possessividade, típica de relações machistas, quando o homem vê a parceira como propriedade e não entende que ela possui o direito de romper a relação quando quiser.

Esses dados ilustram o caráter íntimo e relacional do suicídio após o homicídio. Quanto mais íntima a relação entre assassino e vítima, maior a probabilidade de suicídio do assassino. Porém, o sentimento de propriedade perdida ou em vias de se perder parece pesar tanto na decisão de matar quanto na de se suicidar (SOARES, 2002, p. 290).

Portanto, temos aqui uma situação muito específica, em que o suicídio aparece em uma nova configuração, que também é bastante problemática. Ao narrar esse suicídio de maneira simplista, em contrariedade com a recomendação da Organização Mundial da Saúde, a narrativa construída é de uma forma de redenção ao agressor. O radiojornalismo e a narrativa da notícia aqui não é usado como dispositivo pedagógico para explicar a problemática da prevenção destes casos. Se olharmos do ponto de vista de Kellner (2001, p. 11), que defende que “os meios de comunicação ensinam os indivíduos o modo de pensar e sentir, forjando sua identidade”, atestamos que a ideia de redenção, do fim do sofrimento por amor. A imprensa deixa de lado a discussão ampla sobre as razões do suicídio e seu aumento em determinados grupos, entre eles, homens violentos e/ou recém separados de suas companheiras.

Em relação às perguntas, nas duas entrevistas existe um tom de conscientização dos delegados, que não medem palavras ao explanarem suas visões dos crimes

misóginos, como quando o delegado Marcus Vinicius de Assunção declara “é uma pena que as pessoas ainda tenham esse pensamento possuidor. Nos causa revolta que homens cometam esse tipo de crime”. Diferente do que não é incomum fazer, ele não procura na vítima um comportamento que leva o homem a cometer o crime. O delegado aponta que o problema está na atitude do ex-parceiro.

Por essa ótica, a narrativa não seria problemática, haja vista que as vozes dos entrevistados tentam dar uma percepção de realidade e dialogam diretamente com os ouvintes homens – aqueles que podem cometer os crimes. No entanto, o movimento parte das fontes, que em nenhum momento são questionadas neste sentido. São relatos espontâneos, a partir do olhar e vivências dos profissionais. A problemática que refletimos está justamente no fato de que o locutor ou repórter é quem tem o dever de provocar tal questionamento, em sua função de mediador do diálogo para os ouvintes. Para Heródoto Barbeiro (2013, p.59,), “boas entrevistas são as que revelam novos conhecimentos, esclarecem fatos e marcam opiniões”.

Deixar a própria sorte ou esperar bom senso da fonte não é uma atitude que demonstre preocupação e responsabilidade jornalística, contrariando os princípios de uma entrevista esclarecedora e que seja útil para compreender o fato noticioso, pois “o entrevistador completo é um polivalente, capaz de ser provocador e ao mesmo tempo auditor” (MORIN, 1973, p.13).

É importante ter em mente que nem todas as fontes dão informações caso não sejam questionados diretamente, por isso não se deve abrir mão do gesto de fazer perguntas, que é o que dá sentido a uma entrevista. No mesmo trabalho, Morin (1973, p.15) afirma que a entrevista bem-sucedida é aquela em que existe diálogo.

Em certos casos felizes, a entrevista torna-se diálogo. Este diálogo é mais que uma conversação mundana. É uma busca em comum. O entrevistador e o entrevistado colaboram no sentido de trazer à tona uma verdade que pode dizer respeito à pessoa do entrevistado ou a um problema.

Ainda em relação às perguntas, ou ausência delas, notamos que há o gesto de querer saber se as vítimas tinham denunciado anteriormente. Pois bem: aqui vemos dois indícios distintos do que pode significar esse movimento. Um deles é que a pergunta pode encorajar a importância da procura de ajuda nos órgãos de polícia, que pode, em alguns casos, evitar os feminicídios por meio de prisões preventivas e ordens restritivas, ambos mecanismos legais previstos em lei. Ao mesmo tempo, a pergunta pode ser

interpretada como uma atribuição de culpa à vítima, que ao não procurar a polícia, ficou à mercê do assassino. Essa pergunta ignora as condições das vítimas, que muitas vezes não procuram a polícia por medo, desinformação ou até mesmo mau atendimento do serviço policial. Ao nosso ver, se a intenção foi a primeira aqui citada, não o faz de maneira eficaz, pois não pergunta ao delegado os mecanismos que estão à disposição das vítimas, como a delegacia ou até mesmo o telefone de emergência. Nesta narrativa, o locutor abriu mão de informar à população sobre a importância do registro, de um serviço de utilidade pública, algo que é um dever essencial do rádio.

Nas duas notícias acerca dos fatos postadas no site, identificamos também indícios. O primeiro, mais notório, é a apuração estritamente policial, sem procura de nenhum outro tipo de fonte. Na primeira notícia, está claro que a apuração foi feita à distância, sendo o feminicídio um fato não importante a ponto de ir ao local para colher as informações. Outro indício é que o agressor é o personagem central das notícias. De Júlia, pouco se fala. A narrativa praticamente a apagou dos fatos, sendo demonstrada como mais uma jovem que terminou a relação e foi assassinada por isso. Outro indício do apagamento de Júlia é que não há fotos dela, diferente de André.

Na segunda notícia, postada na segunda-feira (06), o rádio foi ao palco do acontecimento para o registro. A foto utilizada foi do local onde André se suicidou. Ao analisar o texto, percebemos que mesmo na presença de onde aconteceu, as informações continuam vagas, como mostram os dois trechos a seguir. “Informações dão conta que é do suspeito por matar a ex-companheira a enxadadas na tarde deste domingo” e “Segundo informações, ele não aceitava o fim do relacionamento e teria matado a jovem a enxadadas”, pois não fica claro de quem são tais informações. Outro trecho, o último da notícia, informa que “A Polícia Civil se encontra na fazenda para averiguar os fatos”, mas se averiguados, não foram divulgados ao público, pois o rádio não deu sequência na pauta.

Mais um indício que observamos é o uso da palavra “suspeito”. Entendemos que perante a lei, todas as pessoas são inocentes até que se prove o contrário, portanto o termo “suspeito” é amplamente utilizado em casos de crimes. No entanto, nesta situação, já havia a confirmação de peritos e delegados de que se tratava de André, o autor do crime. Ao continuar o chamando de “suspeito”, a narrativa é a de que não há uma certeza sobre quem cometeu o ato, deixando o caso em aberto e não o retomando depois, quando o inquérito foi finalizado oficialmente.

6.2 O feminicídio de Nélia Bertha Golmann, 52 anos, assassinada na zona urbana de Venâncio Aires, região central do Rio Grande do Sul no dia 12 de maio. (Transcrição do áudio no apêndice B)

Resumo do segundo caso: Nélia Bertha Golmann estava em processo de separação do ex-companheiro, Aurimar Golmann, de 62, que a matou com um tiro no rosto e em seguida cometeu suicídio, também com um tiro. O caso aconteceu no dia 12 de maio de 2019, na casa onde moravam no bairro Gressler, zona urbana da cidade de Venâncio Aires, região Central do Rio Grande do Sul. A cobertura foi realizada pela rádio que leva o nome da cidade. É importante pontuar o pouco tempo entre os dois casos na mesma cidade, o de Júlia, no dia 05, e o de Nélia, no dia 12. Ambos feminicídios seguidos de suicídios. A diferença principal entre os casos confirma que o fenômeno misógino do feminicídio não tem a ver com idade, já que no primeiro, o feminicida era jovem, e no segundo, já idoso.

A notícia foi ao ar na Rádio Venâncio Aires durante o meio dia, quando estava no ar o “Jornal do Meio Dia”, direto com uma entrevista ao vivo, pelo telefone, com o delegado Marcus Vinicius Assunção. Ao apresentar a fonte, o locutor começa com o comentário. “Mais um caso de feminicídio né delegado, boa tarde”. O profissional confirma o feminicídio e o suicídio e informa detalhes do crime, dizendo que a vítima já havia pedido a separação. Ele resume o caso como “uma tragédia”.

A pergunta seguinte do locutor do programa foi “O crime foi no quarto do casal?”. A resposta é que sim. Depois ele pergunta se o ‘casal’ ainda estava junto, quando o delegado responde que estavam se separando. Na sequência, o questionamento é se a vítima tinha registrado ocorrência antes do crime, respondido negativamente pela fonte. A seguir, o locutor fala o nome da vítima e do agressor, dizendo que os dados foram repassados oficialmente pela polícia, e no comentário mesmo, relembra o caso semelhante na semana passada e cita que Venâncio Aires fica com essa imagem. Novamente, o delegado se posiciona falando aos homens, para que não cometam os crimes. A pergunta seguinte é se eles tinham filhos, respondida afirmativamente pelo delegado. Depois, a pergunta é sobre com quantos tiros ela foi morta e qual o horário em que o crime aconteceu. A última pergunta do locutor é se eles eram aposentados. Ele finaliza a entrevista lamentando a história e novamente diz que a cidade de Venâncio Aires fica com uma estatística ruim diante do ocorrido e volta a sinalizar o fato de a vítima não ter realizado o registro antes.

No site da rádio, duas notícias foram postadas sobre o caso. A primeira resume o que aconteceu, com a manchete “Homem mata a mulher e depois comete suicídio no bairro Gressler”. O uso da foto da Brigada Militar, creditada apenas como “Divulgação”, demonstra que a rádio não foi até o palco dos acontecimentos, baseando-se no relato policial. Ao final do texto, é lembrado que se trata do segundo caso de feminicídio seguido de suicídio em uma semana na cidade.

Na segunda notícia consta o áudio da entrevista com o delegado e um pequeno resumo do crime, com um *hiperlink* para a notícia anterior. A foto é da casa onde aconteceu o feminicídio, mas nota-se que por estar fechada, foi tirada horas depois do crime. Depois desta nota com o áudio, nenhuma outra informação foi postada sobre feminicídios no portal.

6.2.1 Os indícios

Primeiro, observamos que toda a apuração é feita à distância, mesmo com o caso sendo na área urbana da cidade. O único registro da narrativa foi feito no programa *Jornal do Meio-Dia*, com uma entrevista ao vivo, pelo telefone, com o delegado que atendeu o caso. Novamente a emissora não vai ao palco dos acontecimentos.

Em relação às perguntas, se o locutor e/ou repórter abrem mão de questionar as fontes sobre as razões profundas desse fenômeno, não o faz em relação a comentários, que quase dominam as entrevistas. Fica evidente a não clareza dos profissionais em diferenciar opinião de informação durante a entrevista. Se eles não fazem perguntas, apenas afirmam seus próprios pontos de vista, resta à fonte apenas concordar, o que não é o objetivo de uma entrevista radiofônica. Segundo o *Manual de Rádio*, escrito por Prado (2014, p. 140), deve-se evitar comentários e perguntas longas “em que já vem embutida a resposta, e no final questiona-se apenas se o convidado concorda ou não”.

O radialista, mais de uma vez, assinala preocupação com a imagem que o município de Venâncio Aires fica com os feminicídios. Ao nosso olhar, demonstra que as aparências são mais importantes que do que as vidas que foram ceifadas (juntando os dois casos) – sendo duas por vontade própria (os suicídios) e outras duas que foram arrancadas precocemente pelos assassinatos. Ao mesmo tempo que demonstra essa preocupação, não utiliza do poder midiático da rádio para apontar soluções e caminhos de discussão para o problema, que é esquecido na pauta já no dia seguinte. Desde os últimos casos de maio, o município não voltou a ter feminicídios. Mas, isso não significa que não seja um ambiente violento para as mulheres. De acordo com dados da

Secretaria de Segurança Pública do Rio Grande do Sul (SSP-RS), até o mês de junho foram registros 37 agressões de mulheres, cinco estupros e 114 ameaças, sem contar os inúmeros casos que não chegam às estatísticas oficiais.

A respeito do fato de ser mais um feminicídio seguido de suicídio, a problemática que observamos é a mesma do caso de Júlia, o primeiro analisado neste trabalho. A narrativa simplista, sem aprofundamento, não colabora no debate a respeito deste problema de saúde pública, que se manifesta em pessoas das mais variadas idades, levando em conta que no primeiro caso o feminicida tinha 30 anos e neste 62 anos.

Por fim, ambos os locutores se referem, mais de uma vez, às vítimas e suicidas como “casal”, sendo que nos dois casos reportados naquela semana já havia a separação. Eles não veem as mulheres como pessoas individuais, mesmo que este fosse o desejo delas, que são reduzidas à relação amorosa em que não queriam, e tinham o direito de não estarem mais.

6.3 O feminicídio de Luciele da Rosa Ferreira, 25 anos, assassinada em Santo Ângelo, região das Missões/RS, em 05 de junho de 2019 (Transcrição do áudio no apêndice C)

Resumo do caso: Lucilene foi morta a tiros no meio da rua, quando estava com seu filho no início da tarde do dia 05 de junho. Os disparos foram feitos por um homem armado de moto, identificado pela polícia como o ex-namorado da vítima. A cobertura radiofônica foi realizada pela Rádio Sepé, de Santo Ângelo, na região das Missões, no programa Aldeia Global do dia 06 de junho, apresentado ao vivo, das 8h às 10h30min. A dupla de locutores abre o programa falando do caso, sendo uma das primeiras notícias comentadas. Depois, o assunto volta ao programa, desta vez com uma entrevista ao vivo com a delegada do caso. A entrevista foi feita por um repórter direto da delegacia. O vídeo da transmissão está disponível no Facebook. A rádio optou por cobrir a pauta apenas no ar, sem postar a notícia no site.

6.3.1 Os indícios

O espaço dado ao caso na programação, considerando que a rádio tem o programa Aldeia Global como o principal da grade, mostra atenção ao feminicídio de Lucilene. O crime foi o primeiro assunto comentado no programa. Essas primeiras informações têm mais caráter de comentário/opinião do que de informação, uma vez que não são dados detalhes do caso, nem mesmo cita-se que o ex-namorado é o suspeito

preso. Essas informações só foram ao ar mais tarde, na entrevista com a delegada. Mas não se poupam os comentários neste primeiro momento, especialmente sobre o fato de o feminicídio ter acontecido na frente das filhas de Lucilene.

O locutor 2 retoma uma fala da delegada, em entrevista concedida à rádio no ano passado, o que demonstra não ter outro material recente da rádio sobre o tema. É um indício que o assunto não faz parte da pauta frequente do programa. O mesmo locutor cita, pontualmente, questões importantes para o debate, porém sem aprofundamento, ao dizer que em feminicídios, “muitas vezes são casos envolvendo consumo de droga, desempregados, homens sustentados pelas mulheres, então famílias desagregadas”. A fala é um indício que muitas questões podem ser exploradas pela pauta em relação ao tema, mas que a rádio não o faz.

Uma fala social permeada pelo senso comum, a de que o feminicídio é um crime passional, por amor, aparece na narrativa do locutor, ao dizer que “feminicídio é um tipo de homicídio”. O locutor 2 complementa que se trata de um homicídio diferente, pois é contra as mulheres. O locutor 1 retoma sua ideia inicial, ao dizer que a causa é a passionalidade. A fala demonstra que o feminicídio é visto como um crime de amor e paixão, mas também cita a violência doméstica. O locutor 2 então, novamente cita aspectos relevantes à discussão, em especial o fato de os homens não aceitarem o fim da relação e repete a questão da desestruturação familiar. Aliada à ideia anterior de “homens sustentados pelas mulheres” e desemprego, um indício é de que a estrutura familiar é quando o homem está empregado e sustenta a casa, o que seria um fator que minimizaria as chances de feminicídio. Tal visão demonstra desconhecimento ou ignora o fato de que muitas mulheres estão em situação de violência por não serem impedidas de trabalhar e conseguir dinheiro, estando subordinada ao companheiro financeiramente, o que configura violência patrimonial.

Percebemos que a narrativa é praticamente toda masculina, com três locutores homens. Somente há uma voz feminina, a da delegada, que é mulher, sendo também a **única fonte ouvida do caso**. O fato de a emissora ter enviado um repórter à delegacia, também demonstra certa importância com o tema. Em relação às perguntas, nota-se que a entrevista foi longa e todas as questões feitas pelo trio foram respondidas pela profissional de polícia, demonstrando ser solícita com a imprensa.

É muito falada em toda a narrativa a frase “não aceitar o fim do relacionamento”. Tal ideia reforça a ideia de que a mulher está subordinada às decisões do homem, que autoriza ou não o fim de uma relação, que em muitos destes casos, são

envoltas em violência. Caldeira (2017), ao analisar narrativas de jornais impressos, também se deparou muito com essa frase.

É como se a mulher, ao sair de qualquer relacionamento heteronormativo, considerado saudável ou abusivo, tivesse que lidar ainda com a possibilidade de que o homem de quem quer se separar pode vetar essa decisão, minando sua autonomia (CADEIDERA, 2017, p.88).

A entrevista é repleta de muita curiosidade por parte dos três entrevistadores, especialmente sobre o feminicida. Novamente, Lucilene é praticamente apagada da narrativa. Em mais este caso, concluímos que os radialistas não tiveram o gesto de questionar a delegada sobre as raízes mais profundas do fenômeno. Também desperdiçam a oportunidade de informar sobre a rede de apoio a mulheres vítimas de violência, enquanto informação de utilidade pública.

6.4 Vítima não identificada, 40 anos, assassinada em Rosário do Sul, cidade localizada na Fronteira Oeste do Rio Grande do Sul em 2 de setembro. (Transcrição do áudio no apêndice D)

Resumo do caso: uma mulher, que não teve a identificação divulgada, morreu após ser espancada pelo marido em Rosário do Sul, na Fronteira Oeste do Rio Grande do Sul. Ao dar entrada no hospital, a equipe médica acionou a polícia, ao desconfiar que ela havia sofrido violência. Ela ficou internada por alguns dias antes de morrer. A rádio noticiou o caso quando ocorreu a prisão do acusado, com entrevista realizada pela delegada Ana Torouco, responsável pelo caso. A entrevista foi ao ar no programa Jornal da Manhã, às 7h. A emissora fica na mesma cidade onde aconteceu o crime.

6.4.1 Os indícios

Apesar de ser uma entrevista, mesmo que curta, com menos de dois minutos, não há perguntas feitas à delegada. O relato dela não é provocado por questionamentos, nem mesmo quando sua própria fala, abre precedentes para perguntas, tais como. “Infelizmente tem sido uma constante e os crimes de violência ganhado cada vez mais percussão e tem sido uma realidade por n motivos”. Aqui o jornalismo poderia ter explorado quais são esses “n motivos”. Também caberia o serviço de utilidade pública, informando quais os canais de denúncia que estão disponíveis às vítimas.

Nas matérias postadas no site da rádio, percebemos a dependência das fontes policiais, as únicas ouvidas. Neste caso, por estar ainda em investigação, entende-se que não sejam dados mais detalhes por parte dos órgãos oficiais, possivelmente para não atrapalhar as investigações, que mais tarde, envolveriam a prisão do acusado. Ao final do texto, é citado que se confirmado, é o segundo caso de feminicídio no município de Rosário do Sul, mas a matéria não explora as razões do fenômeno.

A segunda notícia, postada na ocasião da prisão, tem muitas características de um boletim de ocorrência, fator que se comprova com o trecho “deram cumprimento a mandado de prisão preventiva”, “a vítima foi a óbito” e “após as diligências de praxe”. Apesar de citar informações da delegada, a notícia do site não contém mais detalhes da entrevista em áudio feita na ocasião, o que poderia fortalecer a narrativa. Assim como no caso da entrevista, a notícia não contém informações adicionais a respeito da problemática do feminicídio. Ao também constar que o agressor já tinha um histórico violento, tal narrativa sem profundidade pode ser interpretada na fala social como culpa à vítima, que mesmo sabendo do histórico de agressividade, continuava no relacionamento. Ao apenas dizer do agressor, não se abre margem para um problema muito presente nos casos de violência de gênero, que é a dependência financeira com o parceiro, entre outras razões, como o próprio medo, que impedem a vítima de romper com o relacionamento.

6.5 O feminicídio de Glacir Terezinha Souza, 38 anos, assassinada em Ijuí, região Noroeste do RS, no dia 07 de setembro (Transcrição do áudio no apêndice E)

Resumo do caso: Glacir foi assassinada com golpes de faca dentro de um carro, no interior de Ijuí. O marido cometeu suicídio após o crime, que aconteceu em um sábado. A notícia foi comentada no programa matinal “O assunto é”, da Rádio Progresso de Ijuí, na segunda-feira, às 8h, dois dias após o crime. O destaque foi dentro do quadro das notícias policiais do final de semana. O programa estava sendo apresentado por três locutores. Um deles lia as notícias e os outros faziam comentários.

6.5.1 Os indícios

No quadro, a notícia foi uma das últimas a ser lida, ficando atrás de casos de incêndios, maus tratos de animais, acidentes e embriaguez ao volante. Depois de apresentar e lamentar essas ocorrências, o locutor diz que o fato chamou a atenção. As

informações são vagas, o que denota pouca apuração do caso. É citado que os corpos foram encontrados dentro de um carro, mas não diz qual meio utilizado para as mortes. Em nossa visão, ao explicar como aconteceu a morte, não se trata de explorar de forma sensacionalista, mas serve de subsídio e dados estatísticos para prevenção. O acesso facilitado a armas de fogo, como já citamos ao longo deste trabalho, são um fator responsável pelo aumento de feminicídios, já que este é um dos meios mais utilizados pelos feminicidas.

O programa não traz entrevista com nenhuma fonte sobre o caso. Quando o locutor 2 diz “pessoas bem relacionadas”, não fica claro se marido e mulher eram bem relacionados ou se eram conhecidos da comunidade, como disse antes o locutor 1, ao não se recordar do nome do feminicida. É o tipo de comentário que demonstra não acreditar que uma pessoa “bem relacionada” possa cometer esse tipo de crime. Se nas notícias policiais anteriores fizeram vários comentários, neste caso apenas citaram outro feminicídio seguido de suicídio que aconteceu no mesmo final de semana em Porto Alegre. Nem com comentários, nem com informações/entrevistas, o trio de locutores utiliza o poder midiático da rádio para discutir sobre relações abusivas e canais de atendimento a vítimas de violência. Assim, como problematizamos em outras duas situações analisadas nesta dissertação, o fato de acontecer um suicídio após o feminicídio é dito de maneira simplista e sem apresentar as complexidades deste problema de saúde pública.

Em relação à notícia no site, postada na segunda-feira (09), às 22h, demonstra que não foi dada tanta atenção, pela demora em noticiar. O texto cita consulta ao delegado, mas as informações são vagas. A manchete “Polícia investiga feminicídio seguido de suicídio, em caso de casal encontrado morto no interior de Ijuí”, dá destaque à particularidade da sequência de mortes, mas não explica no corpo do texto. Também como nas demais notícias analisadas por nós, não conhecemos o rosto de Glacir. A notícia é estampada com um *banner*, uma imagem generalista, utilizado nas demais notícias da área policial.

6.6 Narrativa do caso Glacir na Rádio Repórter, de Ijuí (Transcrição do áudio no apêndice F)

Outra emissora de rádio que realizou a cobertura do caso Glacir foi a Rádio Repórter, também de Ijuí, na região Noroeste do Rio Grande do Sul. A notícia foi ao ar na

segunda-feira pela manhã, no programa “Fatorama”, dentro do quadro das notícias policiais. O programa é apresentado por um âncora e tem a participação de outros locutores no estúdio que comentam as notícias, entre elas as policiais.

6.6.1 Os indícios

Assim como ocorreu na rádio Progresso, o fato foi um dos últimos a ser lido no quadro. A narrativa é uma síntese sucinta do caso, que não cita ser um feminicídio. A notícia é apresentada como “também de assuntos relacionados à área de segurança pública”. A primeira informação é de que o “casal” foi enterrado no sábado à tarde, poucas horas após o crime. Ao final do boletim é explicado que “o homem acabou matando a sua mulher e depois cometeu suicídio”. A construção da notícia não chama a situação pelo que é, mas sim, dá a entender que ele fez algo que ela do seu direito, afinal, a mulher “era sua”, demonstrando possessividade. Do ponto de vista jornalístico a notícia é vazia, pois dá poucos detalhes do que aconteceu, mal respondendo às perguntas básicas do jornalismo.

A nota em meio ao quadro se perde no meio das outras notícias policiais, de tão breve. O feminicídio de Glacir é demonstrado como um ato simples, de pouca importância. Assim como nas demais narrativas até aqui, não há entrevista, não há aprofundamento nem especialistas para analisar o caso. Também não há informação de utilidade pública sobre como a área de segurança pública, foco do quadro, pode ajudar as vítimas de violência. Citamos aqui que novamente existe a problemática do suicídio, noticiado de maneira simplista, como já problematizamos na análise. No site não foram encontradas narrativas sobre o caso, reforçando o apagamento da vítima.

6.7 O feminicídio de Marilene Bernieri, 60 anos, assassinada na cidade de Sertão, região Norte do RS no dia 23 de setembro (Transcrição do áudio no apêndice G)

Resumo do caso: Marilene, de 60 anos, foi morta a tiros pelo marido, na residência onde moravam em Sertão, no Norte gaúcho. Ele avisou a filha, por telefone, que havia cometido o crime e fugiu. O município não sedia emissoras de rádio. A cidade mais próxima de referência é Getúlio Vargas, onde a fica a Rádio Sideral, que fez a cobertura do caso. A primeira notícia do caso foi dada no programa Olho Vivo, às 8h, mas as informações ainda não estavam confirmadas. Depois, no programa Comando da Manhã,

a notícia foi divulgada com um boletim. A apuração foi feita à distância, sem ida ao palco do acontecimento.

6.7.1 Os indícios

A cobertura começa com informações ainda a serem checadas, por isso é tomada cautela ao dizer que ainda não há detalhes por não ter sido concluído o contato com as fontes. Depois, no boletim, há o indício de apuração à distância e com predominância de fontes oficiais. A emissora não realizou nenhuma entrevista sobre o caso, deixando a narrativa na totalidade das informações básicas, o que demonstra superficialidade ao tratar feminicídios.

Ao tentar explicar o que aconteceu, a narrativa é de que “em determinado momento houve um desentendimento e o suspeito atirou”, portanto, é possível interpretar que houve uma ruptura na situação, algo despertou a atitude do parceiro em atirar. É como o gesto de saber “o que ela fez pra levar aos disparos? ”. Ao mesmo tempo, pouco sabemos de Marilene, afinal, sua história não é contada.

Assim como em outros casos analisados em nosso trabalho, não são exploradas as raízes do fenômeno, nem informado mecanismo de apoio às vítimas de violência.

No site da rádio, a notícia foi postada na manhã do dia seguinte ao fato. Chama atenção que se trata exatamente do mesmo texto que foi lido no programa, sem nenhuma alteração. A manchete é clara e direta, deixando em destaque que foi um feminicídio. A foto que estampa a notícia é uma retirada da internet, sem contexto claro. Mais uma vez, se trata de uma vítima sem rosto e sem história.

6.8 O feminicídio de Vera Lucia Amaral, 53 anos, assassinada em Bom Retiro do Sul, região Central do RS, no dia 25 de setembro (Transcrição do áudio no apêndice H)

Resumo do caso: Vera Lúcia foi morta quando chegou em casa após o trabalho. Ela foi assassinada a tiros pelo companheiro, que fugiu logo depois do crime. O caso aconteceu na cidade de Bom Retiro do Sul, que não sedia rádios. A cobertura foi feita à distância pela Rádio Independente, que fica na cidade de Lajeado. A narrativa foi ao ar dentro do quadro de ocorrências policiais, lidas por um repórter, do programa Notícias do Meio Dia. O mesmo texto que foi lido no ar foi postado no site no mesmo dia.

6.8.1 Os indícios

Ao colocar o caso apenas dentro das notícias policiais, nota-se que o feminicídio é visto apenas como um caso de polícia, não como um fenômeno com raízes sociais muito mais complexas. O texto lido pelo repórter demonstra que as únicas fontes consultadas são policiais, bem como o relato lido, tem a estrutura de uma ocorrência policial. Não são feitas entrevistas sobre o caso, ficando apenas na superficialidade. Ao utilizar a palavra “provável” feminicídio, uma das interpretações é que as emissoras são cautelosas, neste caso, até demais, ao não afirmar que o crime de feminicídio de fato aconteceu. Como tem ocorrido até aqui em nossa análise, a memória de Vera Lúcia é apagada, pois nada se informa dela, a não ser seu nome, sua idade, e que teve o corpo recolhido do Departamento Médico Legal.

Em relação ao texto do site, podemos colocar que os indícios são os mesmos do áudio, afinal, se trata exatamente do mesmo texto lido e postado. A manchete “Mulher é morta no interior de Bom Retiro do Sul”, não deixa claro que foi um crime de gênero. Como estamos constatando em todas as vítimas de feminicídio deste trabalho, não conhecemos o rosto de Vera Lúcia. A notícia é estampada com um *banner* generalista utilizado em notícias policiais.

6.9 O feminicídio de Franciele Miller Ramos, 32 anos, assassinada em 12 de outubro de 2019 em São Francisco de Assis, região Central do RS (Transcrição do áudio no apêndice I)

Resumo do caso: Franciele Muller Ramos, de 32 anos, foi morta a facadas pelo companheiro na residência onde moravam na sexta (11), à noite. Por se tratar de uma cidade em que não sedia emissoras de rádio, a Rádio Santiago fez a cobertura do fato. No sábado pela manhã, postou uma notícia no site, sem entradas na programação do final de semana. A notícia foi ao ar na rádio somente na segunda-feira (15), durante a leitura das ocorrências policiais do final de semana. O boletim com as informações do feminicídio foi lida no programa “Olho Vivo”, às 8h30min, dentro do quadro de notícias policiais. Um repórter vai até a delegacia todas as manhãs, e de lá, lê ao vivo as ocorrências chamadas de “destaque para a imprensa”.

6.9.1 Os indícios

A narrativa é permeada dos jargões policiais, sendo notório que se trata da leitura do boletim de ocorrência, sem mesmo mudanças nos termos considerados

jargões ou técnicos do meio policial. A primeira informação não é de que Franciele foi assassinada pelo companheiro, mas sim de que ele foi preso. Já consta no início o protagonismo do feminicida e o apagamento da vítima.

Se aqui constatamos que o texto é o registro da ocorrência policial, podemos questionar os indícios de possessividade do homem sobre a mulher, como no trecho “contra a sua mulher”. Fica claro que a mulher era dele, portanto, poderia fazer o que quisesse, até mesmo matá-la. Mas, o que podemos fazer, é problematizar o fato de que a rádio não se preocupa na mudança da linguagem, e segue sempre “no encaixe da linguagem policial” (CALDEIRA, 2017, p.122). Pelos padrões do jornalismo, descrito em diversos manuais da área, o mais recomendado é adequar o texto à linguagem jornalística.

A narrativa também não abre mão de ler as frases que poderiam colocar dúvidas sobre a conduta da vítima, ao dizer que ela havia bebido álcool, por exemplo. Ao mesmo tempo, a mesma situação ao homem pode ser interpretada como uma razão a um desequilíbrio momentâneo que o levou a cometer o crime. O senso comum condena e culpa a vítima, enquanto de certa forma ameniza a culpa do homem.

Assim como em outras narrativas que analisamos até aqui, novamente está presente a informação de que o feminicida já haviam cometido agressões e crimes semelhantes, o que coloca a vítima como sabedora da situação. Se trata do pensamento do senso comum de que “é mulher de malandro”, pois devia saber das atitudes do parceiro. Novamente, ao narrar a questão de maneira simplista, deixa de informar as camadas de profundidade da violência de gênero, onde a vítima tem dificuldades em sair daquela situação.

Em relação à notícia do site, a narrativa é muito vazia, com informações superficiais do crime, com o nome e idade da vítima. A única fonte citada no texto é a polícia, sem deixar claro qual. A manchete “Mulher é assassinada com golpes de faca em São Francisco de Assis”, não utiliza a nomenclatura correta do crime.

Outro indício relevante à discussão é o fato de o crime não ser nomeado corretamente, não sendo citada a palavra “feminicídio” em nenhuma parte do texto. Percebe-se que a imprensa brasileira em geral ainda não entende o fenômeno em totalidade, ao não saber diferenciar um homicídio de um feminicídio.

Reconhecer a existência dos feminicídios e identificá-los dentre os homicídios de mulheres é tarefa fundamental no escopo de um processo, em defesa dos direitos humanos, porque identificar o fenômeno e apropriar-se do

vocabulário “feminicídio” implica em apreender um conjunto de concepções teórico-políticas, que localizam a violência de gênero, suas características e seu contexto de produção (GOMES, 2015, p. 197).

Consta ao final que o suspeito é o companheiro, que “já cumpriu pena por outro crime”, novamente reforçando a ideia que citamos no parágrafo anterior. A notícia não é acompanhada de foto, portanto, não conhecemos o rosto de Francielle, mais uma vítima apagada pela imprensa.

6.10 O feminicídio de Ana Crispim, 26 anos, assassinada no dia 15 de outubro, na cidade de Júlio de Castilhos, região Central do RS (Transcrição do áudio no apêndice J)

Resumo do caso: Ana seguia para o trabalho quando foi assassinada com várias facadas pelo ex-companheiro. O caso aconteceu em um viaduto da cidade de Júlio de Castilhos, região Central do Rio Grande do Sul. A Rádio 14 de Julho fez a cobertura do caso com uma entrevista da delegada Alessandra Padula, com aproximadamente cinco minutos, que foi ao ar no programa “Olho Vivo”, dentro do quadro Plantão Policial, às 8h20min. Por não ter site, a narrativa aqui analisada se centra na cobertura em áudio.

6.10.1 Os indícios

A entrevista é relativamente longa, com aproximadamente cinco minutos. No entanto, se enquadra mais em uma declaração do que em uma entrevista, uma vez que não são feitas perguntas. Apesar a narrativa conter muitas informações, elas são feitas de forma espontânea pela delegada. Tal gesto é arriscado, afinal, não há garantia de todas as pessoas entrevistadas agirão deste modo. Podemos afirmar que o dever do radialista é perguntar, que neste caso, não o fez. A profissional trouxe vários aspectos que poderiam ter sido explorados no sentido de aprofundar a discussão sobre violência de gênero, reconhecida como uma realidade no município, e, portanto, uma realidade aos ouvintes. Ao mesmo tempo, os serviços de utilidade pública à população não são comentados.

6.11 O feminicídio de Janaína Lima de Melo, 28 anos, assassinada em Vitória das Missões/RS, no dia 15 de outubro (Transcrição dos áudios no apêndice L)

Resumo do caso: Janaína, de 28 anos, havia terminado o relacionamento por sofrer agressões. Ela foi se refugiar na casa da irmã, em uma fazenda. O ex da jovem foi ao local e depois corpo dela foi encontrado em um matagal com várias facadas. O fato aconteceu em uma terça-feira à noite, no dia 15 de outubro. Vitória das Missões, onde aconteceu o feminicídio, não sedia rádios, por isso, a cobertura foi feita por emissoras da região. Analisamos inicialmente a cobertura da **Rádio Sepé, da cidade de Santo Ângelo**, que deu destaque ao caso em três programas matinais.

6.11.1 Os indícios

O primeiro deles foi no programa Comando Geral – 1ª edição, às 7h, sendo o primeiro programa jornalístico da rádio. O locutor iniciou com a notícia do feminicídio, dizendo que aquele era o destaque principal da programação. Nota-se que a única fonte do caso é policial e o relato é sucinto, mas contém as principais informações do feminicídio, que é nomeado corretamente pelo locutor.

Depois, no programa Aldeia Global, que começa às 8h, o feminicídio é citado novamente. Às 8h20min, o mesmo locutor do programa anterior, desta vez entra no ar da rua, enquanto repórter. Ele basicamente repete as mesmas informações que citou uma hora antes, mas trouxe alguns dados adicionais, como a apreensão da faca utilizada no crime e um celular. O repórter também sinaliza quem irá investigar o caso. Na volta ao estúdio, os dois locutores do programa não comentam a notícia. Também não são feitas entrevistas nem divulgadas informações de utilidade pública a respeito dos mecanismos de segurança legais que as vítimas possam buscar.

O feminicídio de Janaína voltou a ser comentado na programação às 11h20min, no programa Rádio Cidade, apresentado por dois locutores, um homem e uma mulher. É ela quem cita o caso, lendo as principais informações. Nota-se que o caráter deste programa é mais descontraído e não com foco jornalístico.

Por quase três minutos a dupla comenta o caso de Janaína com base na situação de relacionamentos que chegam ao fim. Nota-se que mesmo com a separação, o caso é nomeado como “casal”. O locutor também diz que aconteceu um “desentendimento” que levou ao crime, o que parece ignorar as circunstâncias da violência. Ele começa a falar sobre termos de namoro, aí a locutora interrompe “eles se acham donos, né? ”, citando a possessividade típica de relações abusivas. O locutor segue seu raciocínio afirmando que quando há uma separação “não precisa tirar a vida de uma pessoa” e que o homem também tem sua vida encerrada por ir preso. No entanto, sabemos que a vida

do feminicida não é “terminada”, uma vez que a pena máxima para esse crime é de 30 anos. As leis brasileiras permitem que em 1/6 deste tempo o feminicida volte às ruas, ao seu trabalho, e siga sua vida normalmente.

A reflexão da dupla de locutores é pertinente, um avanço em relação aos demais casos, uma vez que o feminicídio pautou mais de um programa, mesmo que sem entrevistas e aprofundamento. Ao final do programa, o repórter que estava na rua retorna ao estúdio e mais uma vez lê a notícia do caso, mas sem trazer novos dados.

No site da rádio, o texto é muito parecido com a notícia que foi lida pelo repórter várias vezes ao longo da programação matinal. A manchete “Mulher é encontrada morta a facadas em Vitória das Missões” não deixa claro se tratar de um feminicídio. Assim como observamos até aqui, a notícia não vem acompanhada da foto de Janaína, apagada dos fatos. A imagem do site é de uma sirene policial, a mesma utilizada em outras várias notícias policiais.

6.12 Narrativas na Rádio Santo Ângelo (Transcrição dos áudios no apêndice M)

O caso de Janaína teve também a cobertura da Rádio Santo Ângelo, da cidade de mesmo nome. Nos dois primeiros programas jornalísticos da emissora a notícia do feminicídio foi destaque, no programa “Primeira Hora”, com entrada ao vivo do repórter da rua no quadro de notícias policiais e depois no “Rádio Visão”, com nova entrada do repórter da rua e bate papo com o apresentador, também em quadro dedicado às notícias da área de segurança pública.

6.12.1 Os indícios

A primeira notícia do caso é um relato baseado em informações da polícia. As informações são básicas e bastante repetitivas ao longo do relato. Também é perceptível que a cobertura foi feita à distância. Curioso que o repórter se refere ao fato de Janaína estar na casa da irmã “à visita”, sendo que, na verdade, ela estava escondida do ex, que a agredia.

Mas os maiores indícios e mais problemáticos, ao nosso ver, estão na participação do repórter no segundo programa, quando ele rompe a fronteira de informação/opinião no meio do boletim, em bate papo com o locutor. Inicialmente, ele repete o relato da ocorrência, o mesmo da participação anterior e logo emenda a fala com a opinião: “Porque se termina um relacionamento, cada uma faz as suas trouxas,

arruma as suas malas e segue a vida né. Cada um segue o seu destino e pronto”; “Então não se admite de que uma ou outra parte tenha esse tipo de ódio, de vingança e queira do ex companheiro ou da ex companheira, né? ”. Nesta opinião, em meio ao boletim noticioso, ele diz que tal situação pode acontecer em ambos os casos, seja da parte do homem ou da mulher. A mesma visão é reforçada, desta vez com clareza, quando ele diz que “tem mulher que se acha do dono também, né? ”. Tal informação demonstra que se coloca no mesmo patamar o comportamento de homens e mulheres, sendo que são muito mais altos os casos de mulheres mortas por homens, e não contrário.

O locutor pensa da mesma maneira, ao rir e dizer que “quando se rompe uma relação, dói”. A fala é uma justificativa para o feminicídio, afinal, se mata porque se ama demais, mesmo que segundos adiante, diga que a situação é absurda, porém, mais uma vez, coloca como se o fenômeno fosse o mesmo em casos de homens e mulheres mortas. Portanto, a narrativa é problemática no sentido em que avaliamos em todo esse trabalho, afinal, como destaca Correia (2009, p. 521) jornalistas intervêm ativamente na construção das condições e do modo em que a realidade é percebida, em ação pragmática ou não.

Ambos os profissionais também parecem se preocupar com o futuro do feminicida, ao dizer que ele não poderá mais “fazer churrasquinho com os amigos e tomar uma cervejinha”, pois será preso. Para eles, este deve ser o motivo de não matar a companheira ou ex, e não o fato de isso por si só ser um absurdo. A fala demonstra que a vida da mulher nada vale.

Por fim, apesar do destaque dado por vários minutos ao caso, não se aprofunda o tema, não são feitas entrevistas nem mesmo utilizado serviço de utilidade pública para vítimas de violência.

Em relação à notícia postada no site da rádio, o texto é uma cópia da notícia da Rádio Gaúcha. Mesmo que a emissora tenha falado na programação várias vezes, com notícias e comentários sobre Janaína, não produziu uma matéria, mas sim, copiou uma pronta. Seguindo o padrão observado até aqui neste trabalho, não conhecemos o rosto de Janaína. Se tivessem digitado seu nome no Google, saberiam que ela era uma jovem talentosa no esporte, que treinava um time de futebol feminino no bairro mais pobre de São Luiz Gonzaga e que tinha muitos sonhos, ceifados pelo misoginia do ex-namorado. Não bastou ser assassinada, também foi apagada pela imprensa.

6.13 Proposições gerais a partir dos indícios

Analisamos, ao total, 12 narrativas acerca de feminicídios e percebemos indícios comuns nos casos, que compõem nossas proposições gerais.

- A maioria das narrativas são masculinas, com apenas uma entrevista sendo conduzida por mulher (caso de Júlio de Castilhos) e uma locutora que comentou o caso (Caso de Vitória das Missões);
- As narrativas são exclusivamente baseadas em relatos policiais, sendo a maioria composta por boletins de ocorrências, lidos até mesmo na íntegra, com linguagens e jargões policiais;
- A entrevista esteve presente somente em cinco dos 12 casos, e quando ocorreu, foi somente com delegadas (os). Destas, em duas não são feitas perguntas à fonte. Nas demais três, em que há perguntas do repórter, estas são no sentido da cena do crime e nos trâmites legais, sem explorar as raízes mais profundas do fenômeno. Ainda, não há questionamento sobre como fazer denúncias, pedidos de medidas protetivas, endereços e horários de atendimento de delegacias, informações úteis às vítimas;
- A falta de entrevistas também evidencia que fontes especializadas e diversificadas ficam de fora da pauta quando o assunto é feminicídio;
- Na maior parte dos casos a divulgação ocorreu horas após o crime, e não com imediatismo, que é uma das principais características do rádio;
- Em nenhuma das 12 narrativas, do nosso *corpus*, o rádio foi ao palco dos acontecimentos, apenas no caso do suicídio do feminicida em Venâncio Aires;
- Algumas das narrativas são bastante problemáticas, ao reforçarem estereótipos de gênero, como a de que os crimes são passionais ou de que existe uma desestruturação familiar que leva ao feminicídio quando o homem está desempregado;
- As rádios veem o feminicídio exclusivamente como um problema de segurança pública;
- O suicídio dos feminicidas aparece em três dos casos, mas é noticiado de maneira simplista, contrariando as recomendações da Organização Mundial da Saúde;
- Em nenhuma das 12 narrativas radiofônicas é realizado o serviço de utilidade pública informando formas de combate e prevenção à violência de gênero, termo que aliás, não aparece em nenhuma das narrativas;
- O termo “casal” é bastante utilizado, mesmo quando já havia a separação entre a mulher e o homem;
- Ainda há uma resistência em nomear corretamente o crime de feminicídio, que em duas ocorrências é feita com receio e em outras duas o termo nem é citado;

- Também em nenhuma das narrativas é contada a história das vítimas, que não passam de nomes e idades, enquanto a vida dos feminicidas é bastante explorada. Elas são apagadas pela imprensa;
- As narrativas dos sites das rádios são basicamente cópias de boletins de ocorrência, com pouca apuração jornalística e sem foto. Em nenhum dos 12 casos analisados aqui conhecemos o rosto das vítimas.

Considerações finais

É necessário entender de onde vem a violência, quais são suas raízes e quais são os processos sociais, políticos e econômicos que a sustentam, para entender que mudança social é necessária.

(Silvia Federeci)

Nesta dissertação, analisamos narrativas em crimes de feminicídio no interior do Rio Grande do Sul. Queremos explicar que o objetivo não foi, em nenhum momento, culpabilizar as rádios sobre suas narrativas. Entendemos que o exercício foi de análise para futuras contribuições a essas coberturas. Sabemos que é algo recente a atenção da imprensa à violência de gênero, e que as boas práticas ainda estão em construção e assim será por muito tempo. Não pretendemos, nem seria possível, encerrar a discussão neste trabalho.

Inicialmente, é necessário dizer que, para nós, a igualdade do gênero também passa pelas rádios, pelas redações e, especialmente, pelos microfones. As narrativas que ouvimos foram capitaneadas, quase que na totalidade, por homens. Portanto, são homens falando de violências que mulheres sofrem e homens falando de violência que homens praticam. Não acreditamos que a objetividade está presente o tempo todo no jornalismo. Nas narrativas analisadas isso ficou evidente em muitos momentos, no atravessamento da fronteira entre notícia e opinião. Como destaca Leal (2006), o olhar do jornalista está condicionado por mapas de sentido, afinal são sujeitos sociais. Nossa pesquisa confirma que o rádio é masculino, o que significa que as emissoras ainda preferem, em 2019, vozes graves e fortes, com um estereótipo tipicamente masculino. Nossa percepção é que ainda existe o preconceito de gênero: as vozes femininas não são vistas com credibilidade e a mesma força. Nós não acreditamos e inclusive combatemos essa ideia sexista de que a credibilidade seja característica única dos homens. É importante deixar isso de maneira demarcada a todas e todos, ainda mais no contexto social e político do Brasil na atualidade. Portanto, a igualdade de gênero no rádio do interior, a nosso ver, é um dos pontos essenciais na transformação do meio, porque a narrativa, por si só, não se transforma sozinha. A pluralidade de vozes é uma maneira de que isso aconteça, mas será algo difícil de ser alcançado enquanto mais mulheres não estiverem à frente do microfone, em todos os programas, não só naqueles vistos como variedades e amenidades.

Ao mesmo tempo, caminha ao lado a qualificação profissional. Mesmo que ela não tenha sido discutida a fundo neste trabalho, por não haver tempo suficiente para uma pesquisa mais segura, é possível afirmar que a qualificação é importante, como ocorre em todas as profissões. Isso não quer dizer que profissionais com graduação e até mesmo pós-graduação estejam imunes a erros. Ninguém está. Mas o estudo e a discussão, seja ela em sala de aula ou nas redações, são essenciais. Falar de gênero nos cursos de Jornalismo, por exemplo, é algo que vem sendo feito em alguns locais, mas é preciso que seja um movimento geral. Desta maneira, a futura ou futuro jornalista sairá para o mercado de trabalho sabendo da importância da narrativa com essas e outras pautas. Ética e responsabilidade não podem ser, jamais, esquecidas por nós jornalistas, mesmo diante das dificuldades do mercado.

Na análise das narrativas, baseadas no aporte metodológico do paradigma indiciário, identificamos algumas problemáticas, partindo da ideia de que as narrativas midiáticas, neste caso o rádio, criam e recriam significações na sociedade. Acreditamos ser importante que transformações sociais em relação à violência aconteçam, e os meios de comunicação possuem responsabilidade e esse poder. Isso passa por todas as hierarquias do meio: a visão editorial e a direção das rádios, bem como dos profissionais. Quem está à frente do microfone, falando para o público, talvez não se dê conta da tamanha relevância desta profissão.

Analizamos que as rádios possuem dificuldade em ver o feminicídio como um problema de gênero, bem como os demais tipos de violência sofridas por mulheres. A palavra “gênero” sequer aparece nas narrativas. Em alguns dos casos, nem mesmo o feminicídio é nomeado como tal. Importante dizer que é sabido que este não é um movimento exclusivo dos veículos que compõem nosso *corpus*. Pesquisas semelhantes vão ao mesmo sentido e apontam que a cobertura tem abordagem parcial e até mesmo descontextualizada do tema.

Encontramos uma dependência muito grande dos boletins de ocorrência, que fundamentaram quase a totalidade da cobertura estudada. Além de demonstrar superficialidade, revela que o feminicídio não é visto pelas rádios em sua dimensão histórica e cultural, mas apenas como uma questão de polícia. As narrativas divulgadas foram, na maioria dos casos, muito rasas e superficiais, sem exploração das raízes deste problema, que é de saúde pública. O fato de em geral as narrativas ficarem apenas em trechos de boletins de ocorrências, sem a realização de entrevistas, mostra que se dá pouca importância aos feminicídios. Na outra ponta, quando foi dado espaço à

entrevista, pouco se explorou sobre o tema em si, até mesmo deixando os entrevistados falarem sem serem questionados. É preciso resgatar a arte de fazer perguntas, do diálogo possível, como sugere Medina (1995). O movimento de abrir mão das perguntas não pode ser aceitável no rádio e no jornalismo em geral.

Como demarcamos no capítulo três, nestes casos, há um atravessamento da fronteira notícia x opinião, algo um tanto naturalizado nas funções existentes no rádio do interior. Isso, por si só, já configura uma problemática, porém, mais grave ainda é que sejam divulgadas opiniões sexistas em meio às notícias, que perpetuam as noções de violência. Percebemos que uma narrativa muito presente, a partir da realidade dos casos divulgados, de que os homens não “aceitavam” o fim de seus relacionamentos com as parceiras. Narrativas que igualam atitudes de homens e mulheres em divórcios, bem como naturalizar atos de violência, ou busca na vítima um movimento que tenha levado o feminicida a agir não contribuem para a diminuição destes casos, muito pelo contrário. Tais comentários dão certo grau de legitimação aos crimes, como se já não bastasse o senso comum e alguns políticos fazendo isso. Procurar na vítima um comportamento considerado “errado” pelos homens pra justificar o feminicídio é mais uma maneira de eliminar a vítima, que é vista como culpada pela própria morte.

Ainda consideramos problemática a ideia de passionalidade atravessada em muitas das narrativas, como se o amor fosse responsável por esses crimes. É necessário deixar explícito que o feminicídio é um crime de ódio às mulheres, representando o grau máximo da misoginia. Como demarcamos no capítulo a respeito da violência de gênero, é um erro perpetuar essa ideia de que os feminicídios e outras violências são causadas pela passionalidade, porque os homens “amam demais” e que “perderam a cabeça” em algum momento. Tal narrativa tem que ser substituída pela ideia de relacionamento saudável, com respeito e igualdade de gênero. Isso fica evidente com o recorrente uso da palavra “casal” para se referir aos agressores e vítimas, mesmo que já estivessem separados ou em processo de separação. É preciso ver pessoas como pessoas, com suas individualidades e escolhas, especialmente as mulheres, que ainda tem tantos direitos negados, entre eles, o direito de viver, como Júlia, Nélia, Luciele, uma mulher que não conhecemos o nome, Glacir, Marilene, Vera, Franciele, Ana e Janaína tiveram. Além delas, tantas outras milhares de mulheres na América Latina e em outras partes do mundo.

As rádios também não divulgaram informações de utilidade pública sobre a rede de apoio às vítimas de violência, como critica o Dossiê “Isso é Feminicídio”, do

Instituto Patrícia Galvão¹³. O mesmo movimento não acontece na pauta em que acontecem suicídios dos feminicidas. É preciso que as rádios se apropriem da narrativa de que existem serviços gratuitos à disposição das pessoas, sabendo que rompimentos de relacionamentos são dolorosos, mas que não devem acabar em morte para nenhum dos lados.

Percebemos, ainda, um descompasso da narrativa radiofônica com uso de outras mídias, como os sites de notícias. Quando divulgam a notícia em texto, o fazem de maneira vaga, com pouca apuração e sem fotos. Representa apagamento da história das vítimas, que não é contada. São mulheres que não passam de nomes, idades e de como foram mortas. Nem seu rosto o público conhece. Portanto, além de terem sido eliminadas em vida pelos homens, foram também apagadas pela imprensa e aqui consideramos um silenciamento, o não dito, ao nosso ver, uma forma de violência simbólica (Bourdieu, 2012).

Fazemos todas essas afirmações entendendo as limitações financeiras que o rádio em geral atravessa, ainda mais quando o fato ocorre em cidades da área de abrangência, exigindo deslocamento. Tais limitações resultam em diminuição de trabalhadores e trabalhadoras e recursos para a apuração, mas também entendemos que ao reconhecer um tema de importância, esforços podem ser feitos para dinamizar e fortalecer a cobertura. Acreditamos que quanto mais qualificado o trabalho, melhor é o retorno financeiro. Hoje impera a lógica contrária, de que é preciso economizar na produção da informação, nos parece um erro, não só falando em relação à cobertura deste fenômeno, mas da produção noticiosa em geral. Apropriando-nos da ideia de Raddatz (2009), o rádio está construído sobre uma base profunda, especialmente no seu compromisso de dialogar com o ouvinte e com a comunidade em que está inserida. Assim desejamos que o rádio, especialmente o das comunidades do interior, siga: firme, com compromisso aos direitos humanos e ciente de ser um agente capaz de educar e reeducar cidadãos e cidadãs para um futuro melhor, afinal, retomando a ideia de Quadros (2018) presente na introdução deste trabalho, de que o jornalismo tem a capacidade de organizar a realidade e orientar a vida em sociedade. Acreditamos as narrativas do rádio no interior podem resultar em uma nova organização da realidade, mais igualitária, menos violenta e com relacionamentos mais saudáveis.

¹³ <https://dossies.agenciapatriciagalvao.org.br/femicidio/>

Como pontuamos no início desta dissertação, um dos objetivos é discutir a função do radiojornalismo nesta narrativa. Para nós, está relacionado intrinsecamente ao dever essencial do rádio, que é utilidade pública, de ser companhia às pessoas, de orientá-las sobre a realidade. Portanto, o rádio pode ser um agente de transformação da comunidade, educando para uma cultura de paz, de direitos e de relações sadias.

Desta forma, deixamos, como contribuição, recomendações para que as emissoras do rádio do interior, com reconhecimento de suas particularidades e limitações, reafirmando sua importância e o poder que exerce com o microfone nas comunidades. Ao mesmo tempo, tal poder midiático pode ser utilizado na reeducação das pessoas em relação aos temas de gênero, bem como na educação de crianças e adolescentes ouvintes, que, recorrendo ao clichê, são o futuro da sociedade. Esperamos em um futuro menos violento para todos, especialmente as meninas, com intuito de que cresçam em um mundo onde ser mulher não seja tão perigoso, onde elas tenham direitos, especialmente o direito à vida, diferente do que ocorreu com as vítimas que estudamos respeitosamente neste trabalho. Como salienta Echantz (2007) no livro *Ética do Profissional da Comunicação*, o jornalista tem capacidade de ajudar a promover a transformação das desigualdades, e a violência de gênero é reflexo de uma desigualdade que provoca inúmeros problemas na sociedade, tanto para homens quanto para nós mulheres. Estas recomendações ainda fazem parte da proposta do nosso programa de mestrado, que propõe contribuições para o campo profissional a partir de estudos sobre temas que dialogam diretamente com a comunidade regional e possíveis caminhos para solução de problemas. Tais orientações também constam no Ebook “Rádiojornalismo no interior: sugestões de como fazer”, também escrito por nós neste programa de mestrado. É uma proposta de conhecimento que vá além dos muros da Unipampa e encontre toda a comunidade. Ao nosso ver, é um dos grandes méritos do programa, afinal, o conhecimento só faz sentido se for partilhado, ainda mais um país tão desigual, onde o acesso à universidade ainda é um privilégio. É preciso universalizar, de forma acessível, o que estudamos e debatemos em sala de aula.

O que recomendamos primeiro é não ter medo nem receio da palavra feminicídio. É preciso nomear o crime corretamente. Em segundo lugar, jamais culpar a vítima ou procurar justificativas para o crime. É uma questão ética, mas também importante para mudança do pensamento da sociedade.

A pauta dos feminicídios, bem como da violência em geral, tem que ser divulgada não só pelo aspecto policial e quando acontecem casos. Não é preciso que

uma mulher seja assassinada para que o feminicídio tenha visibilidade nas rádios ou ainda no dia 08 de março. O tema pode fazer parte da pauta do radiojornalismo do interior, tratando do tema por suas causas estruturais, sociais e culturais.

É claro que entrevistas com delegados (as) e integrantes da Polícia Militar são válidas, mas não precisam ser as únicas fontes. Existem outras profissionais que podem ser vozes a serem ouvidas, e aqui as nomeamos enquanto mulheres, como indicativo de que é preciso, também, ouvir mais mulheres na pauta: defensoras públicas, juízas, promotoras de justiça, psicólogas, assistentes sociais, integrantes de coletivos feministas, professoras universitárias, e, quem sabe, em uma abordagem humana e cuidadosa, vítimas que sobreviveram à violência.

A escolha das palavras faz uma enorme diferença. É comum dizer e escrever “ela deixa tantos filhos”. Não, ela não deixa os filhos. Deixar é abandoná-los por escolha. No caso dos feminicídios elas não tiveram a chance de criar seus filhos e filhas por causa do machismo, do direito à vida que foi negado. O que é preciso deixar é essa palavra, que violenta a memória da vítima. Faz mais sentido explicar a realidade, informando que os filhos ficaram órfãos por conta da atitude do homem. Aliás, esse tema é apenas comentado, mas pode ser uma pauta importante, afinal, é grande a quantidade de crianças órfãs de mãe e pai nestes casos, muitas delas viram a mãe ser morta e levarão esse trauma para sempre.

Também podem fazer parte da pauta dados concretos a respeito da violência nos municípios/regiões. As secretarias estaduais de segurança dispõem de indicadores criminais atualizados mensalmente e por município. Se não estiverem visíveis nos sites, podem ser solicitados via Lei de Acesso à Informação. São informações concretas que podem dar a dimensão do problema da violência de gênero e dão credibilidade à pauta.

Outra recomendação é que ao falar do assunto, a rádio utilize o serviço de utilidade pública em divulgar, com frequência, informações que possam ajudar as vítimas, tais como endereços e horários de funcionamento de delegacias, centros de apoio, políticas públicas disponíveis nos municípios, entre outros. De preferência, que essa voz no rádio seja de mulheres, apoiando outras mulheres, apontando caminhos para saírem de relações abusivas que terminam com feminicídios. Essas vítimas, ao ouvirem o rádio, podem perceber que não estão sozinhas.

Ainda é importante, atuar de maneira não sensacionalista, mas também não apagar a memória das vítimas, ainda mais falando em cidades interioranas, onde as pessoas muitas vezes se conhecem. Vale a pena investir tempo para contar a história

dessas mulheres: quem eram, quais seus sonhos, quais suas conquistas antes de morrer, enfim, humanizar a pauta, não só contar “mais um feminicídio”, porque não é somente mais um. É a vida de uma mulher que foi ceifada pela misoginia.

Por fim, todas as narrativas da rádio precisam ser educativas e não machistas, e isso passa por toda a programação, até mesmo nas propagandas, que enfatizam, por exemplo “as ofertas do supermercado para a dona de casa” ou “alô mães, as fraldas estão em promoção”. Estas são alguns exemplos dos inúmeros estereótipos de gênero reforçados pelo rádio e que contribuem para a perpetuação da discriminação de gênero.

Mesmo com as dificuldades de pessoal e financeira, ao passo que as emissoras entenderem a importância desta pauta e da responsabilidade que o radiojornalismo possui na percepção da realidade, o tema irá emergir naturalmente e com periodicidade, assim como ocorre em outros assuntos. Certamente no futuro o radiojornalismo não tenha que noticiar tantas mulheres assassinadas, tantas crianças órfãs, tantas famílias destruídas e tanta dor. Somos esperançosas nesta empreitada e ficamos felizes em tentar contribuir para isso.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUIAR, Leonel Azevedo de. Os valores-notícia como efeitos de verdade na ordem do discurso jornalístico. Intercom, Santos, 2007.

ALBUQUERQUE, Eliana Cristina Paula Tenório de. Entre o global e o local: rádio e identidades culturais no sul da Bahia. Tese (doutorado). Universidade Federal da Bahia, 2014.

ALSINA, Miguel. A construção da notícia. Petrópolis: Vozes, 2009.

ANTUNES, Elton. Acontecimentos violentos, ressentimento e as marcas de uma interpretação. In: FRANÇA, V. R. V.; OLIVEIRA, L. (Org.). Acontecimento: reverberações. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2012.

_____; O que veio primeiro: o jornal ou o jornalismo? In: LEAL, Bruno Souza; ANTUNES, Elton; VAZ, Paulo Bernardo (orgs.). Para entender o jornalismo. Belo Horizonte: Autêntica, 2014.

ANTUNES, Elton; CALDEIRA, Bárbara. Cobertura jornalística e assassinato de mulheres: observando vítimas e agressores, refigurando a violência. 2016. No prelo.

ARAÚJO, Bruno Bernardo. A narrativa jornalística e a construção do real. Documento on line. Disponível em <http://bocc.ubi.pt/pag/araujo-bruno-a-narrativa-jornalistica-construcao-real.pdf>. Acesso em 08/07/2019.

ASSIS, Francisco de. (Org.). Imprensa do Interior: conceitos e contextos. Chapecó: Argos, 2013.

BARBOSA FILHO, André. Gêneros radiofônicos: os formatos e os programas em áudio. São Paulo. Paulinas, 2003.

BARBOSA, Mariana, História cultural da imprensa Brasil - 1900-2000. Ed Mauad. Rio de Janeiro, 2004.

BARBOSA, Marialva. Comunicação: a consolidação de uma interdisciplina como paradigma de construção do campo comunicacional. In: CONGRESSO LATINO-AMERICANO DE BARBOSA FILHO, André. Gêneros Radiofônicos Radiofônicos.

Radiofônicos São Paulo: Paulinas, 2003 FERRARETTO, Luiz Artur. Rádio: o Veículo, a História, a Técnica. P História, a Técnica Porto Alegre: Sagra, 2001.

BARTHES, Roland. Introdução à análise estrutural da narrativa. In: BARTHE, Roland, et al. Análise estrutural da narrativa. 5. Ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

BASTOS, Rogério Lustosa (1999). Ciências humanas e complexidades: projetos, métodos e relatórios de pesquisa: o caos, a nova ciência. Ed/Cefil. ED/UFJF.

BELTRÃO, Luiz. A imprensa informativa. São Paulo: Folco Masucci, 1969. Coleção MassMedia, vol.1.

BERALDO JUNIOR, Benedito Raymundo. Legítima defesa da honra como causa excludente de antijuridicidade. Jus Navigandi, Teresina, ano 8, n. 367, 9 jul. 2004.

BONIXE, Luís. Jornalismo radiofônico e Internet – Um estudo da evolução do uso das potencialidades online nas notícias dos sites da rádio. Comunicação e Sociedade, vol.20, p. 29-41, 2011.

BOURDIEU, Pierre. Sobre a televisão. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

_____. A Dominação Masculina. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

BOURDIN, Alain. A questão local. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

BRAGA, José Luiz. Comunicação, disciplina indiciária. Revista Matrizes, 1(2):73-88. 2008.

BRAGA, José Luiz. Análise performativa. Cem casos de pesquisa empírica. In Braga, José Luiz, Vassallo de Lopes, Maria Immacolata e Martino, Luiz Cláudio (orgs.), Pesquisa empírica em Comunicação – Livro Compós, 2010.

Brasil. Lei Nº 13.104, de 9 de Março de 2015. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/lei/L13104.htm. 2015>. Acesso em: 27/10/2019.

BUITONI, Dulcilia Schroeder. Prefácio. In: AGUIAR, Leonel; SILVA, Paulo e MARTINEZ, Monica (Org). Desigualdades, Relações de Gênero e Estudos de Jornalismo. 1º ed. São Paulo, 2018.

BUTLER, Judith. Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade. 13ª ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

CALDEIRA, Bárbara Lopes. Narrativas de violência, narrativas violentas: reflexões sobre o jornalismo e o assassinato de mulheres em relações de proximidade. In: Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo, 15., 2017, São Paulo. Anais eletrônicos... São Paulo: Universidade de São Paulo, 2017.

CAMPONEZ, Carlos, Jornalismo de Proximidade, Coimbra: Minerva Coimbra, 2012.

CANELA, Guilherme. Pautas ausentes na cobertura da imprensa brasileira: o paradoxo Tostines. In: RAMOS, Silvia; PAIVA, Anabela. Mídia e violência: tendências na cobertura de criminalidade e segurança no Brasil. Rio de Janeiro: IUPERJ, 2007.

CEBRIÁN HERREROS, M. Modelos de radio, desarrollos e innovaciones. Madrid, Ed. Frágua. 2007.

CHAGAS, Luãn J. V.. Jornalismo e Esfera Pública: a cobertura eleitoral de 2014 pelas emissoras de radiodifusão em Guarapuava. Dissertação (Mestrado em Jornalismo). Ponta Grossa: Universidade Estadual de Ponta Grossa, 2016.

_____. Rádio expandido e o jornalismo: as redações radiofônicas na fase da multiplicidade de oferta. Comunicologia. Brasília, v 10, p.29-45, 2017.

CHANTLER, Paul; HARRIS, Sim. Radiojornalismo. São Paulo: Summus, 1998.

CHAPARRO, Manuel Carlos. Pragmática do Jornalismo: buscas práticas para uma teoria da ação jornalística. São Paulo: Summus, 2007.

CIENCIAS DE LA COMUNICACIÓN, 5., 2000, Santiago do Chile. Anais eletrônicos... Santiago do Chile: Asociación Latinoamericana de Investigadores de la Comunicación, Universidad Diego Portales, 2000.

_____. Outsiders: estudos da sociologia do desvio. Tradução Maria Luiza X. de Borges. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008 [1963]

COELHO, Claudio M. Raízes do paradigma indiciário. Texto Livre. Publicação do Núcleo de Estudos e Pesquisas Indiciárias. Vitória, UFES. 2007.

_____. “História e psicanálise: aproximações, diálogos e interfaces”. In: Relatório de Qualificação. Doutorado em História Social das Relações Políticas. Vitória, UFES. GINZBURG, Carlo (2007). O fio e os rastros. São Paulo: Cia das Letras. 2014.

COLLING, Ana Maria. Tempos diferentes, discursos iguais: a construção histórica do corpo feminino. Dourados, MS: Ed. UFGD, 2014.

CORREIA, João (2009) Teoria e Crítica do Discurso Noticioso: Notas sobre Jornalismo e Representações Sociais. Covilhã: Labcom – Universidade da Beira Interior.

CORRADI, Consuelo; MARCUELLO-SERVÓS, Chamei; BOIRA, Santiago; WEIL, Shalva. Theories of femicide and their significance for social research. Current Sociology, 1-21, fev. 2016. Disponível em: http://csi.sagepub.com/content/early/2016/02/02/00113921_15622256.full.pdf+html. Acesso em: 30 set. 2019.

DEL BIANCO, Nélia. Noticiabilidade no rádio em tempos de Internet. Disponível em <http://www.bocc.ubi.pt/pag/bianco-nelia-noticiabilidade-radio-tempos-internet.pdf>. Acesso em 25 de junho de 2019.

DELPLA, Isabela. Entrevista ao O Globo. Disponível em <https://oglobo.globo.com/sociedade/conte-algo-que-nao-sei/isabelle-delpla-filosofa-conceito-de-crime-passional-uma-invencao-13757638>. Acesso em 30 de setembro de 2019.

DORNELLES, Beatriz Corrêa Pires. Jornalismo Comunitário em Cidades do Interior: uma radiografia das empresas jornalísticas. Porto Alegre: Sagra Luzzato, 2004.

_____. O Futuro do Jornalismo nas cidades do Interior. In: ASSIS, Francisco de. (Org.). Imprensa do Interior: conceitos e contextos. Chapecó, SC: Argos, 2013.

ECHANIZ, Arantza, PAGOLA, Juan. Ética do profissional da comunicação. Paulinas, 2007.

ELUF, Luiza. A paixão no banco dos réus. Casos passionais célebres: de Pontes Visgueiro a Pimenta Neves. 3ª ed. São Paulo: Saraiva, 2007.

FAUS BELAU, Ángel. La radio en el entorno cambiante del siglo XXI. In: MARTINEZCOSTA, María Del Pilar (coord). Reinventar La Radio. Pamplona: Eunate, 2001.

FANUCHI, Mario. Entrevista em 25/5/199

FELICE, Mauro. Jornalismo de Rádio , Brasília, Thesaurus, 1981.

FERRARETTO, Luiz Artur. Rádio: o veículo, a história e a técnica. Porto Alegre: Ed Sagra Luzatto, 2001.

FERRARETTO, Luiz Artur. Possibilidades de convergência tecnológica: pistas para a compreensão do rádio e das formas do seu uso no século 21. In: SOCIEDADE BRASILEIRA DE ESTUDOS INTERDISCIPLINARES EM COMUNICAÇÃO: 30º Congresso Brasileiro de Comunicação. Santos, 2007.

FERRARETTO, Luiz Artur. Estruturação da mercadoria das emissoras comerciais sob a convergência: apontamentos para uma economia política da indústria radiofônica. In: Revista Famecos, Porto Alegre: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, v. 21, n. 3, p. 943-965, set.-dez. 2014.

FONTCUBIERTA, Mar. & BORRAT, Héctor. Periódicos: sistemas complejos, narradores en interacción. Buenos Aires: La Crujia Ediciones. 2006.

FONSECA JÚNIOR, Wilson Corrêa da. Análise de mídia sonora. In: DUARTE, Jorge; BARROS, Antonio (Org.). Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

FONSECA, D. H., RIBEIRO, C. G., & Leal, N. S. B. Violência doméstica contra a mulher: realidades e representações sociais. Psicologia & Sociedade, 24(2), 307-314. 2012.

GALTUNG, Johan, RUGE, Mari Holmboe. The structure of foreign news: the presentation of the Congo, Cuba and Cyprus crises in four Norwegian newspapers. Journal of Internacional Peace Research, n.1, 1965.

GARCÍA AVILÉS, José Alberto; CARVAJAL, Miguel. Integrated and Cross-Media Newsroom Convergence Two Models of Multimedia News Production – The Cases of Novotécnica and La Verdad Multimedia in Spain. Convergence: the International

Journal of Research into New Media Technologies. Vol 14(2). pp. 221–239. Sage, 2008.

GARCÍA GONZÁLEZ, Aurora; ROMÁN PORTAS, Mercedes. Radio en la red. In: MARTINEZ-COSTA, María Del Pilar (coord). Reinventar La Radio. Pamplona: Eunate, 2001.

GAYÓN, Mariana B. El color del feminicidio: de los asesinatos de mujeres a la violencia generalizada. El Cotidiano, n. 184, mar-abr 2014, pp. 39-46. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=32530724003>. Acesso em: 06/10/2019.

GENETTE, Gérard. Discurso da narrativa. Lisboa: Veja. 1995.

GOMES, Isabel Solyszko. Feminicídios e possíveis respostas penais: dialogando com o feminismo e o direito penal. In: Periódico do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Gênero e Direito Centro de Ciências Jurídicas - Universidade Federal da Paraíba Nº 01 - Ano 2015.

GUERRA, Josenildo Luiz. Uma discussão sobre o conceito de valor-notícia. In: SILVA, Gislene; SILVA, Marcos Paulo da; FERNANDES, Mario Luiz. (Org.). Critérios de Noticiabilidade: Problemas conceituais e aplicações. Florianópolis: Insular, 2014.

HALL, Stuart. The determination of news photographs. In: COHEN, Stanley e YOUNG, Jock (Orgs.). The manufacture of news: social problems, deviance and the mass media. Beverly Hills: Sage, 1981.

_____. A produção social de notícia: o mugging nos media. In: TRAQUINA, Nelson. Jornalismo: questões, teorias e histórias. Florianópolis: Insular, 2016.

_____. Policing the crisis: mugging, the state and law and order. Londres: Macmillan, 1982.

IJUIM, Jorge Kanehide. O real e o poético na narrativa jornalística. Conexão – Comunicação e Cultura, UCS, Caxias do Sul, v. 9, n. 17, jan./jun. 2010.

KELLNER, Douglas. A cultura da Mídia – estudos culturais: identidade e política entre o moderno e o pós-moderno. São Paulo: EDUSC, 2001.

KISCHINHEVSKY, Marcelo. Métodos de pesquisa qualitativa aplicada à comunicação radiofônica. In: MOURA, Cláudia Peixoto; LOPES, Maria Immacolata Vassalo (Org). Pesquisa em Comunicação. Metodologias e Práticas Acadêmicas. Ed PUC/RS, Porto Alegre. 2016.

_____. Rádio social Uma proposta de categorização das modalidades radiofônicas. In: Nélia del Bianco. (Org.). O Rádio Brasileiro na Era da Convergência. São Paulo: Intercom, 2012.

KISCHINHEVSKY, Marcelo, MODESTO, Cláudia Figueiredo. Interações e mediações Instâncias de apreensão da comunicação radiofônica. Questões Transversais – Revista de Epistemologias da Comunicação, v. 2, p. 12-20, 2016.

KROTH, Maicon. Contratos de leitura: narrativas do cotidiano como estratégia de captura da recepção no rádio. Disponível em: < <http://www.bocc.ubi.pt/pag/bocc-radio-kroth.pdf> > Acesso em: 04 julho. 2019.

KUNSCH, M. K. (Orgs.) Comunicación audiovisual: investigación e formación universitarias. II Colóquio Brasil-Estado Espanhol de Ciências da Comunicación. Universidad de Santiago de Compostela/ INTERCOM, 1999.

_____. Ciberperiodismo em la proximidade. Sevilla: Comunicación Social ediciones y publicaciones, 2008. Lopes, Saint-Clair. Comunicação – Radiodifusão Hoje. Rio de Janeiro, Ed Temário, 1970.

LAGARDE, Marcela. Por la vida e la libertad de las mujeres: fin al feminicídio. Fev. 2004. Disponível em: < <http://www.cimacnoticias.com.mx/especiales/comision/diavlagarde.htm> >. Acesso em: 30 set. 2019

_____. Feminicídio sexual serial em Ciudad Juárez: 1993-2001. Debate Feminista, ano 13, vol. 25. México-DF, 2002.

_____. La cultura del feminicidio en Ciudad Juárez, 1993-1999. Frontera Norte, núm. 23, vol. 12, enero-junio, 2000, pp. 87-117.

LEAL, Bruno Souza. Saber das narrativas: narrar. In: GUIMARAES, César; FRANÇA, Vera (Org). Na mídia, na rua: narrativas do cotidiano. Belo Horizonte: Autentica, 2006.

_____. (2016). Crimes de Proximidade e modos de aproximação: fronteiras narrativas In M.L. Martins; M. L. Correia; P. B. F. Vaz & E. Antunes (Org.), Figurações da morte nos média e na cultura: entre o estranho e o familiar. Braga: Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade. Fernández, Bedía e Cerdá.

LEFEHLD, Neide Aparecida de Souza.; BARROS, Adil Jesus Paes. Projeto de pesquisa: propostas metodológicas. Petrópolis/RJ: Vozes, 1991.

LOPEZ, Débora Radiojornalismo hipermediático: tendências e perspectivas do jornalismo de rádio all news brasileiro em um contexto de convergência tecnológica. LabCom, 2010.

LOPEZ GARCIA, Xosé. Médios locais do futuro e com o futuro. In: LEDO ANDION, M; 2010.

MACHADO, L. Z. Apresentação. In: ÁVILA, T. A. P.; MACHADO, B. A.; SUXBERGER, A. H. G. & TÁVORA, M. F. Modelos europeus de enfrentamento à violência de gênero: experiências e representações sociais. Brasília: ESMPU. p. 11-18. 2014.

MARTIN-BARBERO, Jesús. Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1997.

MARTINO, Luiz Cláudio. Elementos para una epistemologia de la comunicación. In: LOPES, Maria Immacolata; NAVARRO, Raul (Org.). Comunicación, campo y objeto. México: ITESO, 2010.

MARTINEZ COSTA, Maria Del Pilar; DIEZ – UNZUETTA, José Ramon. Lengaje, gêneros y programas de radio: introducion a la narrativa radiofônica. Pamplona: Eunsa, 2005.

MEDINA, Cremilda de A. Entrevista: O diálogo possível. São Paulo: Ática, 1995.

MEDITSCH, Eduardo. 1996. A Especificidade do Rádio Informativo. Lisboa, FCSH/UNL. Tese (Doutorado)

_____. Jornalismo e construção social do acontecimento. In: BENETTI, Márcia; FONSECA, Virgínia Pradelina. Jornalismo e acontecimento. Florianópolis: Editora Insular, 2010.

_____. A Rádio na Era da Informação. Coimbra: Minerva, 1999. _____. O ensino do radiojornalismo em tempos de internet. In: Moreira, Sonia Virginia.; Del Bianco, Nelia. (Org.). Desafios do Rádio no Século XXI. 1 ed. Rio de Janeiro/São Paulo: UERJ/Intercom, 2001.

MELO, Isabelle de Anchieta. Imprensa no Interior – Um jornalismo de proximidade. Disponível em: < <http://observatoriodaimprensa.com.br/diretorio-academico/um-jornalismo-de-proximidade/> > Acesso em: 08 de junho de 2019.

MELO, Jacira Vieira; SANEMATSU, Marisa. Mídia e repercussão de dados sobre a violência contra a mulher. In: VENTURI, Gustavo; GODINHO, Tatau (Org.). Mulheres brasileiras e gênero nos espaços público e privado: uma década de mudanças na opinião pública. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo: Edições Sesc SP, 2013.

MOREIRA, Sonia Virgínia. DEL BIANCO, Nélia R. (org.). Desafios do rádio no século XXI. São Paulo: Intercom, Rio de Janeiro: Uerj, 2001

MOREIRA, Renato (2010). Indiciário e história oral: ferramentas metodológicas interdisciplinares entre a história e o jornalismo. Vitória, Intercom. RODRIGUES, Márcia B. F. (2005). Razão e sensibilidade: reflexões em torno do paradigma indiciário. Dimensões - Revista de História da UFES, Vitória.

MOREIRA, Sonia; DEOLINDO, Jaqueline. Mídia, cidade e “interior”. Revista Contemporânea, nº21, Ano II, Vol1. 2013

MORIN, Edgar. A entrevista nas Ciências Sociais, no rádio e na televisão. In: MOLES, Abraham A. et al. Linguagem da Cultura de Massa. Petrópolis: Editora Vozes, 1973.

MORTON, Emma; RUNYAN, Carol W; MORACCO, Kathryn E. & BUTTS, John. (1998) Partner homicide-suicide involving female homicide victims: A population based study in North Carolina, 1988-1992. Violence and Victims.

MOTTA, Luiz Gonzaga. Jornalismo e configuração narrativa da história do presente. E-compos, São Paulo, ed. 1, dez/2004.

_____. (2007). Análise pragmática da narrativa jornalística. In: LAGO, C; BENETTI, M. (org.). Metodologia de Pesquisa em Jornalismo. Petrópolis: Vozes.

_____. Rumor à uma teoria da narrativa jornalística? In: SOSTER, Demétrio de Azeredo; PICCININ, Fabiana Quatrin. Narrativas midiáticas contemporâneas: perspectivas epistemológicas [recurso eletrônico]. Santa Cruz do Sul: Catarse, 2017.

MUNIZ, Diva do C. G.. Violência de gênero no Brasil: feminicídio, crime hediondo. Labrys, études féministes/estudos feministas, Brasília; Paris, Janvier/Juillet 2016. Disponível em <http://www.labrys.net.br> Acesso em 29/09/2019.

NASI, Lara. Crime no cartão postal: narrativas sobre punição e injustiça em O Globo e Extra. Tese (Doutorado). Universidade Federal de Santa Maria, 2019.

NAZÁRIO, Heleno Rocha. Notícias da travessia: o status fronteiriço nos jornais Folha de São Borja (BR) e Unión (AR). Dissertação (Mestrado). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. 2017

OLIVEIRA, Clara Flores de Seixas. Do pensamento feminista ao Código Penal: o processo de criação da lei do feminicídio no Brasil. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2017.

ORTIZ, Renato. Um outro território. In: BOLAÑO, César R. S. (org.) Globalização e regionalização das comunicações. São Paulo: EDUC/Editora da UFS/INTERCOM, 1999.

ORTRIWANO, Gisela. Radiojornalismo no Brasil: fragmentos de história. Revista USP. Num 22, dez-fev 2002-2003

PASINATO, Wânia. "Feminicídios" e as mortes de mulheres no Brasil. Cadernos Pagu, nº. 37, pp. 219-246, jul-dez de 2011. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-83332011000200008&script=sci_arttext. Acesso em: 28/09/2019.

PASSINI LUCHT, Janine Marques. Os Gêneros Jornalísticos No Rádio. Curitiba, Intercom. 2009.

PEREIRA JÚNIOR, Alfredo Eurico Vizeu. Decidindo o que é notícia: os bastidores do telejornalismo. 3. ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2003.

PILAR, Maria Martínez del. & HERRERA, Susana. Qué son los géneros radiofónicos y por qué deberían importarnos. In: Global Media Journal (em español). Volumen 2,

número 3, primavera 2005, p. 1-9. Disponível em:
http://gmje.mty.item.mx/articulos3/articulo_7.html Acesso em: 29/10/2007

PIRES, Mauro. “O Rádio do meu Tempo”, in Folhetim, Folha de S. Paulo , 24/9/1978.

PRADO, Débora; SANEMATSU, Marisa (org). *Feminicídio: #InvisibilidadeMata*. São Paulo: Instituto Patrícia Galvão, 2017. [Editor] Fundação Rosa Luxemburgo. Disponível em:
http://agenciapatriciagalvao.org.br/wpcontent/uploads/2017/03/LivroFeminicidio_InvisibilidadeMata.pdf. Acesso em: 20\09\2019.

QUADROS, Mirian Redin. *O lugar do ouvinte nas narrativas radiofônicas: concessão de voz e critérios de acionamento dos ouvintes-enunciadores*. Tese (Doutorado). Universidade Federal de Santa Maria, 2018.

RADDATZ, Vera Lúcia Spacil. *Rádio de Fronteira: da cultura local ao espaço global*. 2009. 187f. Tese (Doutorado em Comunicação e Informação) – Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

RAMOS, Silvia; PAIVA, Anabela. *Mídia e violência: tendências na cobertura de criminalidade e segurança no Brasil*. Rio de Janeiro: IUPERJ, 2007.

_____. *Mídia e violência: o desafio brasileiro na cobertura sobre violência, criminalidade e segurança pública*. Cadernos Adenauer, v. IX, n. 4, 2008,

RESENDE, Fernando. (2006). “Jornalismo e enunciação: perspectivas para um narrador jornalista” in LEMOS, ANDRÉ; BERGER, CHRISTA; BARBOSA, MARIALVA(org.) *Narrativas midiáticas contemporâneas*. Porto Alegre: Sulina.

_____. *Representação das diferenças no discurso jornalístico*. Brazilian Journalism Research, v. 2, n. 1, 2009.

_____. *O Jornalismo e suas Narrativas: as Brechas do Discurso e as Possibilidades do Encontro*. Revista Galáxia, São Paulo, n. 18, p.31-43, dez. 2009

RIBEIRO, Galvão. & COUTINHO, Maria Penha de Lima. (2011). *Representações sociais de mulheres vítimas de violência doméstica na cidade de João Pessoa-PB*. *Psicologia e Saúde*, 3(1), 52-59.

RODAL, Asunción Bernárdez. *Mujeres en Medios: propuestas para analizar la comunicación masiva con perspectiva de gênero*. Madrid: Editorial Fundamentos, 2015

RUSSEL, Diana; HARMES, Roberta. *Femicide in global perspective*. New York: Teachers College Press, 2001.

SAAD, Maria Amélia Pedro. *A trama das mulheres invisíveis: análise da abordagem de feminicídio íntimo*. Dissertação (Mestrado). Instituto Nacional de Saúde da Mulher, da Criança e do Adolescente Fernandes Figueira, Rio de Janeiro, 2018.

Saffioti, Helena. (1979). *A mulher na sociedade de classe*. Petrópolis, Ed. Vozes.

_____. *Rearticulando gênero e classe social*. In: OLVEIRA, A.; BRUSCINI, C. (Org.). *Uma questão de gênero*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992.

SANTA'ANNA, Francisco. *Radiojornalismo no Brasil, um jornalismo sem jornalistas*. *Líbero*. Ano XI – nº22 – Dez 2008.

SANTAELLA, Lúcia. *Comunicação e pesquisa – projetos para mestrado e doutorado*. São Paulo: Hacker Editores, 2001.

SANTOS, Maria Inês Detsi de Andrade. *Gênero e Comunicação: o masculino e o feminino em programas populares de rádio*. São Paulo: Annablume, 2004.

SARDENBERG, Cecília; COSTA, Ana Alice. *Feminismos, feministas e movimentos sociais*. In: BRANDÃO, M.; BINGEMER, M (Org.). *Mulher e relações de gênero*. São Paulo: Loyola, 1994.

SCHLESINGER, Philip. *Os jornalistas e a sua máquina do tempo*. In: TRAQUINA, Nelson. *Jornalismo: questões, teorias e "estórias"*. Lisboa: Vega, 1993.

SEGATO, Rita Laura. *Femi-geno-cidio como crimen en fuero internacional de los Derechos Humanos: el derecho a nombrar el sufrimento en el derecho*. In: *Una Cartografía del Femicidio en las Américas*. México, 2010.

SILVA, Marconi (2007). "A notícia como narrativa e discurso" in *Estudos em Jornalismo e Mídia*, v.4, no. 1. Universidade Federal de Santa Catarina: Florianópolis.

(disponível online em: [http:// journal.ufsc.br/index.php/jornalismo/issue/view/335/showToc](http://journal.ufsc.br/index.php/jornalismo/issue/view/335/showToc) – consultado em: 20/07/2019).

SOARES, Gláucio Ary Dillon. Matar e, depois, morrer. Revista Opinião Pública, Campinas, Vol. VIII, nº2, pp.275-303, 2002.

TRAQUINA, Nelson. Jornalismo: Questões, Teorias e “estórias”, 2a ed, Lisboa: Vega. 1999.

TRAQUINA, Nelson. Teorias do jornalismo, porque as notícias são como são. Florianópolis: Insular, 2005.

_____. As notícias. In: TRAQUINA, Nelson (org). Jornalismo: questões, teorias e “estórias”. Lisboa: Veja Ltda, 1993.

_____. Introdução [As estórias]. In: _____. Jornalismo: questões, teorias e estórias. Florianópolis: Insular, 2016.

_____. Teorias do Jornalismo. A tribo jornalística – uma comunidade interpretativa transnacional. Florianópolis: Insular, 2005

TOIGO, Daliane Mayellen. Breve análise das teses defensivas da legítima defesa da honra e da privilegiadora da violenta emoção no tribunal do júri em homicídios passionais praticados por homens contra mulheres. In: Unoesc & Ciência – ACSA, Joaçaba, v. 1, n. 1, p. 13-20, jan./jun. 2010

TUCHMAN, Gaye. La producción de la noticia. Estudio sobre la construcción de la realidad. Barcelona. Editorial Gustavo Gilli, 1983.

VIZEU, Alfredo. O newsmaking e o trabalho de campo. In: LAGO, Claudia; BENETTI, Márcia (Org.). Metodologia de pesquisa em jornalismo. Petrópolis: Vozes, 2008.

WEDELL, George; CROOKES, Philip . Radio 2000: The Opportunities for Public and Private Radio Services in Europe Oct 31, 1991.

WOLF, Mauro. Teorias das comunicações de massa. Tradução: Karina Janini. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2009.

WOLF, Mauro. Teorias da Comunicação. Lisboa: Presença, 1992

WOLF, Mauro. Teorias da Comunicação. 5ª ed. Lisboa: Presença, 1999.

ZUCULOTO, Valci Regina Mousquer. No ar – a história da notícia de rádio no Brasil. Florianópolis: Insular, 2012.

ZUCULOTO, Valci Regina Mousquer. As perspectivas do rádio na sociedade da informação: reflexões sobre a programação das emissoras públicas. In: XXVII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, Porto Alegre. 2004.

Informamos que toda a transcrição é literal às palavras.

APÊNDICE A – Caso Júlia Graciela Correia, de 19 anos, assassinada em Venâncio Aires, região Central do Rio Grande do Sul no dia 05 de maio. Fonte: Rádio Venâncio Aires, programa Jornal do Meio Dia – 12H30min.

Repórter: Venancio Aires volta a registrar um caso de feminicídio. Na tarde de ontem, Julia de Matos Correia, de 19 anos, com golpes de enxada, na casa onde morava com a família na Linha Coronal Brito. O suspeito, companheiro dela, André dos Santos Nepomuceno, de 30 anos, natural de Canoas, fugiu após o crime.

Na manhã de hoje, o corpo dele foi encontrado enforcado em uma árvore em um matagal em uma fazenda a cerca de 1km da casa onde ocorreu o crime, próximo ao IF Sul. Pra chegar ao local, os policiais civis utilizaram um trator, devido ao difícil acesso para remoção do corpo. O delegado Felipe Cano lamentou mais um caso de violência contra a mulher,

Delegado Felipe: Infelizmente mais um caso envolvendo violência doméstica. Um casal que termina sua história de maneira bastante trágica né, nós já tivemos outras historias semelhantes no município, infelizmente, Fica aí a questão policial se encontra praticamente resolvida porque temos ai, um crime, temos o autor morto, a princípio todos os elementos indicam nesse sentido. Claro nós vamos ter um inquérito policial pra tirar alguma aresta de possível dúvida que possa existir, mas a situação é praticamente resolvida, Fica aí a questão ruim né pra familiares, de filhos e parentes né. Infelizmente a situação é essa.

Repórter: é delegado Venâncio Aires é palco desse crime que mais uma vez ganha repercussão inclusive no estado né

Delegado Felipe: Infelizmente estamos ai nós de novo nas manchetes no estado por um fato bastante lamentável né. Quem teve ontem como eu tive no local do crime ali conversando com os parentes, conversando com os familiares, percebe e sente a situação bastante pesada, ruim que fica para os familiares.

Repórter: esse fato inicial o senhor esteve ontem, a cerca de 1km deste ponto onde foi encontrado o corpo do André. O cenário lá do crime, os desdobramentos, de que a polícia pode apurar?

Delegado Felipe: Ontem nos tivemos no local, foi chamada a perícia técnica do IGP, compareceu também fez levantamento fotográfico, fez todos os levantamentos de local, foram ouvidas pessoas todas que estavam no local, no momento se encontravam o pai da vítima, o irmão menor o filho também, todas as pessoas ali envolta. Foi realizado buscas naquele momento, que não lograram êxito, Então agora a gente aguarda a vinda desse laudo pericial pra juntar ao nosso procedimento, mas como eu disse, haverá algumas oitivas de pessoas durante essa semana pra que a gente possa fechar de fato e confirmar tudo isso que a gente tá dizendo, que esse sujeito é o autor do crime.

Repórter: Já o delegado Vinicius Lourenço de Assunção também esteve no local e falou sobre o crime à reportagem da RVA

Delegado Vinicius: mais um caso ai na cidade, no Brasil né, que tem sido campeão nesses crimes de violência contra a mulher. Tivemos ai na data de ontem o assassinato dessa mulher por parte do marido, do companheiro, enfim e hoje encontramos o corpo nesse matagal aqui no interior de Venancio Aires. Um cenário bastante triste e nós lamentamos o ocorrido e a gente espera que as pessoas consigam modificar a maneira de pensar e entender que o homem não é dono da mulher e que a mulher não é uma propriedade e que isso não pode ser feito. Pra nós é motivo de muita tristeza quando a gente vê uma família que acabou por um ato impensado de um indivíduo. Deixou filhos pequenos, uma cena muito trágica, ontem quem atendeu a cena, pelas informações que eu colhi, a cena foi bastante revoltante, inclusive e nós lamentamos muitíssimo. Mas agora o que se tem que fazer é encaminhar o corpo à necropsia. Nós vamos remover o corpo, estamos tendo bastante trabalho pra remover aqui dessa localidade bastante inóspita, mas agora o corpo vai ser encaminhado, o inquérito de certa forma concluído da maneira mais triste possível.

Repórter: o corpo de André dos Santos Nepomuceno de 32 anos foi encaminhado ao DML ainda nesta manhã em Santa Cruz. Já a vitima Julia Graciela Correia, de 19 anos, será sepultado agora à tarde no cemitério da linha Ponte Queimada. O casal tem um filho de 3 anos, que assim como pai, a mãe e o irmão dela, também presenciou o crime. Infelizmente mais uma vez Venâncio Aires vira manchete no estado por causa de feminicídios. Hoje pela manhã veículos de comunicação estavam na cidade pra acompanhar o caso. A cidade já havia sido destaque após o primeiro caso de feminicídio do Brasil após a sanção da lei em março de 2015. Dias após a lei vigorar, Julio Cesar

Kuntz matou a ex-companheira no saguão de emergência do hospital São Sebastião Martir, sendo o primeiro caso desta natureza no país. Mas diferente deste caso, Kuntz foi condenado a 28 anos e quatro meses e hoje ainda cumpre pena pelo crime.

Matéria no site 1 ¹⁴

Polícia procura suspeito de feminicídio em Venâncio

Brigada Militar realiza buscas pelo suspeito. Informações podem ser repassadas pelo fone 190

Um caso de feminicídio foi registrado na tarde deste domingo em Venâncio Aires. Júlia Graciela de Mattos Corrêa, de 19 anos, foi morta por enxadadas pelo ex-companheiro. Segundo informações repassadas pela Brigada Militar, uma viatura foi acionada para atender uma ocorrência de violência doméstica, em Linha Coronel Brito, por volta das 15h30min. Chegando no local, a guarnição se deparou com a vítima já sem vida. Os familiares informaram para os policiais militares que a jovem havia retornado de Montenegro, onde morava com o companheiro, após a separação. O homem, que não aceitava o fim do relacionamento, já possuía antecedentes por ameaça à outra mulher. O suspeito, identificado como André dos Santos Nepomuceno, que reside em Montenegro, fugiu a pé, tem pele clara, aparenta ter entre 70 e 80kg, cabelo castanho, cerca de 1,60m e pode tentar pegar carona na rodovia. Qualquer informação pode ser repassada para a Brigada Militar pelo 190.

Matéria no site 2 ¹⁵

Suspeito de feminicídio é encontrado morto em interior de fazenda em Linha Coronel Brito

André dos Santos Nepomuceno é suspeito pela morte a enxadadas de Júlia Graciela de Mattos Correa

Um corpo foi encontrado na manhã desta segunda-feira no interior de uma fazenda, em Linha Coronel Brito. Informações dão conta que é do suspeito por matar a ex-companheira a enxadadas na tarde deste domingo. André dos Santos Nepomuceno era procurado pela Brigada Militar desde a tarde do domingo, 05, após a morte de Júlia Graciela de Mattos Correa. Segundo informações, ele não aceitava o fim do relacionamento e teria matado a jovem a enxadadas. A região da fazenda onde o corpo foi encontrado, por um funcionário, é de difícil acesso, fica cerca de 1km de distância da estrada e é necessária a passagem por arroio para chegar até o local. A Polícia Civil se encontra na fazenda para averiguar os fatos.

Relembre o caso

Mais informações ao longo da programação

¹⁴ <https://www.portalrva.com.br/portalrva/index.php?key=15748&p=detalhe>

¹⁵ <https://www.portalrva.com.br/portalrva/index.php?key=15754&p=detalhe>

APÊNDICE B - Caso Nélia Bertha Golmann, 52 anos, assassinada na zona urbana de Venancio Aires, região central do Rio Grande do Sul no dia 12 de maio. Fonte: Rádio Venâncio Aires.

Programa Jornal do Meio Dia – 12h30min.

Delegado: Boa tarde GP, boa tarde ouvintes. Infelizmente estamos diante de mais um fato grave em nossa cidade, um feminicídio seguido de suicídio. Nós atendemos por volta das 11h, nós fomos acionados, estivemos no local e realmente se constatou que o indivíduo, ele, um senhor de 62 anos, que já tinha tendo problema de relacionamento com a esposa, o casal não vinha de acertando muito bem, né, cogitava-se a separação, ao que tudo indica, ele acabou não aceitando a separação, a decisão tomada pela sua esposa e acabou vindo aí a cometer essa tragédia, acabou utilizando uma arma, que foi apreendida e acabou alvejando essa senhora a tiros e depois acabou cometendo suicídio.

Locutor: é, ele.

Delegado: o fato foi..oi?

Locutor: pois não, delegado, prossiga

Delegado: o fato acabou chegando ao nosso conhecimento através de um vizinho, que tentou contato com o casal, que morava ali junto uma senhora, mãe da falecida e por não conseguir contanto ele acionou o filho da vítima. Aí o filho da vítima entrou na casa e percebeu que a porta do quarto do casal estava trancada e ao arrombar ele se deparou com essa cena trágica que a todos nos comove.

Locutor: foi no quarto do casal?

Delegado: sim

Locutor: eles estavam separados ou continuavam morando juntos?

Delegado: eles estavam morando juntos, mas pelas informações colhidas até então estavam em vias de separação.

Locutor: uhum. Delegado, algum registro de violência doméstica feito pela mulher, neste caso, pela vítima?

Delegado: não, não registro, pra nós o caso é..a questão é que segundo o relato das pessoas que foram ouvidas, o indivíduo ele ameaçava cometer suicídio, ele não teria aventado a possibilidade de cometer violência contra ela e a vítima acabou não comparecendo na delegacia pra fazer registro. Ela não acreditava que ele pudesse ser capaz de fazer algo tão..é..ruim né, algo tão atroz.

Locutor: é o senhor nos repassou oficialmente aqui os nomes. Ele Aurimar Golmann, de 62 anos e ela, a vítima, Nelia Bertha Golmann, de 56 anos. Há uma semana nós tínhamos um caso semelhante, inclusive acompanhávamos o trabalho policial e uma semana depois mais um caso de homem que mata a mulher e comete suicídio, numa situação muito semelhante ao caso da semana passada ai na linha Coronel Brito, onde também não havia registros de ameaças pela ex companheira contra o home né delegado.

Delegado: é, estas situações são bastante tristes né , porque elas acabam chegando ao conhecimento da polícia depois que o fato já tá consumado. Enfim, é uma pena que nós ainda tenhamos pessoas com esse pensamento possessivo, possuidor, as pessoas não conseguem entender ou respeitar as decisões individuais dos seus companheiros, namoradas, parceiros, e nos causa, nos causa realmente, revolta. Os homens né, acabem cometendo esse tipo de crime, né, ceifando uma vida e acabando posteriormente com a sua própria vida, deixando filhos, netos, familiares, enfim, uma série de pessoas órfãs, não só com o indivíduo que tomou essa decisão absurda, mas também com a vítima, com a companheira, muitas vezes companheira de muitos anos, nós temos a informação de que esse casal mantinha um casamento que avançava 30anos de relacionamento. Como um indivíduo é capaz de cometer uma atrocidade dessas depois de conviver mais de 30anos com uma pessoa e chegar ao ponto que chegou.

Locutor: esse casal tem filhos mais adultos já ne?

Delegado: Sim, dois filhos mais adultos.

Locutor: Com quantos tiros ele matou a mulher delegado? Foi possível perceber já ou o senhor acionou a perícia?

Delegado: Os corpos estão sendo encaminhados ao DML que vai fazer a análise corpórea, na região corporal, pra ver né o disparo, onde foi alvejado. Mas percebe-se que ela foi morta com um disparo na região do rosto e ele também. Ele havia

provavelmente errado o primeiro disparo nele mesmo e depois acabou acertando. Foi feito usado de arma longa, provavelmente calibre 28. Agora vamos fazer com a apreensão da arma nós vamos ter certeza disso, mas muito provavelmente ele tinha praticado esse crime enquanto ela dormia.

Locutor: Possivelmente esse crime aconteceu no fim da manhã madrugada e descoberto somente a cerca de uma hora?

Delegado: Eu acredito que tinha sido feito de manhã, ainda na madrugada, amanhecendo, porque foram dois disparos né e pelo fato de ninguém ter ouvido, embora seja uma área até urbana, as pessoas não, acabaram não acionando a polícia, mesmo, porque normalmente ouvem e acionam. Neste caso, peculiarmente acabou que ninguém, nem um vizinho ouviu os disparos que foram realizados no interior da residência. Acredito que tenha sido na madrugada, início da manhã.

Locutor: Um casal que trabalhava, eram aposentados, enfim, ou não se tem?

Delegado: É..ele aposentado, ela em vias, não tenho certeza, agora não recordo.

Locutor: Claro, não, mas, lamentamos né delegado. Depois de um fim de semana tão tranquilo aqui em Venâncio Aires nós começamos a semana com essa notícia de um homem que mata a mulher e depois comete suicídio no bairro Gressler. Uma triste realidade né delegado. Venâncio entra pra essas estatísticas negativas no estado. Venâncio tem aparecido, infelizmente, nestes levantamentos a partir da violência doméstica né.

Delegado: É, é uma estatística que nós não gostaríamos de estar liderando né, e a gente espera que as pessoas tomem consciência de que nós vamos ter que mudar de atitude com relação às nossas companheiras. Se a questão não está dando certo, se o relacionamento não dá certo, não há problema nenhum em se separar, em estabelecer um fim na relação sem a necessidade de qualquer tipo de violência, pra que a gente evite novas tragédias desta natureza se repitam, é muito ruim isso para as famílias, esse ato impensado com certeza se a pessoa refletir um pouco mais sobre esse assunto ela vai ver que tá fazendo um mal enorme pra si mesma, pra família, pra aquele que estão ficando, que estão sendo deixados em virtude desses fatos. É importante que seja reflexiva, que a pessoa atende mais para as consequencias dos seus atos, talvez isso seja

capaz de mudar um pouco as nossas estatísticas em Venâncio Aires que temos observado.

Matéria 1¹⁶

Homem mata a mulher e depois comete suicídio no bairro Gressler

Caso ocorreu no fim da manhã desta segunda, 13, na residência do casal na rua Emiliano de Macedo

Uma semana após um caso de feminicídio, Venâncio Aires volta a registrar um caso semelhante nesta segunda, 13. Em uma residência, na rua Emiliano de Macedo, no bairro Gressler, um homem matou a esposa e depois cometeu suicídio.

Segundo informações do delegado Vinicius Lourenço de Assunção, Aurimar Golmann, de 62 anos, matou a esposa Nélia Bertha Golmann, de 56 anos, a tiros e depois cometeu o suicídio. O crime foi dentro do quarto do casal. Uma espingarda calibre 28 foi apreendida pela polícia.

Ainda segundo o delegado, o homem não aceitava o fim do relacionamento. Eles eram casados há mais de 30 anos. Os corpos serão encaminhados ao Departamento Médico Legal em Santa Cruz do Sul.

Na semana passada, um homem de 32 anos havia matado a companheira de 19 anos e também se matado na Linha Coronel Brito.

Matéria 2¹⁷

Acompanhe a entrevista do delegado sobre o caso de feminicídio registrado nesta segunda-feira em Venâncio Aires

Caso foi registrado na manhã desta segunda-feira no bairro Gressler

Nesta segunda-feira, 13, um homem matou a esposa e depois cometeu suicídio. Segundo informações do delegado Vinicius Lourenço de Assunção, Aurimar Golmann, de 62 anos, matou a esposa Nélia Bertha Golmann, de 56 anos, a tiros e depois cometeu o suicídio. O crime foi dentro do quarto do casal.

[Relembre o caso](#)

Ouçã a entrevista realizada com o delegado Vinicius Lorenono de Assunção sobre o caso:

¹⁶ <https://www.portalrva.com.br/portalrva/index.php?key=15794&p=detalhe>

¹⁷ <https://www.portalrva.com.br/portalrva/index.php?key=15795&p=detalhe>

APÊNDICE C – Caso Luciele da Rosa Ferreira, 25 anos, assassinada em Santo Ângelo, região das Missões/RS, em 05 de junho de 2019. Fonte: Rádio Sepé, programa Aldeia Global, 8h.

A dupla começa a falar do caso em uma mistura de notícia e comentários.

Locutor 1: E um fato lamentável na comunidade de Santo Ângelo, ainda chocada com um crime bárbaro ontem no bairro Jardim, zona leste da cidade, quando Luciene Ferreira, uma jovem ainda, de 24 pra 25 anos, foi executada, dizer assim, uma execução na frente dos filhos né.

Locutor 2: um crime chocante né....e a gente comentava antes do programa, a situação dessas crianças, a mulher foi morta na frente dos filhos. Uma criança de nove, uma de sete e outra de três anos. Imagina o reflexo desse crime na mente das crianças, os transtornos que vão causar e chocou a cidade..e mais uma vítima né Paulo, eu estava analisando uma matéria do ano passado, com a delegada Elaine, de vários casos de violência que foram assassinadas pelos ex, e muitas vezes em casos envolvendo consumo de droga, desempregados, homens sustentados pelas mulheres, então famílias desagregadas.

Locutor 1: Femicídio é um homicídio, né pra informar.

Locutor 2: Mas é que ele é contra a mulher.

Locutor 1: Sim, mas é causado por passionalidade, violência doméstica

Locutor 2: Exatamente, e você percebe a questão da destruturação familiar, em muitos casos são ex-companheiros que não aceitavam a separação e também por trás tem disso ai a destruturação familiar.

Locutor 1: E também ontem esse fato chocou e posteriormente já um número alto, condenável, de fotografias circulando nas redes sociais com a vitima caída ao solo, na rua, lá no bairro.

Locutor 2: Isso demonstra muita falta de sensibilidade e respeito com a família. Imagina vê uma foto dessas. Bem complicado.

Depois, no espaço do plantão policial, o repórter da área de polícia entra ao vivo no programa, direto da Delegacia Especializada no Atendimento à Mulher e entrevista a

delegada Elaine Maria da Silva. O repórter é chamado pelo locutor 1: “Continua repercutindo e a polícia está trabalhando no caso da Luciene que foi assassinada ontem no começo da tarde, na zona leste. Luis Cabrera nos atualiza”.

Pergunta repórter: Pois é como estou neste momento da delegada Eliane Maria da Silva, titular e que atende muitas ocorrências e ontem foi morta com tiro na cabeça, a vítima Luciele. Tão logo aconteceu o fato estiveram presentes no local com as equipes. Delegada é um crime que choca bastante que as crianças presenciam os fatos e presenciaram esse crime.

Resposta delegada: Um crime contra a vida sempre é considerado grave né, o fato de as crianças estarem junto é agravante. Na verdade agrava mais ainda na situação em que acabar com a vida de uma pessoa pra nós é um dos crimes mais graves que pode acontecer. Infelizmente nós tivemos esse caso ontem, fazia dois anos que nós não tínhamos caso de feminicídio aqui no município.

Pergunta repórter: delegada, tão logo aconteceu o crime as equipes da polícia civil, da própria Brigada foram ate local, e lá, como foi o trabalho?

Resposta delegada: Na verdade esse primeiro atendimento é feito pela delegacia de pronto atendimento, mas devido às circunstâncias do fato, por se tratar de um feminicídio, nós fomos comunicados e como esse inquérito policial será instruído aqui pela Deam, nós nos deslocamos para as investigações preliminares.

Pergunta repórter: e a senhora apurou então que o suspeito seria o namorado que havia há pouco tempo havia terminado o relacionamento?

Resposta delegada: É, as diligencias criminais indicam neste sentido. Testemunhas, aqui a gente não vai por quem são elas, mas em contato com testemunhas nós tivemos o relato de quem seria esse namorado, alguém que ela tinha namorado um ano, mas que teria havido um rompimento, não sabemos exatamente quais dias, mas em decorrência de uma agressão física que ela já teria sofrido do namorado, mas que ele estaria digamos assim, rondando a casa a casa e vigiando ela, e tentando manter contato. Logo que após o crime ele empreendeu fuga, a Brigada Militar realizou diligencias e na metade da tarde então ele próprio ligou pra Brigada e se entregou e assim foi autuado em flagrante. Mas enquanto isso nós já estávamos ouvindo as testemunhas, que depois serviram pra de documento pra instruir esse flagrante e foram indicados indícios suficientes, tudo

indica que seja ele o autor desse feminicídio. Ele foi autuado e levado em flagrante para o presídio.

Pergunta repórter: o suspeito, ele confessou o crime?

Resposta delegada: Não, ele negou autoria, ate falou que brigaram, mas negou, ele nega qualquer envolvimento.

Pergunta repórter: o que ele alega?

Resposta delegada: Eu não estou com o depoimento dele aqui agora, a oitiva foi ontem à noite, eu conversei com ele informalmente, mas o que esta é que ele estava com o advogado, mas não sei dizer o que ele alegou, mas sei que ele negou a autoria desse crime.

Pergunta repórter: quando ele ligou para o 190, ele se apresentou com um advogado?

Resposta delegada: Na verdade ele ligou porque ele se sentiu acuado porque teriam dois indivíduos que estavam na residência de familiares e não onde reside, ele reside em outro município com os pais. Mas ontem ele estaria lá e se sentiu acuado e com medo, de pessoas armadas, e acabou se entregando e apresentado, nós já tínhamos iniciado os trabalhos, com indícios suficientes para a prisão.

Locutor 2: Informações dão conta que no momento, ele estaria de capacete?

Resposta delegada: Ele, já havia ocorrido o assédio anterior, então mesmo com o capacete já tinha as características dele, haviam pessoas próximas, mas ele foi visto.

Pergunta locutor 2: as próprias vestimentas.

Resposta delegada: Sim, também, as que ele vestia condiziam com as que foi visto no local.

Pergunta locutor 1: e a senhora tá tipificando como feminicídio.

Resposta delegada: Sim, nesse caso sim, porque todos os elementos indicam. Vejam bem: eles tinham um relacionamento, conturbado, segundo a família e houve um término em razão de agressão, de sentimento de posse, e ele estava rondando ela, e ela não quis mais voltar, possivelmente, isso ainda não está nos autos, mas tudo leva a crer

que ele acabou matando porque ela não queria retomar esse relacionamento, todos os indícios vão nesse sentido.

Pergunta locutor 1: já havia uma violência doméstica então?

Resposta delegada: Sim, já havia uma violência doméstica anterior, inclusive a vítima teria sido orientada a fazer registro policial, mas ela não chegou a fazê-lo.

Pergunta locutor 1: Tá certo então, e alguma dessas crianças tinha relação com o suspeito?

Resposta delegada: Não, elas são filhas de outros relacionamentos.

Pergunta repórter: então a delegada deve concluir em breve o caso.

Resposta delegada: sim, temos o prazo e 10 dias e encaminhar ao poder judiciário.

Pergunta repórter: com qualificadoras?

Resposta delegada: Sim, é um qualificadora, pela circunstâncias qualifica o crime, na frente das filhas dela, é um agravante e agrava a pena e eleva até de um terço até a metade.

Pergunta locutor 2: Delegada, estão nos perguntando aqui, muita preocupação com os filhos, como será o trabalho com eles?

Resposta delegada: Elas nem estavam mais, não tivemos contato, elas haviam sido retiradas, o que é correto, pra preservar e elas estão com familiares então certamente serão encaminhada ao processo judicial. Isso não faz parte do nosso trabalho, mas isso vai ter sim o encaminhamento e oferecemos o trabalho de assistência em parceria com a universidade.

Pergunta locutor 1: o suspeito tem emprego, ele faz o que da vida?

Resposta delegada: Não trabalha, ele está desempregado e ele é jovem até, tem 28 anos.

Pergunta locutor 1: e ele não tem nenhum antecedente? ele só estava com o sentimento de acuado, tentou preservar a vida dele?

Resposta delegada: Ah sim, nesse momento sim, ele sentia um risco considerável de morte e realmente me pareceu que ele só chamou a Brigada porque ele estava temeroso nessa situação e viu nessa a única forma de sair.

Pergunta locutor 1: a senhora pode ouvi-lo novamente?

Resposta delegada: Pode acontecer, se precisar esclarecer mais fatos ele será ouvido novamente.

Repórter: agradecemos gentilmente à delegada, lembrando que o corpo está sendo velado hoje à tarde será o enterro.

Imediatamente à informação o repórter lê as ofertas do supermercado.

Na volta ao estúdio, os locutores comentam o caso.

Locutor 1: Todos os elementos, como disse a delegada, levam a conclusão que o suspeito é o autor do feminicídio, do crime. Agora o que deixa a gente completamente intrigado, se isso se comprovar, ai pega o elemento, que é a linguagem policia, porque não dá pra chamar de outro adjetivo, ai pega lá, o elemento e executa a namorada na frente dos filhos, dois tiros, ai foge e fica com medinho da vida dele? Fica com medinho ai liga pra polícia lhe proteger? Que covardia!

Locutor 2: São vários casos, mas os elementos são comuns. Você pega o aspecto dela. Viúva, uma mulher jovem, com três filhos, a gente não sabe a situação financeira dela, mas vê assim, ela tem um histórico. O marido foi morto, o Mauro Pasotini, e do outro lado o suspeito, desempregado, um homem que não aceitou o fim do namoro. Então os elementos são sempre os mesmos.

**A emissora não divulgou o caso no site.

APÊNDICE D – Caso da Vítima não identificada, 40 anos, assassinada em Rosário do Sul, cidade localizada na Fronteira Oeste do Rio Grande do Sul em 2 de setembro. Fonte: Rádio Marajá.

Delegada: Em relação à ocorrência, nesse momento a equipe de investigação, nesse momento realiza prisão do suspeito, foi solicitada se iniciou um trabalho de investigação e as provas apontam até o momento para feminicídio, o companheiro da vítima teria agredido a vítima e aí a vítima e ao longo da semana foi piorando a sua condição de saúde e acabou indo a óbito. A equipe trabalhou incessantemente para que pudesse buscar elementos, né, que pudessem subsidiar o pedido de prisão, que foi feito e deferido pelo poder judiciário que prontamente atendeu a solicitação da Polícia Civil e estamos satisfeitos com o trabalho até então. As investigações continuam, pra que se possa apontar todas as causas e que se possa buscar, e se possa buscar outras eventuais responsabilizações, mas as provas até o momento apontam exatamente para o feminicídio, um delito grave, mas que infelizmente tem sido uma constante em todo o estado, considerado que os crimes de violência tem ganhado cada vez mais repercussão e infelizmente tem sido uma realidade por n motivos.

**O site não dispõe de mecanismos de buscas de notícias antigas, nem mesmo por pesquisa de palavras no Google.

APÊNDICE E - Caso Glacir Terezinha Souza, 38 anos, assassinada em Ijuí, região Noroeste do RS, no dia 07 de setembro. Fonte: Rádio Progresso, programa “O assunto é”, 8h.

Locutor 1: Outro fato que chamou a atenção, no sábado, foi um feminicídio, seguido de um suicídio, lá, no interior aqui, do município de Ijuí, aonde o marido matou a esposa, segundo a polícia essa é a principal linha de investigação e depois cometeu o suicídio. A esposa Glacir Thecker e o marido agora me fugiu o nome dele, mas vastamente conhecido lá das agroindústrias Tchecker.

Locutor 3: eles estavam no carro?

Locutor 1: sim, eles estavam em um carro, os corpos abandonados.

Locutor 3: lamentável né

Locutor 2: sim, pessoas bem relacionadas

Locutor 1: Gilberto Thecker, lembrei.

Locutor 3: teve um fato assim ontem na região de Porto Alegre, agora não lembro a cidade, o homem é suspeito de matar a companheira e se suicidar.

Matéria¹⁸

Polícia investiga caso de feminicídio seguido de suicídio, em caso de casal encontrado morto no interior de Ijuí

A 27ª Delegacia da Polícia Civil segue trabalhando na linha de feminicídio seguido de suicídio no caso de casal encontrado morto no último sábado (07), na localidade da Linha 7 leste, em Ijuí. De acordo com o delegado Ricardo Miron, o filho do casal e o Policial Militar que atendeu a ocorrência, já prestaram depoimento. A Polícia Civil aguarda o resultado pericial que deverá ser divulgado na semana que vem.

Os corpos de Gilberto Tiécher, 51 anos, e Glacir Terezinha Souza Tiécher, de 38 anos, foram encontrados em uma estrada vicinal. A principal suspeita é que o homem tenha

¹⁸ <https://www.radioprogresso.com.br/policia-investiga-feminicidio-seguido-de-suicidio-em-caso-de-casal-encontrado-morto-no-interior-de-ijui/>

matado a esposa com golpe de faca e depois teria cometido suicídio. Gilberto e Glacir deixaram três filhos, de 18 e 14 anos e uma criança de três.

APÊNDICE F - Caso Glacir Terezinha Souza, 39 anos, assassinada em Ijuí, região Noroeste do RS, no dia 07 de setembro. Fonte: Rádio Repórter, programa Fatorama, 7h. O locutor não comenta o caso, que é anunciado pelo repórter no estúdio, em meio às demais notícias policiais do final de semana.

Repórter: Também se assuntos relacionados à segurança pública, fato ocorrido na madrugada do sábado, o casal inclusive, enterrado no sábado à tarde, homem identificado como Gilberto Tcheker, 53 anos e a mulher Glacir Tcheker, 38. O homem acabou matando a sua esposa e depois cometeu o suicídio. Eram 4h da manhã, proximidades da propriedade do casal da Linha Sete Leste.

**** A rádio não divulgou o caso no site.**

APÊNDICE G – Caso Marilene Bernieri, 60 anos, assassinada na cidade de Sertão, região Norte do RS no dia 23 de setembro. Fonte: Rádio Sideral, programa Olho Vivo, 9h.

Repórter: Outra informação que a gente tem ainda extraoficial e estamos tentando apurar no momento, é de uma ocorrência de feminicídio durante a noite no município de Sertão, com vítima fatal, a princípio envolvendo feminicídio de violência contra a mulher. Uma informação bastante triste, mas a gente ainda não tem a informação oficial, mas esta é a informação extra oficial que temos nesta manhã portanto e vamos buscar apurar aí pra nossa audiência, uma vítima de feminicídio ontem no município de Sertão.

Programa Notícia Sideral, 12h.

Repórter: No ar Notícia Sideral, primeira edição desta terça-feira, 24 de setembro de 2019. O município de Sertão registrou ontem um caso de feminicídio. Segundo a Brigada Militar de Getúlio Vargas, ontem, por volta das 23 horas, uma mulher de 60 anos foi morta pelo marido com disparo de arma de fogo. Conforme registro feito na delegacia de polícia civil de Passo Fundo, a vítima identificada como Mariliane Beatriz Bernieri levou um tiro, chegou a ser socorrida, mas não resistiu. O crime teria ocorrido na residência do casal, na avenida Fernando Ferrari. Segundo informações extra oficiais, em determinado momento, houve um desentendimento, o suspeito atirou na mulher e depois comunicou uma filha sobre o crime, porém fugiu do local. A vítima era natural de Passo Fundo, mas residia em Sertão. O corpo de Marilene está sendo sepultado na capela mortuária de Sertão e será sepultado às 17h.

Matéria ¹⁹

Feminicídio é registrado em Sertão

O município de Sertão registrou ontem um caso de feminicídio. Segundo a Brigada Militar de Getúlio Vargas, ontem, por volta das 23 horas, uma mulher de 60 anos foi

¹⁹ <http://radiosideral.com.br/feminicidio-e-registrado-em-sertao/>

morta pelo marido com disparo de arma de fogo. Conforme registro feito na delegacia de polícia civil de Passo Fundo, a vítima identificada como Mariliane Beatriz Bernieri levou um tiro, chegou a ser socorrida, mas não resistiu. O crime teria ocorrido na residência do casal, na avenida Fernando Ferrari. Segundo informações extra oficiais, em determinado momento, houve um desentendimento, o suspeito atirou na mulher e depois comunicou uma filha sobre o crime, porém fugiu do local. A vítima era natural de Passo Fundo, mas residia em Sertão. O corpo de Marilene está sendo sepultado na capela mortuária de Sertão e será sepultado às 17h.

APÊNDICE H – Caso Vera Lucia Amaral, 53 anos, assassinada em Bom Retiro do Sul, região Central do RS, no dia 25 de setembro. Fonte: Rádio Independente

Repórter: Tivemos nesta quarta duas situações de mortes trágicas aqui em nossa região. Por volta das 19h, um provável feminicídio foi registrado no interior de Bom Retiro do Sul. Conforme a Brigada Militar, Vera Lucia do Amaral, 53 anos, trabalhava na cidade de Portão e chegou em casa, na localidade de linha Faxinal Silva Jorge no início da noite. Naquele momento teria ocorrido discussão com o companheiro, no quarto do casal. O suspeito teria atirado uma vez contra a mulher, atingindo a mesma na cabeça. A mulher morreu no local. Depois disso, o homem de 54 anos teria colocado os materiais em uma mochila e fugiu a pé para o mato, não sendo mais visto. Ele teria confirmado o crime para a mãe da vítima e para uma vizinha, que também estava na casa. A Polícia Civil e o Instituto Geral de Perícias foram acionados para os levantamentos no local do crime. Sete cartuchos de espingarda calibre 22 e uma cápsula de calibre 28 foram apreendidas. O corpo de Vera Lucia do Amaral 53 anos foi removido ao DML de Lajeado.

Matéria²⁰

Mulher é morta no interior de Bom Retiro do Sul

Companheiro é o principal suspeito de atirar contra a vítima.

Um provável feminicídio foi registrado por volta das 19h desta quarta-feira (25), no interior de Bom Retiro do Sul.

Conforme a Brigada Militar, Vera Lúcia do Amaral (53), trabalhava no município de Portão e chegou em casa, na localidade de Linha Faxinal do Silva Jorge, no início da noite. Naquele momento teria ocorrido discussão com o companheiro, no quarto do casal. O suspeito teria atirado uma vez contra a mulher, atingindo a mesma na cabeça. A mulher morreu no local. Depois disso, o homem, de 54 anos, teria colocado alguns materiais em uma mochila e fugido a pé para o mato, não sendo mais visto. Ele teria confirmado o crime para a mãe da vítima e para uma vizinha que também estava na casa.

²⁰ <https://independente.com.br/mulher-e-morta-no-interior-de-bom-retiro-do-sul/>

A Polícia Civil e o Instituto Geral de Perícias foram acionados para os levantamentos no local do crime. Sete cartuchos de calibre 22 e uma capsula para espingarda calibre 28, foram apreendidas. O corpo de Vera Lúcia foi removido para o DML de Lajeado. MS

APÊNDICE I - Caso Franciele Miller Ramos, 32 anos, assassinada em 12 de outubro de 2019 em São Francisco de Assis/RS. Fonte: Rádio Santiago

Repórter: Final de semana bastante movimentado na área de segurança pública, tanto em Santiago quanto na região. Em São Francisco de Assis, a Polícia Civil e Brigada Militar prende homem que matou a companheira com vários golpes de faca no bairro João XXIII. A Polícia Civil de São Francisco de Assis, coordenada pela delegada de polícia Elisandra Matoso Batista, em ação conjunta com a Brigada Militar, prendeu na tarde de sábado, dia 12, o indivíduo Adriano Muller Paz, de 38 anos, autor do feminicídio contra sua companheira, Franciele Muller Ramos, de 32 anos, fato ocorrido na sexta-feira, dia 11, na residência do casal, no bairro João XXIII. Conforme investigações preliminares o casal estava ingerindo bebida alcoólica em frente à sua residência quando passaram a discutir, momento em que o acusado desferiu vários golpes de faca contra a sua mulher. A vítima chegou a ser atendida pelo Samu, porém morreu a caminho do hospital Santo Antonio. Logo após o crime o autor fugiu do local. O preso, que já possui antecedentes por diversos crimes, inclusive por homicídio e crimes praticados contra relações domésticas, foi capturado no bairro João XXIII. Após os procedimentos de praxe, o preso foi encaminhado ao sistema prisional, onde permanecerá à disposição da justiça pública.

Matéria ²¹

Mulher é assassinada com golpes de faca em São Francisco de Assis

Francielle Ramos, 32 anos, foi morta em casa no bairro João XXIII; suspeito é o companheiro da vítima

Na noite da última sexta-feira (11), uma mulher foi morta a facadas em São Francisco de Assis. Francielle Ramos, 32 anos, foi morta em casa no bairro João XXIII, em um conjunto habitacional, próximo a praça.

Quando o Samu chegou ao local a vítima já estava sem vida. De acordo com informações da polícia, o suspeito é o companheiro de Francielle, que está foragido e já cumpriu pena por outro crime.

²¹ <https://www.radiosantiago.com.br/geral/mulher-assassinada-com-golpes-de-faca-em-so-francisco-de-assis>

APÊNDICE J – Caso Ana Crispim, 26 anos, assassinada no dia 15 de outubro, na cidade de Júlio de Castilhos, região Central do RS. Fonte: Rádio 14 der Julho, 8h.

Delegada: Bom dia Carla. Então na última terça-feira, logo de manhã, a polícia tomou conhecimento pela Brigada Militar, de que uma mulher teria sido vítima de homicídio, no viaduto da Avenida Borges de Medeiros. A gente deslocou até o local, acionou a perícia, as diligências de praxe, imediatamente já começamos as investigações, coleta das primeiras informações, procura de eventuais testemunhas, oitivas destas testemunhas né que é o que a gente vem fazendo já há algum tempo em casos de homicídios, a gente já coleta os primeiros depoimentos de testemunhas e na hora, então, já foram deslocadas até a delegacia para prestar depoimento. As equipes juntamente com a BM diligenciou no sentido de tentar localizar um dos principais suspeitos que seria o ex-companheiro da vítima, sem sucesso.

A gente realizou diligências durante toda a manhã, estivemos em vários lugares que ele poderia ser encontrado, casas de familiares, de parentes, sem sucesso. A perícia compareceu ao local, foi feito todo o trabalho, as testemunhas foram ouvidas, foram coletadas imagens e mais uma vez as imagens das câmeras de segurança nos auxiliando na rápida elucidação desse fato e aí se chegou então realmente a uma autoria, confirmando o principal suspeito que seria o ex-companheiro.

Foi representada pela prisão preventiva dele, em especial por ele não ter sido encontrado e por ele não ter sido encontrado e que foi de pronto deferido pelo poder judiciário, diante da gravidade do fato e da urgência que a diligência demandava. Aí na presença do advogado ele se apresentou pra esclarecimentos e acabou sendo cumprido a prisão preventiva.

Ele alega, enfim, que foi conversar com ela, que tava tentando reatar, e eles acabaram discutindo, e ele andaria com a faca ali sempre na cintura, e no nervosismo, na briga teria desferido quatro golpes de faca nela. Ele sai caminhando normalmente depois, né, ele confirma isso e as câmeras nos mostram isso, e até nos chamou atenção em um primeiro momento a gente achava que pudesse nem ser ele, tamanha calma que ele caminha de volta.

Então ele disse que lavou a faca e se escondeu em um lugar não relevado por ele. Importante destacar que ela tinha apenas uma ocorrência de ameaça registrada contra

ele alguns meses atrás, não tinha medida protetiva em vigor, ate porque ela tinha reatado o relacionamento com ele nesse período, a gente sempre ressalta a importância da ocorrência, façam o pedido de medida protetiva, a gente tem um apoio muito forte do poder judiciário, tanto nos quanto a brigada, o poder judiciário é muito atuante nessa área, ontem a gente teve a prisão preventiva por descumprimento de medida protetiva, né. A Brigada Militar encaminhou o agressor para a delegacia, após deferimento no poder judiciário, então a gente sempre orienta e ressalta a importância do registro de ocorrência. Ela tinha apenas um registro de ocorrência contra ele e não tinha medida protetiva em vigor.

A gente já contou com três casos de homicídio, neste caso feminicídio, que é uma forma de homicídio, crime hediondo com pena de até 30 anos. Acho importante ressaltar a rápida resposta que a gente vem conseguindo dar pra esses casos. Nos três fatos a gente teve a elucidação em menos de 24 horas, pra não dizer no mesmo dia. Os inquéritos encaminhados em menos de uma semana e todos os autores identificados e presos.

****A rádio não dispõe de site com notícias**

APÊNDICE L – Caso Janaina de Lima Melo, 29 anos, assassinada em Vitória das Missões, região das Missões/RS em 15 de outubro. Fonte: Rádio Sepé

Programa Comando Geral 1º edição

7h02min.

Locutor: O programa começa movimentadíssimo. Tem feminicídio em Vitória das Missões, homicídio em Ijuí e tentativa de homicídio aqui na capital Missioneira. Nós vamos trazer todos os detalhes pra você. Daqui a pouco tudo sobre o feminicídio em Vitória das Missões. Vamos ao destaque da segurança pública, para supermercado Matana, Jairo Bateria, Vanipar e Nicola Veículos. O destaque para a cidade de Vitória das Missões, onde o corpo de uma mulher de 28 anos foi com sinais de facadas em uma vegetação na localidade de Rincão dos Nunes, em Vitória das Missões. A Brigada Militar localizou o corpo após denúncias, por volta das 19h30min de ontem. Conforme a Polícia Civil, a linha de investigação no crime será por feminicídio. A vítima foi identificada como Janaína Lima de Melo. De acordo com relatos da família, feitos à polícia militar, ela morava em São Luiz Gonzaga, mas teria ido se refugiar em uma fazenda na casa da irmã, na localidade porque sofria violência doméstica. Segundo o sargento da Brigada Militar em Vitória das Missões, Carlos Silvestrini, o ex-companheiro dela foi procurá-la na casa dos familiares. Ela foi vista horas antes saindo de moto com ele. A brigada fez buscas em meio às plantações até encontrar o corpo dela. O ex de Janaína também morava em São Luiz Gonzaga e não foi mais visto. Conforme a Brigada Militar, ela teria encerrado o relacionamento com ele após sofrer situações de violência doméstica. O caso será investigado pela Polícia Civil de Entre Ijuís. Agora são 7horas da manhã mais dez minutos, repito, a vítima é Janaína Lima de Melo, morava na cidade de São Luiz Gonzaga, mas teria ido se refugiar na casa da irmã na localidade de Rincão dos Nunes, porque estava fugindo da violência doméstica..então, seu ex, teria ido atrás dela e ela foi vista horas antes saindo de moto com ele e depois a brigada acabou encontrando o corpo dela em meio à vegetação.

Programa Aldeia Global

8h40min

Locutor 1: Nas ruas da capital das Missões, Luis Cabreira, bom dia.

Repórter: Bom dia amigos. Olha, nós estamos acompanhando o setor de segurança pública muito movimentado nas últimas horas. Femicídio no interior de Vitória das Missões. Uma moradora de São Luiz Gonzaga foi vítima de feminicídio.

Locutor: E Cabrera, movimentada a área da segurança

Repórter: Pois bem. O corpo de uma mulher de 28 anos foi encontrado com sinais de facadas em uma vegetação na localidade do Rincão dos Nunes, em Vitória das Missões. Isso aconteceu por volta das 19h30min de ontem. Conforme a Polícia Civil, em Santo Angelo, que, como era noite, a Delegacia de Pronto Atendimento que fez o atendimento. Então a primeira linha de investigação do crime será por feminicídio. Foi apreendido junto ao corpo da vítima uma faca de 30 centímetros. Esta faca de 30 centímetros estava junto com ao corpo da vítima e com sinais de sangue, possivelmente seja esta a faca utilizada para cometer o crime. Além disso também a Polícia Civil apreendeu um telefone celular e um capacete que estava ao lado do corpo da vítima. O corpo da Janaína Lima de Melo, 28 anos, está no Posto Médico Legal de Santo Angelo e vai passar por perícia. De acordo com relatos da família, feitos à Polícia Militar, ela morava em São Luiz Gonzaga, mas teria ido se refugiar na casa da irmã na fazenda da localidade, porque sofria violência doméstica. Então o ex-companheiro dela foi a procurar na casa dos familiares, ela foi vista horas antes saindo de moto com ele, então foi realizada buscas em meio às plantações até encontrar o corpo dela, relatou o sargento da Brigada Militar de Vitória das Missões, Carlos Silvestrini. O ex-companheiro de Janaína também mora em São Luiz Gonzaga e não foi mais visto, conforme a Brigada Militar, conforme informou o sargento Silvestrini. A mulher teria encerrado o relacionamento com ele, com o ex-companheiro, após sofrer situações de violência doméstica. O caso será investigado pela Polícia Civil de Entre Ijuís, através do delegado Rogério Junges e sua equipe. O delegado Rogério Junges que é titular da primeira DP de Santo Angelo e também de Entre Ijuís.

Programa Rádio Cidade

11h22min

Locutora: Acredito que já foi divulgado aqui na nossa programação, mas mais uma vez, tu viu Birk? as mulheres vítimas de assassinato.

Locutor: eu vi, lá em Vitória das Missões. Uma senhora né.

Locutora: uma moça, praticamente, 20 e poucos anos.

Locutor: coitada.

Locutora: e feminicídio ai tenha sido provavelmente, foi encontrada em uma mata né, pelo jeito já havia desentendimentos no casal, que coisa mais triste.

Locutor: sempre uma situação dessa leva a crer que é isso né, um desentendimento.

Locutora: a informação que a gente tem é que ela acabou indo pra casa da irmã, tentando se socorrer, e provavelmente tenha acontecido isso..e morta a facadas né.

Locutor: é, lá na área rural de Vitória das Missões, no Rincão dos Nunes.

Locutora: é, isto aí.

Locutor: é, a faca suja de sangue foi apreendida, telefone celular, pelo que leva a crer, né, o corpo foi trazido ao Instituto Médico Legal, diligencias estão por conta da Delegacia de Polícia de Entre Ijuís, cujo titular é o meu amigo Rogério Junges e logicamente toda a sua equipe. É lamentável

Locutora: a vítima é Janaína Lima de Melo.

Locutor: como é o nome?

Locutora: Janaína Lima de Melo, 28 anos, jovem.

Locutor: que barbaridade, profundamente lamentável. Como seria fácil resolver né, uma questão assim fácil, às vezes você ouve, essa é a minha opinião, eu posso estar errado, talvez uma outra pessoa possa ter uma outra opinião..é..ai você conhece uma pessoa, você tá um relacionamento, meio ano, um ano, dois anos, cinco anos.

Locutora: se acha dono né?

Locutor: e dai não dá certo Fabe? Vai um pra um lado e outro pro outro. O Birck vai arrumar uma outra pessoa

Locutora: é verdade.

Locutor: a companheira dele vai arrumar um outro

Locutora: é, ninguém é sozinho no mundo

Locutor: tu entendeu, então é assim, eu pelo menos acho..pra que tirar a vida de uma pessoa? É duas coisas. Você tira a vida de uma pessoa no caso dessa, de uma mulher, quem sabe com filhos, uma outra família chorando a dor da perda.

Locutora: termina a vida de todo mundo

Locutor: a outra família com o assassino, o cara vai pra cadeia, termina com a sua vida

Locutora: termina com a vida de todo mundo

Locutor: olha, e seria muito mais fácil sentar e conversar

Locutora: numa boa né, cada um para o seu lado.

Locutor: se não tá dando certo, três, quatro dias, uma semana, tem a dor da separação, essas coisas aí

Locutora: é difícil? É.

Locutor: é difícil

Locutora: mas não tem porque

Locutor: é, não vai acabar o mundo e logo adiante o fulano segue a vida dele, a fulana segue e vice versa e continua tudo né..

Locutora: é a mesma coisa Birck, a questão de relacionamentos ela é muito complicada. Você disse, cada um pensa diferente, mas a gente tem que pensar pela melhor forma de resolver. É a mesma coisa da separação, não dá mais certo, ai acabou o mundo e vou me matar.

Locutor: é, é a mesma coisa que acontece

Locutora: tem no hospital aqui de Santo Angelo, um homem que tentou se mata.

Locutor: é, resolveu? Mato a pessoa e tentou se matar? Resolveu?

Locutora: gente, isso ai não tem como, não tem explicação né.

Locutor: é, verdade, mas vamos pra frente, alô Cabrera.

Repórter: daqui a pouco vamos trazer muitas informações da área de segurança pública, inclusive este fato que aconteceu em Vitória das Missões.

11h51min

Repórter no estúdio: vamos para o destaque da segurança pública, este que é o destaque, a princípio, um feminicídio, quando a Janaína Lima de Melo, 28 anos, foi encontrada morta ontem por volta das 19 horas e 30 minutos, em um campo, na verdade em meio à uma lavoura na localidade de linha, Rincão dos Nunes, em Vitória das Missões. A vítima foi identificada, e de acordo com relatos da família à Polícia Militar ela morava em São Luiz Gonzaga e foi se refugiar na casa da irmã, pois sofria violência doméstica. O ex de Janaína também morava em São Luiz, mas foi visto, conforme a Brigada, ela teria encerrado o relacionamento com ele após sofrer situações de violência doméstica. O caso passa agora a ser investigado pela Polícia Civil de Entre Ijuís.

****A rádio não divulgou a notícia no site**

APÊNDICE M – Caso Janaína Lima de Melo, 28 anos, assassinada em Vitória das Missões/RS. Fonte: Rádio Santo Ângelo

Programa Primeira Hora

7h10min

Repórter: Bom dia. Aqui em Santo Ângelo foi mais ou menos tranquilo com ocorrências rotineiras da Brigada Militar e Polícia Civil. Nós tivemos um homicídio, um feminicídio, no interior de Vitória das Missões na noite de ontem, por volta das 22h de ontem, na localidade de Esquina Rolim de Moura, interior de Vitória das Missões, uma mulher foi morta com vários golpes de faca. Então, a vítima fatal, Janaína Lima de Melo, 29 anos, ela foi morta com vários golpes de faca. Ela morava em São Luiz Gonzaga e conforme informação repassada para a polícia, ela residia em São Luiz Gonzaga e foi para visitar a sua irmã que reside ai neste local. Então a Janaína, de 28 anos, estava separada. Ela havia saído de um relacionamento, e principalmente, o seu ex-companheiro é o principal suspeito de ser o autor da morte da Janaína Lima de Melo, de 29 anos. Inclusive a equipe volante da Polícia Civil atendeu essa ocorrência por volta das 22h de ontem, foi no local, foi acionada e a perícia, do Instituto Geral de Perícia então ainda vai pro local. Então conforme a informação da polícia, o acusado já identificado. Então a principal suspeito é o ex companheiro da Janaína Lima de Melo, ou ex-namorado. Agora não sei dizer ao nosso ouvinte se ela morava com ou se ela tinha um relacionamento de namorada, mas então o principal suspeito o ex companheiro, o ex namorado da Janaina Lima de Melo, de 29 anos. Ele ainda não foi preso pela polícia e ontem neste horário portanto, ela estava visitando a irmã, no interior de Vitória das Missões, quando foi surpreendida e atingida por várias facadas e acabou morrendo no local, não teve tempo nem de ser socorrida a Janaína Lima de Melo, de 28 anos portanto, vítima de feminicídio, ai no interior de Vitória das Missões, ocorrência atendida pela Brigada Militar e também pela Polícia Civil aqui de Santo Angelo. Em seguida aqui nas próximas horas deveremos ter novidades e informações com relação à morte desta mulher lá no interior de Vitória das Missões.

Programa Rádio Visão 8h

8h20min - **Locutor:** Vamos chamando o repórter Irani Brum, tá de olho, tá na área. Tivemos um feminicídio registrado ontem à noite em Vitória das Missões. Uma mulher

de São Luiz Gonzaga foi visitar a sua irmã e acabou sendo assassinada a facadas pelo, supostamente, pelo ex companheiro. A polícia ainda tá investigando. Em Ijuí teve homicídio também. O Irani passou praticamente a noite toda buscando dados, informações, detalhes e um repórter bem informado é isso aí. A notícia não tem hora né. O fato lá em Vitória aconteceu por volta das 10h da noite, lá pelo início da madrugada aconteceu um homicídio em Ijuí e o Irani estava ligado. Alo Irani, bom dia.

Repórter: bom dia professor, bom dia amigos do nosso Rádio Visão da nossa super Rádio Santo Angelo. Tudo bem professor?

Locutor: tudo bem, tudo ótimo.

Repórter: tudo bem mesmo?

Locutor: sim, tudo ótimo, bem demais. Teve um feminicídio ontem?

Repórter: Teve sim, vamos lá. Foi por volta das 22h de ontem. A equipe volante da Polícia Civil de Santo Angelo atendeu essa ocorrência ai por volta das 22 horas. Janaína Lima de Melo, Janaína Lima de Melo, de 29 anos, ela foi morta a facadas, várias facadas, ai na localidade da Esquina Rolim de Moura, interior de Vitória das Missões.

Locutor: ela era natural de São Luiz não é?

Repórter: sim, ela era natural de São Luiz Gonzaga e residia lá em São Luiz Gonzaga.

Locutor: uhum

Repórter: ai ela foi até a Esquina Rolim de Moura, interior de Vitória das Missões, pra visitar a irmã dela e aí não sei se foi nessa localidade que ela tinha um relacionamento ou estava separada do ex companheiro ou ex namorado, mas havia terminado esse relacionamento né professor? E o principal suspeito da morte da Janaína Lima de Melo é exatamente o ex companheiro ou ex namorado, que acabou desferindo as facadas e ela acabou morrendo no local. Não deu tempo de socorrer a Janaína Lima de Melo, de 29 anos né. Então a polícia claro que baseada nas informações de familiares e quem sabe até da própria irmã, das pessoas que estavam no local, naturalmente informaram a polícia quem é e quem foi o autor das facadas.

Locutor: ele fugiu?

Repórter: acabou fugindo. Até o momento ele não foi preso né, mas como a polícia identificou, através das informações, então como sendo o ex companheiro da Janaína Lima de Melo, 29 anos, a polícia tem essa principal pista, mas já esta praticamente esclarecido, faltando o detalhe importante que é a prisão do autor da morte da Janaína Lima de Melo ou ele pode se apresentar. Acompanhado de um advogado né professor. Pode se apresentar né.

Locutor: claro, claro

Repórter: ele pode ser preso ou pode se apresentar na delegacia, naturalmente acompanhado de um advogado, mas lamentável né professor. Porque se termina um relacionamento, cada uma faz as suas trouxas, arruma as suas malas e segue a vida né. Cada um segue o seu destino e pronto. Então não se admite de que uma ou outra parte tenha esse tipo de ódio, de vingança e queira do ex companheiro ou da ex companheira né.

Locutor: é, na teoria funciona assim né [risos]. Mas na prática não é bem assim porque o relacionamento, ele cria laços de amor entre as pessoas e quando um deles rompe isso aí dói né, dá essa reação, desproporcional, é claro, é um absurdo matar a mulher, a ex mulher, a facadas né, qualquer tipo de homicídio é violento, então acho que isso também está errado né. Mas o laço sentimental Irani, o rompimento do laço sentimental ele às vezes é dolorido, pra quem se acha proprietário da outra pessoa. O homem acha que é dono.

Repórter: ah, mas também tem mulheres que se acham donas dos homens também né?

Locutor: sim, pois é, então esse laço sentimental quando ele é rompido, ele provoca reações de um dos lados. Normalmente um dos lados reage e acaba acontecendo esse tipo de barbaridade.

Repórter: o que não é aconselhável né professor..tem que ter um emocional, tem que saber que a vida segue porque ele matou a Janaina Lima de Melo né, mas ele tem aquele futuro negro né, vai pro presídio e a vida dele acabou né.

Locutor: e um dia a hora dele vai chegar.

Repórter: então matou, a Janaína Lima de Melo, falando deste caso, falando da morte dela ontem, mas a vida de quem tirou a vida dela também vai acabar. Então bom,

aconteceu o que aconteceu, etc e tal, é dolorido, como o senhor falou, fica a ferida, mas deixa passar os dias ai, aos poucos vai, aquela ferida vai diminuindo e segue a vida, você tem a liberdade, segue trabalhando, pode pelo menos fazer um churrasquinho, tomar uma cervejinha, trabalhar, junto com os familiares, com os amigos, enquanto isso ela tá morta. Agora a liberdade dele também acabou. Será preso.

Locutor: e um dia..

Repórter: e um dia não se sabe o que vem por trás de vingança, porque o que aqui se faz aqui se paga. Eu acho que ninguém sai de um plano pra outro sem acertar as contas né.

Locutor: com certeza, a hora dele vai chegar.

Repórter: mas a Janaína Lima de Melo acabou sendo morta na esquina Rolim de Moura, no interior de Vitória das Missões.

Matéria²²

Mulher é encontrada morta a facadas em área rural de Vitória das Missões

O corpo de uma mulher de 28 anos foi encontrado com sinais de facadas em uma vegetação da localidade de Rincão dos Nunes, em Vitória das Missões, na região das Missões. A Brigada Militar localizou o corpo após denúncias por volta das 19h30min de ontem (15). Conforme a Polícia Civil em Santo Ângelo, a primeira linha de investigação do crime será por feminicídio.

A vítima foi identificada como Janaina Lima de Melo. De acordo com relatos da família feitos à polícia militar, ela morava em São Luiz Gonzaga, mas teria ido se refugiar na casa da irmã - em uma fazenda da localidade - porque sofria violência doméstica.

— O ex-companheiro dela foi procurá-la na casa dos familiares. Ela foi vista horas antes saindo de moto com ele. Fizemos buscas em meio às plantações até encontrar o corpo dela — relata o sargento da BM em Vitória das Missões, Carlos Silvestrini, que comandou a operação.

²² <https://www.radiosantoangelo.com.br/noticias/geral/id/12278/mulher-e-encontrada-morta-a-facadas-em-area-rural-.html>

O ex de Janaina também morava em São Luiz Gonzaga e não foi mais visto, conforme a BM. Ela teria encerrado o relacionamento com ele após sofrer situações de violência doméstica. O caso será investigado pela Polícia Civil de Entre-Ijuís.

Fonte: Gaúcha